

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DÉBORA MACHADO NUNES**

**O PENSAMENTO FEMINISTA NA ECONOMIA:  
REVISÃO TEÓRICA E CRÍTICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MARXISTA**

**Porto Alegre**

**2016**

**DÉBORA MACHADO NUNES**

**O PENSAMENTO FEMINISTA NA ECONOMIA:  
REVISÃO TEÓRICA E CRÍTICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MARXISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

**Porto Alegre**

**2016**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Nunes, Débora Machado

O pensamento feminista na economia : revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista/ Débora Machado Nunes. – Porto Alegre, 2016.

137 f.: il.

Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2016.

1. Economia política. 2. Marxismo. 3. Feminismo. I. Milan, Marcelo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

**DÉBORA MACHADO NUNES**

**O PENSAMENTO FEMINISTA NA ECONOMIA:  
CRÍTICA E REVISÃO TEÓRICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MARXISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de outubro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Milan - Orientador  
UFRGS

---

Dra. Clítia Helena Backx Martins  
FEE-RS

---

Profa. Dra. Janice Dornelles de Castro  
UFRGS

---

Profa. Dra. Natália Pietra Méndez  
UFRGS

À Maria Alice Machado  
e Guilherme Nunes

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao financiamento do CNPq/CAPES, que me proporcionou as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do mestrado. Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da UFRGS, pela estrutura fornecida, e ao meu orientador, Marcelo Milan, pela confiança e paciência.

Ao meu mano, Guilherme Nunes, e à minha mãe, Alice Machado, por me aguentarem, me apoiarem e, principalmente, por serem minhas maiores inspirações e me incentivarem, sempre, a ser o melhor de mim. Agradeço, também, ao meu pai, Ronaldo Nunes, à Adréia Pias e ao meu mano, Gustavo Nunes, por se fazerem presentes na distância e me arrancarem sorrisos a cada encontro.

Ao Felipe Nassif, pelo carinho e companheirismo no início deste processo, fundamental para a aprovação na seleção de mestrado e nas cadeiras do curso.

À Cecília Severo e Paula Finn, por estarem sempre por perto.

À Cecília Zarth e Natasha Pergher, companheiras de amores, dores, tristezas e alegrias mil. Agradeço, também, às demais amigas reunidas no Comitê Central Femilindo, em especial à Bárbara Amaral, Cristina Vieceli, Danielle Silva, Fernanda Valada, Giovanna Fiorentini, Manuela Flores, Mariana Garcia, Marsala Machado, Priscila von Dietrich e Tábata Silveira. Sem vocês eu jamais teria concluído este trabalho.

Aos colegas de pós-graduação, em especial à Allan Garcia, Cristina Vieceli, Fernando Duca, Daniel Silva, Giliad Silva, Jonathan Castelli, Leonardo Segura, Lucas Rodrigues, Natasha Pergher e Pedro Perfeito. Obrigada por me proporcionarem bons debates, boas cervejas, e me fazem acreditar que ainda há espaço para crítica dentro da academia.

À Henrique Grazziotin, por tudo. Obrigada por ser a pessoa brilhante, maravilhosa, companheira, atenciosa e paciente que és. Este trabalho não seria possível sem teu abraço. Agradeço, também, à Graziela Venzon, por ser minha fonte inesgotável de energia positiva.

À toda a equipe da Lucida Desenvolvimento Cultural, em especial à Luka Ibarra, Natália Utz e Ana Paula Reis. Obrigada por entenderem e aguentarem os percalços que vieram com este mestrado e, principalmente, obrigada por estarem ao meu lado.

Obrigada ao Coletivo Moebius e ao Grupo Laços, por colocarem a dança de forma tão intensa na minha vida.

Ao Thiago Carvalho, que observou de perto a exaustão de uma mestranda desesperada no fim deste processo, me fez café e comida, lavou minha roupa e manteve a casa (razoavelmente) em ordem.

Agradeço, finalmente, a todas as pessoas que eu conheci e convivi nesses dois anos e que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho acontecesse. Ao Peru, à Bolívia, ao nordeste brasileiro e a todas as boas energias que chegaram em mim.

“Por um mundo onde sejamos socialmente  
iguais, humanamente diferentes e totalmente  
livres.” Rosa Luxemburgo

## RESUMO

Este trabalho realiza uma revisão teórica e crítica dos debates marxistas relacionados à questão da mulher dentro de um escopo econômico, buscando identificar sua inserção acadêmica atual e sua possível capacidade de interpretação da posição econômica das mulheres. O trabalho apresenta um levantamento bibliográfico, apresentando as principais premissas e conceitos utilizados por essa vertente de pensamento e suas correntes internas, e um estudo de caso da Rússia Soviética desde o triunfo da revolução bolchevique até a década de 40 (período da chamada “contrarrevolução feminista”), a fim de verificar como alguns desses preceitos foram aplicados e como as experiências de socialismo real contribuíram para o desenvolvimento da teoria tanto internamente, quanto em relação ao seu prestígio perante as demais escolas de pensamento feministas. Conclui-se que houve um período de fértil debate no marxismo feminista nas décadas de 60 e 70, mas que seu desenvolvimento posterior rumou ou para a fusão entre a teoria marxista e outras correntes de pensamento, afastando-se da economia, ou para o debate interno relacionado à inclusão de um recorte de gênero aos conceitos marxianos. Atualmente, o feminismo marxista parece voltar sua atenção para o resgate à obra original de Marx, em uma tentativa de propôr uma nova teoria feminista anticapitalista metodologicamente ortodoxa.

**Palavras-chave:** Economia política. Marxismo. Feminismo.

## **ABSTRACT**

This paper presents a theoretical and critical review of Marxist debates related to the woman's question inside the economic scope, seeking to identify its current academic status and its capacity to interpret the economic situation of women. A literature review is exhibited in order to present the main assumptions and concepts used by this school of thought and its internal divisions, and a case study of the Soviet Russia since the triumph of the Bolshevik revolution until the 40s (the period of the "feminist counterrevolution") is presented in order to see how some of these principles were applied and how socialism experiences contributed to the development of the theory and to its prestige towards the other feminist schools of thought. It concludes that there was a period of fruitful discussion of feminist Marxism in the 60s and 70s, but its further development headed or to the merge between Marxist theory and other currents of thought, moving away from the economic scope, or for the debate related to the inclusion of a gender approach to Marxian concepts. Currently, Marxist feminism seems to turn its attention to the rescue of Marx's original work, in an attempt to propose a new anti-capitalist feminist theory methodologically orthodox.

**Keywords:** Political economy. Marxism. Feminism.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A QUESTÃO DA MULHER NA TEORIA: A PERSPECTIVA MARXISTA .....</b>	<b>16</b>
2.1	MARXISTAS PIONEIROS: “A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO” DE FREDERICH ENGELS .....	19
2.2	MARXISTAS CONTEMPORÂNEOS: A CONTRIBUIÇÃO DE ELI ZARETSKY ....	28
2.3	MARXISTAS FEMINISTAS: A OBRA DE MARIAROSA DALLA COSTA E SELMA JAMES E O DEBATE DO TRABALHO DOMÉSTICO.....	37
<b>3</b>	<b>A QUESTÃO DA MULHER NA PRÁTICA: AS POLÍTICAS EM RELAÇÃO À FAMÍLIA E ÀS MULHERES NA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA (1918-1944) .....</b>	<b>46</b>
3.1	O CÓDIGO DO CASAMENTO, DA FAMÍLIA E DA TUTELA DE 1918 .....	49
3.2	O NOVO CÓDIGO DA FAMÍLIA DE 1926.....	64
3.3	A NOVA LEI DA FAMÍLIA DE 1936 E O ÉDITO SOBRE A FAMÍLIA DE 1944.....	83
<b>4</b>	<b>DE VOLTA À TEORIA: O FEMINISMO MARXISTA CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>87</b>
4.1	O MODO DE PRODUÇÃO DOMÉSTICO E A DONA DE CASA COMO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA PREFERENCIAL .....	99
4.2	AS MULHERES COMO CLASSE .....	105
4.3	A ANÁLISE DUALISTA E O CONCEITO DE CAPITALISMO PATRIARCAL .....	110
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>118</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A crise econômica mundial de 2008, que ainda mostra seus efeitos em diversos países e é alvo de um intenso debate acadêmico em relação às suas causas, levou a teoria marxista novamente a um papel de destaque em relação ao debate dos movimentos na acumulação de capital, com suas tendências e contratendências, e do conflito entre capital e trabalho. Mesmo fora do âmbito da teoria econômica heterodoxa, economistas de viés neoclássico<sup>1</sup> e analistas de *Wall Street* indicaram o estudo da obra de Marx como um caminho para a compreensão mais profunda de quais seriam as origens e possíveis soluções para a crise atual (WEISENTHAL, 2011)<sup>2</sup>.

Simultaneamente, o feminismo tem crescido enormemente em diversos países nos últimos anos, com o surgimento de novas tendências e novos debates tanto no âmbito acadêmico quanto nos movimentos sociais em geral (MACKAY, 2015). Segundo o Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas - ONU (2015), entretanto, esse crescimento não significou uma redução das disparidades de gênero: se em 1997 havia 108 mulheres para cada 100 homens vivendo em lares pobres na América Latina e Caribe, em 2002 essa proporção subiu para 117 mulheres para cada 100 homens (isso em um contexto de redução da pobreza na região). Para dados mundiais, apenas quatro a cada dez jovens mulheres (de 15 a 24 anos) estava empregada no ano de 2015, comparado a cinco mulheres a cada dez no ano de 1991. Tanto a distribuição setorial do trabalho (com mulheres concentradas em cargos administrativos de apoio e no setor de serviços) quanto a distribuição do serviço doméstico não remunerado (com mulheres trabalhando em média 2,5 vezes mais horas que os homens<sup>3</sup>) persistem como características do capitalismo contemporâneo.

Segundo ONU (2015) e ONUMulheres (2015), mesmo os dados que mostram algum avanço no sentido de reduzir as desigualdades, mostram também que as mulheres continuam

---

<sup>1</sup> Foge ao escopo deste trabalho analisar as críticas e divergências em relação à utilização do termo “neoclássicos”, aqui inserido por falta de expressão consagrada academicamente mais apropriado para designar o pensamento econômico *mainstream*. Para um debate sobre as atribuições contemporâneas do termo, ver Colander (2000).

<sup>2</sup> Embora seja bastante discutível o caráter marxista da obra, o livro *O Capital no Século XXI* de Thomas Piketty é um dos mais vendidos livros de economia da atualidade, e sem dúvida contribuiu para a retomada da discussão em torno da teoria marxista, especialmente o debate em relação à tendência concentradora e centralizadora do capital.

<sup>3</sup> O número de horas que as mulheres dedicam para o cuidado com a família e o trabalho doméstico não remunerado tem sido reduzido historicamente; entretanto, o número de horas que os homens dedicam para tais atividades não tem aumentado (ONUMULHERES, 2015). A redução das horas se dá principalmente devido ao advento de eletrodomésticos e facilidades que permitem a redução do tempo dedicado para o cuidado do lar, mas não indica uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre homens e mulheres.

em desvantagem: atualmente, a porcentagem de mulheres no mercado de trabalho mundial é de 41%, sendo que 46% dessas trabalham em empregos vulneráveis (ou seja, trabalham informalmente para contribuir com a renda familiar ou trabalham por conta própria), em comparação a 9% da mão de obra masculina ocupada nesses cargos – a porcentagem de mulheres chega a 76% em algumas regiões do planeta. Quando empregada, a mão de obra feminina recebe em média 24% menos remuneração que a masculina para as mesmas funções, e possui maiores índices de desemprego, mesmo com níveis educacionais muito semelhantes em média (e inclusive superiores em regiões como a América do Sul). Das raras mulheres que alcançam cargos de direção e gerência, 75% declaram ter sofrido alguma forma de assédio sexual no ambiente de trabalho – para mulheres no setor de serviços, esse número é de 66%. A participação média das mulheres nos parlamentos do mundo é de apenas 22%, e menos de 10% dos países são chefiados por uma representante do sexo feminino.

A atual articulação do feminismo, entretanto, pouco dialoga com a “redescoberta” da teoria marxista como um arcabouço de explicação da situação econômica atual (BROWN, 2012; MACKAY, 2015). Se os dados mostram uma posição econômica das mulheres – aqui compreendida como o papel ocupado pelo sexo feminino na criação, circulação e distribuição do valor gerado no processo produtivo – bastante desvantajosa em relação aos homens, e se a teoria marxista tem sido novamente considerada como um possível ferramental teórico capaz de contribuir para algumas questões econômicas atuais, por que esse afastamento entre feminismo e marxismo? Para responder essa questão, este trabalho propõe uma revisão teórica dos principais debates realizados dentro do âmbito feminista e marxista na economia, buscando identificar qual o estado das artes no campo, para onde a teoria parece avançar, e quais os possíveis motivos para seu reduzido prestígio acadêmico atual em relação a sua posição nas décadas de 60 e 70 (FINE, 1992; TONG, 2006).

Sendo tanto o feminismo quanto o marxismo escolas que buscam compreender a realidade e, a partir daí, transformá-la, faz-se necessário uma análise tanto dos pontos teóricos mais discutidos quanto de algumas aplicações práticas desses princípios. Investiga-se a hipótese de que a tentativa de empregar alguns dos pressupostos dos marxistas pioneiros relacionados à libertação da mulher na experiência histórica da União Soviética, que inicialmente logrou diversos avanços nesse sentido – foi o primeiro país a nomear uma mulher ministra e a legalizar o aborto, por exemplo – mas, no decorrer do regime estalinista, mostrou diversas limitações, contribuiu para um certo abandono das ideias de Marx e Engels,

bem como para tentativas de fusão de suas ideias com novas escolas de pensamento, que afastaram-se cada vez mais dos conceitos originais propriamente marxianos<sup>4</sup>.

Trata-se, portanto, de uma análise da evolução da argumentação acadêmica em relação à posição econômica das mulheres no capitalismo na perspectiva marxista. Por meio da apresentação sucinta dos principais conceitos debatidos dentro do espectro econômico dessa corrente de pensamento, ressaltando como algumas ideias dos marxistas pioneiros foram interpretadas e colocadas em prática na Rússia Soviética, bem como os desdobramentos dessas tentativas para dentro da teoria, espera-se identificar se de fato a contribuição do feminismo marxista está esgotada, ou se existem novos caminhos sendo explorados que potencialmente auxiliem na interpretação contemporânea da posição econômica das mulheres. Sendo essa discussão majoritariamente realizada em inglês, com algumas obras em espanhol<sup>5</sup>, este trabalho também visa contribuir por meio da apresentação de uma interpretação em português dos principais debates do campo em questão (por esse motivo, algumas expressões academicamente consagradas são apresentadas também em inglês no decorrer do trabalho, buscando facilitar a leitura para pessoas já inseridas no debate, já que não há tradução nacional amplamente utilizada sobre a maioria dos temas).

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: além da Introdução e das Considerações Finais, foram desenvolvidos três capítulos. Primeiramente, o Capítulo 2 apresenta a divisão proposta na obra de Heidi Hartmann (1984 [1979]) para resgatar as três vertentes teóricas principais que se dedicaram ao estudo da questão da mulher sob uma ótica marxista até o final da década de 70. São elas: marxistas pioneiros, marxistas contemporâneos e marxistas feministas. A fim de verificar quais os pontos de convergência e divergência mais significativos na época, será feita uma breve análise da obra considerada pela própria Hartmann (1984 [1979]) como mais importante de cada vertente, com a apresentação de algumas críticas vinculadas a cada uma delas.

Por se tratarem de obras que foram bastante analisadas e interpretadas na produção acadêmica mundial, serão utilizadas diversas citações e a inclusão de trechos por vezes longos de cada livro. Correndo o risco de diminuir a fluidez do texto apresentado, a opção é uma tentativa de interpretar os autores e autoras por suas próprias palavras – um esforço necessário para compreender as diferentes interpretações e aplicações das teorias desenvolvidas no período.

---

<sup>4</sup> O termo marxiano é utilizado para designar conceitos retirados exclusivamente das obras originais de Marx.

<sup>5</sup> Existem muitas feministas marxistas brasileiras célebres, porém poucas inseridas no debate acadêmico de fronteira aqui analisado. Uma importante exceção é Heleith Saffioti (2013, 2015).

Com o fim das experiências de socialismo real na década de 80 e início da década de 90<sup>6</sup>, houve uma forte crítica e autocrítica do marxismo em escala mundial. Naturalmente, o pensamento marxista feminista também passou por esse processo de reflexão. Buscando compreender como essas experiências reais contribuíram para a revisão do debate e para a possível criação de novos pontos de divergência, na Capítulo 3 será feita uma breve descrição das políticas relacionadas às mulheres e à família adotadas na Rússia Soviética desde o triunfo da revolução até a década de 40, na qual ocorreu a chamada “contrarrevolução feminista” (MILLET, 1970).

Aqui, há uma descontinuidade cronológica no trabalho: tantos os marxistas contemporâneos quanto as feministas marxistas, analisadas na Capítulo 2, publicaram suas obras com fortes reflexões e críticas a respeito das políticas soviéticas em relação à questão da mulher. Tal opção estrutural se dá pela interpretação de que essas questões, se apresentadas preliminarmente, permitem uma maior facilidade de observação crítica do processo soviético, além de aglutinarem em um mesmo capítulo as três principais vertentes teóricas segundo a classificação de Hartmann (1984 [1979]). Essas análises serão brevemente retomadas na Capítulo 4.

O caso da União Soviética foi selecionado visto que seu Partido Comunista foi o mais abertamente posicionado em relação às políticas para as mulheres, sendo a experiência de socialismo real mais frequentemente tratada na literatura marxista destinada a compreender a questão da mulher como um caso importante para a definição de novos conceitos na literatura (ZARETSKY, 1986 [1976]). Além de ter adotado diversas medidas igualitárias e libertárias de forma inédita, o fato de Lênin ser um dos autores citados por Hartmann (1984 [1979]) como um dos principais representantes dos chamados marxistas pioneiros e também o líder do Partido Comunista (PC) soviético torna esse caso específico uma espécie de laboratório de aplicação de alguns princípios fundamentais do marxismo dedicado ao estudo da questão da mulher da época. O debate interno em relação ao conceito de família e o papel social das mulheres também são potencialmente ricos para explorar como essa experiência influenciou no desenvolvimento posterior da teoria.

Devido à dificuldade de acesso a documentos e também pela barreira linguística, os dados utilizados para a construção de um retrato da União Soviética no período analisado

---

<sup>6</sup> Além das importantes exceções de Cuba e China, que não tiveram seus partidos revolucionários derrotados, é importante salientar que a expressão “experiências de socialismo real” é bastante contestada. Aqui, a utilização da expressão designa os países que se reivindicavam socialistas, notadamente a União Soviética e os países do leste europeu. Para algumas posições a respeito da adequação ou não do termo, ver Bukharin (2001 [1929]), Mandel (2004 [1980]) e Howard e King (2001).

serão os fornecidos na obra de Goldman (2014 [1993]) e, em parte, os divulgados por Nove (1975 [1969]). Por meio da apresentação de informações que construam um panorama da base econômica soviética e da revisão de alguns debates internos que culminaram em uma determinada superestrutura jurídica, espera-se verificar se a realidade concreta de um país que buscava fazer o socialismo avançar modificou alguns dos preceitos e ideias iniciais em relação a quais seriam os caminhos para a libertação das mulheres. Foge ao escopo deste trabalho analisar se a experiência soviética foi, de fato, uma experiência de socialismo real. Tal caso é aqui analisado com a finalidade de verificar como os princípios dos marxistas pioneiros foram interpretados e aplicados nessa experiência histórica.

Por fim, no Capítulo 4, será feito um breve levantamento do que está sendo debatido dentro da teoria feminista marxista na economia, desde a década de 80 até os dias atuais. Objetiva-se verificar qual o impacto da experiência soviética não só dentro desse campo teórico, mas também em relação à sua posição em comparação às demais escolas de pensamento que buscam estudar a questão da mulher. Aqui, não será discutido se as interpretações por parte das marxistas feministas em relação às experiências de socialismo real foram bem apropriadas, ou seja, se a teorização em relação ao caso soviético estava bem fundamentada; o objetivo é verificar como suas formulações à época influenciaram o desenvolvimento posterior das diferentes vertentes teóricas daí derivadas. Serão resgatados os principais conceitos marxistas debatidos pelas feministas e as controvérsias a eles relacionadas: os conceitos de trabalho produtivo e exército industrial de reserva no contexto do que ficou conhecido como “o debate do trabalho doméstico”, o conceito de classe e a definição das mulheres como tal, e a chamada análise dualista e o conceito de capitalismo patriarcal.

A partir da breve apresentação dessas discussões, será realizada uma tentativa de mapear quais novos caminhos estão sendo construídos para a formulação de um ferramental teórico capaz de analisar a posição econômica das mulheres nos diferentes lugares do mundo. Se os dados globais não mostram uma melhora constante na condição das mulheres – e tampouco exibem que o aumento da igualdade em um setor, como escolaridade, implica diretamente no aumento da igualdade em outro, como salário remunerado ou divisão do trabalho doméstico –, como analisar esses dados de forma a compreender o contexto histórico neles impregnado? Espera-se verificar se a teoria feminista marxista está se desenvolvendo no sentido de potencialmente ajudar a fornecer novas respostas para essas questões.

## 2 A QUESTÃO DA MULHER NA TEORIA: A PERSPECTIVA MARXISTA

Este capítulo busca, primeiramente, apresentar como os marxistas pioneiros observaram a questão da mulher: quais eram as desigualdades observadas, qual era considerada a base material da opressão e qual seria a possível solução para o seu fim. Sendo alguns documentos reivindicando os direitos das mulheres cronologicamente mais antigos que as obras de Marx e Engels, será feita uma breve introdução expondo algumas das pautas presentes nesses documentos para retratar o contexto histórico no qual tais questões foram observadas e teorizadas.

A obra de Hartmann (1984 [1979]), que alega que o “casamento” entre marxismo e feminismo foi infeliz até o momento – mas, simultaneamente, sustenta que a teoria marxista pode possibilitar ferramentas válidas para a análise da posição das mulheres no mundo – propõe a divisão de três escolas teóricas marxistas preocupadas com a questão da mulher. Após a revisão da principal obra dos marxistas pioneiros – primeira escola teórica definida por Hartmann (1984 [1979]) –, então, serão apresentadas as duas escolas que surgiram após a crítica e autocrítica dos resultados relacionados às políticas para mulheres nas experiências de socialismo real (que estavam baseadas, em grande parte, nas ideias dos marxistas pioneiros). São elas: marxistas contemporâneos e marxistas feministas. O objetivo do capítulo é apresentar as principais ideias das três vertentes marxistas mais relevantes, segundo Hartmann (1984 [1979]), a partir da análise da principal obra de cada uma dessas correntes, para verificar porque a autora considera que nenhuma delas foi capaz de construir uma teoria marxista feminista propriamente fundamentada materialmente, que fornecesse um arcabouço teórico capaz de interpretar e modificar a condição das mulheres no mundo.

A chamada questão da mulher tem sido tratada no âmbito teórico e político há mais de dois séculos, sendo considerado um dos primeiros documentos feministas<sup>1</sup> escritos a célebre reivindicação de Mary Wollstonecraft (2000 [1792]) intitulada *A Vindication of the Rights of*

---

<sup>1</sup> Embora o conceito de feminismo seja bastante controverso, dificultando a classificação de algumas obras destinadas ao estudo da questão da mulher como propriamente feministas, a definição de feminismo aqui utilizada é a proposta por Gamba (2007), segundo a qual a teoria feminista se destina a estudar sistematicamente a condição das mulheres, seu papel na sociedade e as vias para alcançar sua emancipação. Buscando evitar o debate em relação à classificação de obras produzidas por homens como sendo feministas ou não – pois algumas vertentes argumentam, resumidamente, que a emancipação da mulher só pode ser trazida pela própria mulher, de forma que homens podem contribuir para a análise sistemática da opressão porém não para a produção teórica propriamente feminista devido à incapacidade de emancipação alheia –, o presente trabalho utiliza o termo “feminismo” apenas para obras produzidas por mulheres e “obras que tratam da questão da mulher” para obras de homens e mulheres em geral.

*Woman*. Desde então, o debate em relação à histórica condição de desigualdade entre os sexos, sendo a mulher considerada um ser inferior em diversos sentidos (e, por essa razão, inapta para usufruir de certos direitos<sup>2</sup>) se multiplicou em várias frentes, permitindo um diálogo multidisciplinar entre ciências jurídicas, sociais, antropológicas, médicas, econômicas, e diversas outras áreas do conhecimento.

O primeiro autor inserido no campo da economia a tratar diretamente da questão da mulher foi John Stuart Mill, com o livro *The Subjection of Women* (2009 [1869])<sup>3</sup>. Embora bastante progressista para a época, seus argumentos eram basicamente apoiados na filosofia, com uma defesa da participação política feminina visando o desenvolvimento individual e o enriquecimento da sociedade via aumento das liberdades. No contexto europeu de debate sobre a possibilidade de sufrágio feminino, a obra teve bastante relevância dado o prestígio acadêmico de seu autor. Entretanto, não era seu objetivo compreender de forma sistemática a posição das mulheres na sociedade em relação ao modo de produção. O autor defendia que a liberdade deveria ser defendida como princípio fundamental para o livre desenvolvimento; o mais provável, entretanto, seria a opção voluntária por parte das mulheres em seguir a “carreira” de dona de casa (MILL, 2009 [1869]).

Segundo Weinbaum (1984), o primeiro livro que buscou identificar as relações entre a posição das mulheres e o modo de produção foi *A Mulher e o Socialismo* (2005 [1879]), de August Bebel<sup>4</sup>. A obra, dividida em quatro partes, busca realizar uma construção histórica dos diferentes papéis femininos desde as origens da sociedade e as comunidades matriarcais<sup>5</sup>, passando por uma descrição analítica dos diferentes significados, direitos e deveres atribuídos às mulheres em Atenas e Roma, na ascensão do cristianismo e na reforma protestante, bem como no período no qual o livro foi escrito, com uma profunda descrição a respeito dos papéis específicos que as mulheres assumem na sociedade de classes. Os debates, embasados em diversos dados relacionados à industrialização e à agricultura, casamentos e divórcios,

<sup>2</sup> Em razão da retomada do discurso utilizado nas sociedades ocidentais que buscava legitimar a limitação de alguns espaços e funções sociais para as mulheres, baseado em algumas supostas características físicas e biológicas do corpo feminino, ver Laqueur (1990).

<sup>3</sup> Segundo algumas pesquisadoras e pesquisadores, a obra foi escrita em parceria com sua esposa, Harriet Taylor, embora seu nome jamais tenha sido publicado na posição de autora em qualquer edição. Na autobiografia de Mill (2007 [1924]), ele assume que as principais ideias de seu livro foram formuladas em parceria com sua esposa.

<sup>4</sup> Embora o autor não fosse economista, sendo a ciência econômica aqui definida nos termos apresentados na Introdução (criação, circulação e distribuição do valor gerado no processo produtivo), considera-se que essa obra dialoga com a produção acadêmica feminista dentro da economia.

<sup>5</sup> Existe um debate bastante intenso a respeito da diferença entre sociedades matriarcais e sociedades matrilineais. Na tradução da obra de Bebel (2005 [1879]) aqui utilizada, o termo que aparece é “matriarcal” e esse debate não é levado em consideração. Para uma discussão qualificada a respeito dessas diferenças, ver Goettner-Abendroth (2009).

nascimentos, abortos, prostituição, educação e cultura, culminam em uma terceira seção que traça objetivos e sugestões para uma futura legislação socialista. Nesse horizonte, Bebel (2005 [1879]) trata não só de futuros problemas relacionados às mulheres e à família (como uma possível superpopulação), mas também da educação, arte, algumas leis fundamentais e do livre desenvolvimento da personalidade dos indivíduos perante o socialismo.

Embora bastante comentada e traduzida para diversos idiomas, a obra de Bebel (2005 [1879]) não logrou o mesmo impacto que *A origem do Estado, da família e da propriedade privada* publicada por Engels (1984 [1884]) cinco anos depois. Ambos escritos são considerados fundamentais para o combate ao antifeminismo proletário<sup>6</sup>, presente na imensa maioria dos sindicatos da Alemanha e Inglaterra no período, mas a obra de Bebel (2005 [1879]) não visa propôr uma teoria capaz de auxiliar na compreensão da condição atual das mulheres, focando-se na denúncia da hipócrita moral burguesa relacionada à sexualidade feminina. Engels (1984 [1884]), por outro lado, foi capaz de utilizar diversos pressupostos e dados históricos semelhantes aos utilizados por Bebel (2005 [1879]) e considerar a reprodução como processo central no desenvolvimento histórico da humanidade, consolidando uma teoria marxista mais complexa para a compreensão da posição das mulheres na sociedade.

Lopes e Roth (2000) salientam o alto prestígio político de Frederich Engels e a posição da militante Clara Zetkin, uma das mais importantes líderes feministas da história do socialismo na Alemanha, a qual mantinha uma visão bastante próxima à de Engels e Lênin, como alguns dos motivos principais para a reduzida importância da obra de Bebel (2005 [1879]) se comparada à de Engels (1984 [1884]). Independentemente das razões, Engels (1984 [1884]) é considerada a “expressão mais completa do pensamento marxista sobre as mulheres e a família” (GOLDMAN, 2014 [1993], p. 26), sendo o ponto de partida da divisão teórica proposta por Hartmann (1984 [1979]).

Assim, Hartmann (1984 [1979]) faz uma revisão de literatura da produção acadêmica marxista que se destinou a estudar a questão da mulher e realiza uma divisão em três vertentes principais:

- a) os marxistas pioneiros, sendo a obra de Engels (1984 [1884]) a mais relevante;

---

<sup>6</sup> O chamado antifeminismo proletário é uma característica observada por diversas feministas na história do movimento sindical, e refere-se à tentativa de expulsão das mulheres do mercado de trabalho ou restrição dos espaços por elas ocupados via pautas como o salário-família, i. e., o pagamento de um salários que seria suficiente para fornecer todas as necessidades de uma família com marido, mulher e filhos, não sendo necessário o trabalho remunerado feminino (WEINBAUM, 1984).

- b) os marxistas contemporâneos, que tem em Zaretsky (1986 [1976]) um de seus principais expoentes;
- c) as marxistas feministas, sendo a obra de Dalla Costa e James (2005 [1972]) o ponto de partida para a discussão relacionada ao chamado “modo de produção doméstico”, questão central para as teóricas dessa corrente.

A seguir, serão discutidas cada uma dessas vertentes.

## 2.1 MARXISTAS PIONEIROS: “A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO” DE FREDERICH ENGELS

São autores dos chamados marxistas pioneiros Karl Marx, Frederich Engels e Vladimir Lênin. Embora Marx não tenha desenvolvido uma teoria sistemática sobre gênero, algumas teóricas sustentam que essa categoria de análise parece ser essencial em sua obra para a compreensão da divisão do trabalho e da produção da sociedade em geral (BROWN, 2012). Ainda, a interpretação do marxismo como método para compreensão da realidade é frequentemente resgatada por diversos trabalhos feministas como uma ferramenta importante para a interpretação da posição econômica e política das mulheres nos diferentes momentos do capitalismo (HARTMANN, 1984 [1979]). Além disso, a obra de Engels (1984 [1884]) traz diversas citações de Marx sobre o tema. O resgate do conceito de gênero nas diferentes obras de Marx será retomado nas Considerações Finais deste trabalho.

Hartmann (1984 [1979]) não coloca a obra da feminista soviética Alexandra Kollontai (1977<sup>7</sup>, 2011 [1921]) como sendo parte do arcabouço teórico dos marxistas pioneiros. Sua obra constitui, entretanto, uma das mais revolucionárias e importantes contribuições no campo do feminismo marxista, e sua grande influência na política soviética relacionada à questão da mulher será retomada no Capítulo 3. Como o presente capítulo está organizado segundo a proposta de Hartmann (1984 [1979]), a obra de Kollontai (1977, 2011 [1921]) não será destacada aqui; contudo, salienta-se sua grande contribuição para o debate dos marxistas pioneiros.

Vladimir Lênin possui diversos discursos, textos e correspondências nos quais aborda diretamente a questão da mulher, embora tampouco tenha se dedicado a formular uma teoria

---

<sup>7</sup> A data original de publicação desta obra não pode ser definida devido ao próprio caráter do livro, que se trata de uma seleção de textos da autora lançados na forma de panfletos. Algumas obras foram publicadas nos primeiros anos do século XX, enquanto outras datam da década de 20.

nesse campo específico. O livro *O Socialismo e a Emancipação da Mulher* (1956)<sup>8</sup>, formado por diversos textos do autor sobre o assunto (mais um texto de autoria de Clara Zetkin, que narra seu diálogo com Lênin sobre a questão da mulher na Rússia em comparação à mulher alemã), evidencia seu claro alinhamento às ideias e pressupostos de Engels (1984 [1994]), reforçando uma das principais características dessa vertente teórica: a crença na gradual corrosão da estrutura patriarcal perante os efeitos do desenvolvimento capitalista.

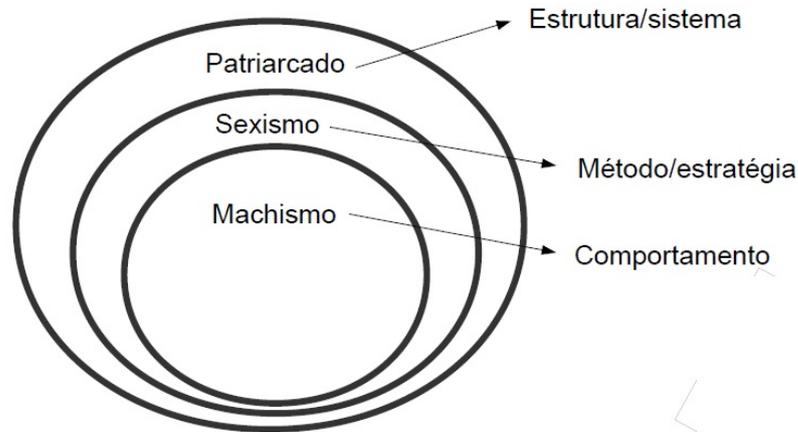
Aqui, é importante definir o que se entende por estrutura patriarcal – termo que aparece reiteradamente neste trabalho. O conceito de patriarcado e sua caracterização como estrutura social encontram muitas divergências na literatura. Além de debates em torno da definição do termo, há diversas críticas relacionadas a validade da sua utilização na sociedade contemporânea, visto que na concepção de alguns estudiosos e estudiosas o patriarcado designa a sociedade na qual o controle dos pais era soberano – e essa estrutura teria sido extinta com a emergência da sociedade civil.

No debate sobre a utilização moderna do conceito de patriarcado, Pateman (1993 [1988]) é uma das principais referências, argumentando que a estrutura patriarcal se sustenta por meio da fraternidade entre homens, que se encontram em uma relação de hierarquia entre eles, mas se tornam coletivamente opressores no sentido de que cada um deles é capaz de exercer poder sob ao menos uma mulher. Segundo outras teorias, esse poder, por sua vez, se dá por meio da estratégia sexista, ou seja, se desenvolve através de ideias e comportamentos generalizados que mantêm a posição de inferioridade, subordinação e exploração do sexo feminino (SAU, 2000). Quando essa estratégia sexista de dominação se manifesta concretamente, ou seja, quando comportamentos são realizados por parte do conjunto de opressores para o conjunto de oprimidas balizados por esse método, ocorrem as atitudes machistas. Graficamente:

---

<sup>8</sup> Essa coletânea foi feita pela Editorial Vitória, em 1956, no Rio de Janeiro. Editora oficial do PCB Brasileiro, foi fechada logo após o golpe da ditadura militar brasileira, em abril de 1964.

**Figura 1 - Relação entre patriarcado, sexismo e machismo**



Fonte: elaboração própria com base em Sau (2000) e Hartmann (1984 [1979]).

Se compreendido como sistema, torna-se necessário que a solução para a ruptura do patriarcado seja teorizada justamente como o combate a uma estrutura. Atitudes que combatem o machismo, portanto, são necessárias mas não suficientes para atingir o total da estrutura patriarcal, visto que essas são apenas ferramentas de combate ao comportamento típico da camada opressora. A compreensão dessa relação por parte de algumas marxistas é que leva à necessidade de definição de uma teoria feminista que não seja somente pautada pela tomada de consciência individual. Na definição dada por Heidi Hartmann (1976, p. 138, tradução nossa): “patriarcado é um conjunto de relações sociais que possui uma base material e no qual existe uma relação hierárquica entre homens e solidariedade entre eles, a qual os possibilita o controle sobre as mulheres. Patriarcado é, portanto, um sistema de opressão dos homens sobre as mulheres”. O debate em relação à estrutura patriarcal será retomado na Seção 4.3.

A obra de Engels (1984 [1884]) utiliza como base os estudos do antropólogo Lewis Henry Morgan<sup>9</sup> para reconstruir historicamente a criação da família, do Estado e da propriedade privada, considerando a divisão temporal proposta pelo autor. A cada estágio do desenvolvimento humano (estado selvagem, barbárie e civilização) corresponde o domínio de

<sup>9</sup> Em algumas edições, inclusive, a obra de Engels (1984 [1884]) aparece com o subtítulo “Trabalho relacionado com às investigações de L. H. Morgan”.

uma nova técnica de produção e reprodução, sendo cada estágio dividido nas etapas inferior, média e superior (exceto a civilização):

- a) estado selvagem: sobrevivência baseada na caça e coleta
  - fase inferior: início da organização da humanidade
  - fase média: domínio do fogo
  - fase superior: desenvolvimento de equipamentos mais sofisticados com a utilização de pedras, como o arco e flecha
- b) barbárie: desenvolvimento do sedentarismo devido ao domínio da agricultura e da pecuária, com o início de uma maior diferenciação entre as diversas populações do planeta, dadas as condições naturais de cada continente
  - fase inferior: desenvolvimento da cerâmica para armazenamento e preparo dos alimentos, com produção de subsistência
  - fase média: domesticação de animais, com a criação da agricultura e pecuária como atividades produtivas (primeira grande divisão social do trabalho)
  - fase superior: início da fundição do minério de ferro, que permitiu tanto o aprimoramento de técnicas rurais (como o arado de ferro com tração animal) quanto de novas armas e novos utensílios domésticos, consolidando a divisão entre a produção de utensílios e a agricultura (segunda grande divisão social do trabalho)
- c) civilização: desenvolvimento da indústria, com a criação de um ofício cujo trabalho não está envolvido diretamente na produção – o comerciante (terceira grande divisão social do trabalho)

Todos os povos nas fases inferior e média do estado selvagem, independentemente do continente em que se localizavam, tinham diferentes versões da família consanguínea como base organizacional. Cada geração era coletivamente casada entre si, sendo as crianças também criadas de forma coletiva.

Pelo processo de observação e seleção natural, iniciou-se a proibição de relações sexuais entre indivíduos com apenas um grau de parentesco (fim da procriação entre mães e filhos e entre crianças geradas pela mesma mãe), criando-se a chamada família punaluna, ainda no estado selvagem. Os utensílios extremamente rudimentares e pouco duráveis da época, bem como a característica nômade dos diferentes povos, tornavam desnecessárias regras em relação à herança.

Para a descrição do processo de desenvolvimento durante o estado de barbárie é feita a narrativa das diferentes *gens*, que eram os grupos básicos nos quais os povos estudados por Morgan (gregos, romanos, germanos e iroqueses) estavam distribuídos. Esses grupos, embora com características individuais, tinham um código mais bem estabelecido em relação ao parentesco se comparados às estruturas familiares anteriores, e estavam divididos de acordo com seus laços de sangue, prevalecendo o direito hereditário materno. Embora todas as *gens* estivessem organizadas de forma a cultivar coletivamente a terra, o início da produção de utensílios e o posterior desenvolvimento da escravidão durante a fase média da barbárie tornavam a questão da herança cada vez mais relevante.

Segundo o autor, com a domesticação e a criação do gado iniciada no período da barbárie, a agricultura foi-se desenvolvendo como uma técnica dominante em substituição à caça e delegada às mulheres; a pecuária, por outro lado, tornou-se atividade masculina. Nesse processo, o gado tornou-se o primeiro bem privado, enquanto a terra seguia de propriedade coletiva. O gado, os instrumentos necessários para o trabalho no campo e os escravos posteriormente empregados tornaram os homens proprietários de recursos individuais. Nessa nova condição de sobrevivência, surge a família sindiásmica, que não mais apresentava casamentos coletivos, e sim uniões individuais monogâmicas para as mulheres e poligâmicas para os homens, que podiam ser facilmente dissolvidas por ambas as partes (essa característica está presente em todas as famílias do período estudadas por Morgan, embora existam alguns traços culturais específicos relacionados aos diferentes povos).

A família sindiásmica deu origem ao casamento por compra e ao casamento por rapto, justamente por estar associada à hereditariedade matrilineal da propriedade existente na época (que todavia não abrangia a propriedade privada de terras). O desenvolvimento de técnicas avançadas para a agricultura e a pecuária no estágio superior da barbárie, que permitiu uma acumulação cada vez maior de bens por parte dos homens, foi tornando questionável a exclusividade de descendência familiar materna:

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida (ENGELS, 1984 [1884], p. 59)

A abolição do direito hereditário materno constitui, para Engels (1984 [1884], p. 60), “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Em sua substituição, foi estabelecida a

hereditariedade paterna, que culmina na formação da família monogâmica, considerada a primeira forma de família que não se baseia em condições naturais de existência, e sim em condições econômicas. Esse tipo específico de matrimônio, caracterizado por laços estáveis que não podem ser rompidos por nenhuma das partes – porém que presumem, inclusive perante a lei, a infidelidade por parte do homem –, representa o triunfo da propriedade privada perante a propriedade comum: “[...] a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade.” (ENGELS, 1984 [1884], p. 184).

A família monogâmica foi fundamentada, portanto, nos laços de propriedade estabelecidos com a criação da propriedade privada, desenvolvida na etapa da civilização. Desde sua origem, prevê que os homens – proprietários – terão garantidos seus direitos de hereditariedade para seus filhos, que serão assegurados legítimos dada a fidelidade de sua esposa, que nada possui. Assim, Engels (1984 [1884]) repete reiteradamente durante a obra que a família monogâmica constitui uma forma de escravidão, com um proprietário (o homem) gozando de direito de vida ou morte sobre sua propriedade (a mulher): “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.” (ENGELS, 1984 [1884], p. 70-71).

A existência do amor romântico, assumido por Engels (1984 [1884]) como legítimo sentimento humano e monogâmico em sua essência (o que justificaria a existência de casamentos monogâmicos – no sentido etimológico da palavra – em futuras famílias socialistas, mesmo que temporários), apenas ocorre fora do matrimônio. Mesmo o conceito de livre escolha individual, trazido pela burguesia no decorrer do desenvolvimento da civilização, confere apenas certa liberdade de escolha, concedida dentro da mesma classe. O fundamento da união matrimonial na família monogâmica segue sendo a propriedade, mesmo com a existência do amor sexual romântico – que, salienta Engels (1984 [1884]), é retratado pelos poetas da época como platônico e distante, jamais matrimonial.

Nesse sentido, considera-se que o casamento proletário jamais será monogâmico em sentido histórico, pois sendo a classe proletária uma classe não proprietária por definição, a fundamentação do matrimônio apenas pode ser o amor romântico sexual. A perda do caráter social do trabalho no lar, processo iniciado desde a chamada primeira grande divisão social do trabalho (i.e., o desenvolvimento da agricultura), é menos impactante para a classe

trabalhadora, justamente porque as condições materiais de sua sobrevivência exigiam a entrada da mulher no mercado de trabalho<sup>10</sup>:

[...] sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia. (ENGELS, 1984 [1884], p. 78).

A passagem acima é a única durante toda a obra que expõe a violência física e/ou psicológica contra as mulheres como sendo um problema (não é possível saber, entretanto, a qual prática de “brutalidade” Engels se refere). Associando-a à monogamia e simultaneamente negando a possibilidade de monogamia no casamento proletário, seu argumento torna-se dúbio. Sua linha de argumentação subsequente, porém, identifica que a entrada das mulheres no mercado de trabalho constitui apenas um primeiro passo para sua libertação, e não uma condição necessária e suficiente para o fim de tais práticas:

No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade de direitos das duas classes. A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que há de se ver que a libertação da mulher exige, **como primeira condição**, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a suspensão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. [grifos da autora] (ENGELS, 1984 [1884], p. 80-81)

Para Engels (1984 [1884]), o estabelecimento do lar como o ambiente da mulher por excelência e sua separação total em relação à esfera produtiva da sociedade, que na etapa da civilização corresponde à indústria, a mantém em uma condição de inferioridade perante o homem. A esfera doméstica, por pertencer ao âmbito privado no modo de produção capitalista, garante a relação da mulher-propriedade e homem-proprietário, negando a individualidade feminina perante o social. A base econômica da opressão feminina na

<sup>10</sup>Em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra* (2007 [1845]), publicado por Engels após sua vivência em Manchester durante o fervor da revolução industrial, o autor narra com maior precisão como se deu o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, utilizando dados relacionados às condições materiais de vida e à alta mortalidade urbana da classe trabalhadora inglesa para embasar seu argumento de entrada forçada e inevitável das mulheres nas fábricas.

sociedade moderna é a propriedade privada, e as famílias individuais são as moléculas que formam a massa dessa sociedade.

O casamento monogâmico e seus complementos inseparáveis – o adultério por parte dos homens e a prostituição por parte de mulheres, segundo a ideia de que esse casamento se dá apenas por motivos materiais e a camada masculina desenvolve suas questões românticas e amorosas necessariamente em outros espaços – constituem a forma tipicamente burguesa de família. Na contradição resultante da aplicação desse modelo familiar dentro da classe operária, dadas as condições materiais duplamente livres dessa (livre em relação à propriedade, no sentido de despossuída, e livre em relação à possibilidade de venda de sua força de trabalho, inclusive as mulheres) surge a possibilidade da sua superação. Nesse sentido, o surgimento de uma nova forma familiar viria de dentro pra fora, como produto de uma sociedade quando essa atingisse um determinado grau de desenvolvimento, em analogia ao processo do surgimento do Estado narrado por Engels (1984 [1884]) de dentro das diferentes *gens*.

O movimento constante de inserção das mulheres no mercado de trabalho tornaria essa contradição cada vez mais latente, criando as condições econômicas para que se desenvolvesse uma nova forma de produção doméstica que não a privada e gratuita ofertada pela condição feminina. E essa inserção não viria por uma vontade específica das mulheres, mas sim pelas próprias condições de acumulação do capital. Resumidamente:

O 'selvagem' – guerreiro e caçador – se tinha conformado em ocupar o segundo lugar na hierarquia doméstica e dar procedência à mulher; o 'pastor', mais suave, envaidecido com a riqueza, tomou o primeiro lugar, relegando a mulher para o segundo. E ela não podia reclamar. A divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher. Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transtornava as relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa – a exclusividade no trato dos problemas domésticos – assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição. Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Esta condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública. (ENGELS, 1984 [1884], p. 182)

O caminho da proletarização feminina generalizada para a libertação das mulheres, argumentada de forma a mostrar que esse processo também seria necessário para a construção da sociedade socialista – pois seria o meio pelo qual a família monogâmica, organização típica da civilização industrial, chegaria ao seu fim – foi um argumento chave para a modificação de algumas militâncias sindicais que ainda seguiam a linha do antifeminismo proletário. No campo teórico, por meio da análise comparada entre a propriedade privada e a opressão das mulheres, a obra de Engels (1984 [1884]) lançou férteis ideias para novas percepções feministas, utilizando-se do rigor teórico para tratar das questões políticas diretamente relacionadas às opressões de gênero. Entretanto, se o debate relacionado à forma específica como essa opressão surge no modo de produção capitalista serviu como apoio para diversos estudos futuros, a conclusão de como essa estrutura se esgotaria serviu para silenciar as pautas feministas em diversos momentos históricos, pois essas tirariam o foco da grande pauta capaz de libertar a sociedade em sua totalidade: a luta socialista.

Mesmo que a entrada das mulheres no mercado de trabalho seja explicitamente tratada como um primeiro passo rumo à igualdade plena entre os sexos no futuro, a ênfase dada na proletarização feminina na obra de Engels (1984 [1884]) permitiu a interpretação de que esse seria não só o passo mais fundamental a ser dado, mas também o único movimento necessário. A libertação das mulheres viria com sua inclusão na classe proletária para tensionar a luta de classes, tornando a luta específica feminista (por pautas como violência doméstica, abusos físicos e morais no ambiente de trabalho, dentre diversas outras questões latentes na época) prejudicial ao movimento socialista, por afastarem o foco da luta de classes. Outras obras produzidas por Marx e Engels, como o *Manifesto do Partido Comunista* (1998 [1848]) e *A Ideologia Alemã* (2001 [1933]), trouxeram reiteradamente a inserção das mulheres no mercado de trabalho como o passo mais importante para a sua libertação (o que, no contexto da Alemanha da metade do século XIX, era considerado um atentado à moral da sociedade tanto por parte dos capitalistas quanto pelo movimento sindical), tornando-se a única bandeira propriamente socialista relacionada às questões femininas pelos partidos comunistas mundiais até o século XX.

Uma das principais preocupações dos marxistas pioneiros no que tange aos direitos das mulheres estava no fim da prostituição, que seria um dos grandes centros da imoralidade social burguesa. Marx e Engels (1998 [1848]) defendem abertamente que o fim do modo capitalista de produção traria por si só o fim da atividade – o que não se observou na experiência da União Soviética, conforme debatido no Capítulo 3 a seguir. Segundo

Weinbaum (1984), algumas cartas e escritos de Lênin repudiavam a aproximação das militantes socialistas com as prostitutas, argumentando que tal relação corromperia as bases morais do partido e não permitira a proletarianização de mais mulheres, já que essas já teriam um emprego, porém do tipo não-produtivo<sup>11</sup>, e teciam duras críticas à distribuição de panfletos e promoção de debates relacionados à sexualidade e ao matrimônio.

Segundo Hartmann (1984 [1979]), é indiscutível a contribuição da obra de Engels (1984 [1884]) para o desenvolvimento do estudo da questão da mulher dentro da teoria marxista. Da mesma forma, sua contribuição para o combate ao antifeminismo proletário por meio da formulação de uma base teórica anticapitalista favorável à entrada das mulheres no mercado de trabalho é bastante relevante. Entretanto, não há nenhum debate a respeito da chamada “questão feminista”, que seria a relação entre a mulher e o homem, i.e., a relação entre oprimido e opressor (em contraste ao objeto de estudo da questão da mulher, que seria a relação entre a mulher e a sociedade). Não é só o sistema capitalista que se beneficia com a opressão das mulheres, mas os homens individualmente também, e um estudo sistemático de como se dá esse beneficiamento é necessário para compreender formas de empoderamento da mulher. As limitações das ideias de Engels (1984 [1884]) e as possíveis interpretações permitidas por sua obra são mais profundamente analisadas no Capítulo 3, por meio do estudo de caso das leis relacionadas às mulheres e à família na União Soviética.

## 2.2 MARXISTAS CONTEMPORÂNEOS: A CONTRIBUIÇÃO DE ELI ZARETSKY

O desenvolvimento da teoria marxista na década de 60 e 70, e mais especificamente os estudos a respeito da consciência de classe – e o questionamento em relação à reprodução dos valores morais burgueses dentro das classes trabalhadoras, afastando-as de sua tomada de consciência em vez de aproximá-las, que seria o caminho natural devido às suas próprias condições materiais – incluíram diversos princípios freudianos de análise à agenda de pesquisa. A questão da criação de uma personalidade, manifestada e internalizada no consciente e no subconsciente como meramente individual, mas inevitavelmente formada e atuante no contexto da luta de classes, foi introduzida como um objeto de pesquisa pelos chamados freudomarxistas<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup>Sobre a divisão de trabalho produtivo e improdutivo, ver Marx (1980 [1905]), em especial o Capítulo IV. Essa discussão será retomada na Seção 2.3 e no Capítulo 4.

<sup>12</sup>Algumas das principais obras que debatem as contribuições freudomarxistas e a chamada economia libidinal são: Althusser (2000 [1984]), Lyotard (1990 [1974]) e Žižek (2013)

A introdução de alguns princípios freudianos para a teorização da inserção e autoidentificação do indivíduo no contexto da sociedade de classes é justificada pelo próprio conceito de dialética marxista. Tanto em Freud (2013 [1913]) quanto em Marx e Engels (2001 [1933]), o ser humano é parte da natureza. Na teoria marxista, as necessidades da humanidade levam os indivíduos a modificarem conscientemente a natureza por meio de suas habilidades físicas e dos instrumentos desenvolvidos através de suas habilidades físicas; ao realizar esse processo, ele necessariamente modifica a si mesmo, construindo um processo dialético. A aproximação da teoria freudiana se dá por meio da identificação de uma natureza interna, i.e., dos instintos humanos que, por fazerem parte do indivíduo, são constantemente transformados e ressignificados nesse ambiente social.

Nesse contexto, surge um grupo de marxistas dispostos a compreender a questão da mulher sob a ótica do desenvolvimento da personalidade individual na sociedade de classes, buscando identificar qual a forma específica assumida pelo patriarcado no capitalismo – sendo aquela uma estrutura historicamente anterior a este modo de produção, porém modificada e adaptada a essa nova sociedade. A análise da vida cotidiana das mulheres, com sua presença ou ausência na esfera do lar e na esfera social, seria o meio pelo qual tal questão poderia ser respondida. A obra de Eli Zaretsky (1986 [1976]), inicialmente lançada em 1972 na forma de panfleto e em 1976 na forma de livro, é considerada o principal expoente dessa visão (HARTMANN, 1984 [1979]; CHODOROW, 1999 [1978]).

O livro de Eli Zaretsky é destinado a examinar a divisão entre as esferas privada e pública, explicada em termos do impacto do capitalismo sobre a família, que ocorre em duas frentes: no declínio da família patriarcal tradicional e no desenvolvimento da vida pessoal, experienciada como algo exterior ao trabalho e à sociedade. Segundo o autor, as experiências de socialismo real trouxeram importantes críticas ao marxismo a partir da década de 60, e o desenvolvimento de teorias feministas com base estruturalista foram fundamentais para analisar a supremacia masculina existente tanto nessas experiências como nos países capitalistas. Entretanto, é possível e desejável que haja um diálogo entre as duas tradições, buscando a incorporação da esfera da vida pessoal na análise marxista da situação de opressão das mulheres.

Com as experiências de socialismo real, em especial o caso soviético e, em alguma medida, o caso chinês, o patriarcado começou a ser interpretado como uma estrutura anterior ao capitalismo e persistente no socialismo. Assim, o foco das feministas passou a ser o estudo da supremacia masculina, reivindicando o socialismo como desejável mas priorizando a luta

das mulheres como uma revolução à parte, sendo as mulheres as protagonistas históricas da sua própria libertação.

A obra de Kate Millet (1970) foi a primeira tentativa de organização teórica desse movimento. Zaretsky (1986 [1976]) interpreta que, segundo ela, a supremacia masculina se apresenta como um discurso biológico: maior força, raciocínio lógico, habilidades políticas dentre várias outras características que seriam inatas aos homens. Entretanto, trata-se essencialmente de uma estrutura social. Seu argumento foi reforçado pela obra de Sulamith Firestone (1976 [1970]), que trouxe um pensamento semelhante com uma vasta fundamentação histórica do movimento feminista. As autoras inauguram o chamado feminismo radical<sup>13</sup>.

Ambas argumentam que a capacidade natural de gerar crianças é o que manteve a mulher ligada ao ambiente doméstico desde sua origem. Seria, portanto, uma origem biológica da opressão, e essa divisão sexual desde o princípio da humanidade seria o grande paradigma histórico (em oposição à luta de classes marxista como o motor da história). Dessa forma, os movimentos sociais que se destinam a combater o capitalismo apenas tratam de questões generalizadas e superficiais, sendo necessário o combate à família tradicional burguesa para uma verdadeira transformação radical da sociedade.

Zaretsky (1986 [1976]) salienta a importância dessas obras para o desenvolvimento de uma teoria capaz de motivar a militância individual feminina, buscando sua libertação dentro das próprias relações estabelecidas também na esfera pessoal e doméstica. Tal percepção permite a tomada de consciência individual e coletiva por parte das mulheres e estabelece novos terrenos para seu empoderamento, tornando a vida cotidiana um campo de disputa embasado no autoconhecimento e na crítica constante em relação aos diversos direitos e deveres depositados sob o sexo feminino. Entretanto, essa nova esfera acabou por desconsiderar a importância da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Buscando expôr as limitações das primeiras obras do feminismo radical, Juliet Mitchell (1971) reconhece a capacidade feminina de reprodução como raiz da opressão e as falhas históricas do socialismo em relação ao tratamento da questão da mulher; contudo, reivindica uma busca dentro da teoria marxista para compreender como essa opressão opera na sociedade. Assim, sua análise sugere a separação da família em três estruturas básicas:

---

<sup>13</sup>Existem diversas divisões do feminismo, com grande variedade de correntes teóricas e práticas militantes. Embora não seja o propósito deste trabalho apresentar toda a variedade de escolas de feminismo existente, a discussão entre as contribuições do feminismo radical e sua diferença em relação ao feminismo marxista e às feministas de origem pós-estruturalista será retomada no Capítulo 4.

sexualidade, reprodução e socialização de crianças. Essa separação permitiria a compreensão da família como estrutura complexa, que se manteria unida por meio de três mecanismos:

- a) unidade econômica, relacionada à reprodução da mão de obra e ao papel da família como espaço de consumo;
- b) unidade ideológica, na qual se preservam os conceitos mais conservadores da sociedade – no capitalismo, o conceito da propriedade privada como valor básico;
- c) unidade biossocial, que relaciona as diferenças anatômicas entre homens e mulheres com seu papel social no desenvolver das crianças geradas dentro dessa estrutura.

A compreensão do papel da mulher no seio da família, portanto, se dá por meio do estudo dessas três unidades que mantêm a estrutura familiar coesa. A interpretação da unidade econômica passa pela revisão da teoria marxista; a interpretação das unidades ideológica e biossocial, entretanto, têm como base teórica os estudos da psicanálise. Nesse sentido, a obra de Mitchell (1971) sofre uma fragmentação:

Em vez de desenvolver uma teoria social para incluir essas áreas da vida (e usar as descobertas da psicanálise para fazer isso), Mitchell deixou o marxismo no seu papel tradicional e introduziu a psicanálise como uma categoria residual para lidar com os problemas que haviam escapado aos marxistas (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 8, tradução nossa).

Segundo Zaretsky (1986 [1976]), essa descontinuidade não permitiu a interpretação da família como uma estrutura importante para a análise econômica, ocultando o ofício doméstico como um trabalho de caráter socialmente necessário no modo de produção capitalista. Em termos marxistas, considerar a luta de sexos como o paradigma histórico do desenvolvimento social seria como colocar a família como base e a economia política como superestrutura, sendo a relação entre ambas esferas realizada por meio da psicanálise. Assim:

Mitchell e Firestone compartilham com o resto do movimento socialista recente a crença de uma radical descontinuidade entre a família e a economia. Assumindo esse pressuposto, não é possível compreender a relação entre o cotidiano familiar e o resto da sociedade. (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 9, tradução nossa)

O desenvolvimento do capitalismo, que possibilitou a separação entre as esferas produtiva e doméstica, sendo esta própria da mulher e aquela de domínio do homem, tornou obscura a função econômica da família, ocasionando uma visão da mulher que trabalha no lar

como não relacionada à esfera produtiva em nenhum âmbito. Sendo a produção material consciente a característica principal que difere a humanidade do resto dos seres vivos, a família permanece associada com algo primitivo, que nos aproxima dos animais. Segundo Zaretsky (1986 [1976], p. 13, tradução nossa): “Certamente, é a associação da mulher com essa esfera que está entre as primeiras e mais persistentes fontes de supremacia masculina e ódio às mulheres.”

Essa divisão da produção material, acentuada com o processo de industrialização, seria a grande responsável pela perpetuação da supremacia masculina no capitalismo. Entretanto, se a família entra permanentemente em um processo de perda de significado social, pois perde em aparência seu papel na produção de *commodities*, quais os novos papéis desempenhados pela família na generalização desse modo de produção para justificar sua existência? Segundo Zaretsky (1986 [1967], p. 14, tradução nossa), é o surgimento da vida pessoal: “Assim como o desenvolvimento capitalista fez surgir a ideia da família como um espaço separado da economia, ele também criou a esfera separada da vida pessoal, aparentemente divorciada do modo de produção”.

À medida que a moral burguesa foi-se tornando a moral dominante, criando diversas esferas de constituição do indivíduo que não apenas sua inserção no mercado de trabalho – como hábitos de consumo e, mais especificamente, opções de lazer –, criou-se a busca por uma realização pessoal fora da esfera produtiva. Surge, assim, uma vida privada aparentemente divorciada do papel ocupado na produção (e, portanto, diretamente relacionada à vida familiar), na qual o indivíduo pode criar uma personalidade individual:

Para aqueles reduzidos a proletariado pela pequena burguesia, a sua identidade individual já não poderia ser realizada por meio do trabalho ou pela posse de propriedade; os indivíduos começaram a desenvolver a necessidade de serem valorizados por si mesmos. A proletarização deu início à subjetividade. A família se tornou a esfera social na qual o indivíduo pode estar em primeiro lugar – é o único espaço no qual os proletários são ‘donos’. Nesse meio, uma nova esfera social começou a tomar forma: a vida pessoal. (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 44, tradução nossa)

A ascensão dos valores burgueses, notadamente o individualismo baseado na propriedade privada, está intimamente relacionado ao protestantismo na obra de Zaretsky (1986 [1976]). Seguindo o princípio da igualdade entre os humanos com fé, a família começa a ser encarada como uma instituição natural unida por Deus na qual um homem e uma mulher formam uma parceria baseada no amor e no trabalho. Assim, no surgimento do capitalismo, a

família como unidade produtora e como unidade moral é considerada a unidade básica da sociedade.

Com a industrialização, entretanto, a recém-criada esfera social de produção, alheia ao lar, torna-se continuamente dominada pela racionalização, sendo o espaço do desenvolvimento mecânico e técnico por excelência. Nos princípios da burguesia vitoriana, a família surge como “templo sagrado alheio à terrível e anônima esfera da indústria e do comércio” (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 35, tradução nossa), cabendo à mulher a responsabilidade de manter o lar em harmonia, como guardiã da moralidade. Nesse processo, a sexualidade – imoral por definição na lógica vitoriana – torna-se alheia ao lar e destinada às casas de prostituição<sup>14</sup>.

Para o autor, a ideia da mulher como bastião do afeto e dos princípios morais se torna evidente nos discursos do movimento inglês no século XIX. Segundo ele, os discursos mais reproduzidos na época relacionavam a necessidade de direitos iguais entre mulheres e homens justamente para que a mulher pudesse criar suas crianças em melhores condições, utilizando sua inserção na política e na esfera social em geral como forma de adquirir habilidades e conhecimentos necessários para a boa gestão do ambiente doméstico.

No contexto dos países de capitalismo avançado no início do século XX, o aumento da produtividade que permitiu menores jornadas de trabalho e o aumento do consumo para além da subsistência por parte da classe trabalhadora generalizaram as ideias de escolha pessoal e opção de estilo de vida. Surge uma “busca por identidade pessoal fora da divisão social do trabalho” (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 18, tradução nossa), que se realiza nas opções de consumo. Assim, a classe trabalhadora “passa a ver o consumo como um fim em si mesmo, e não como um complemento da produção, se tornando a principal fonte tanto de identidade pessoal quanto de identidade social (i.e., *status*).” (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 51, tradução nossa).

Se o desenvolvimento dessa vida pessoal surge em oposição à padronização da existência identificada com a posição no mercado de trabalho, ela necessariamente ocorre de forma bastante mais confusa para as mulheres, pois na esfera na qual tal personalidade deveria se manifestar (i.e., o seio familiar) está também o trabalho feminino (mesmo que a mulher trabalhe também remuneradamente, pois os serviços do lar continuam sendo de sua

---

<sup>14</sup>Sobre a sexualidade na época vitoriana, é interessante notar a aproximação das ideias de Zaretsky (1986 [1976]) com as noções de Foucault (1988 [1976]) em relação aos conceitos de generalização da moral sexual burguesa, desenvolvidos no primeiro volume de *A história da sexualidade*, publicado no mesmo ano que o livro de Zaretsky (1986 [1976]).

responsabilidade). A noção de identidade individual feminina, portanto, não se origina da criação de uma esfera na qual é possível o livre desenvolvimento da personalidade, pois a separação dessas esferas ocorre apenas para os homens, cuja função social está na produção material de *commodities*. Sendo a função social feminina esperada o exercício do trabalho doméstico, tais esferas nunca são verdadeiramente separadas para as mulheres sob o modo de produção capitalista.

Com a crise econômica mundial iniciada na década de 20 e a recessão dos anos 30, Zaretsky (1986 [1976]) aponta para um crescimento da valorização da vida pessoal e da subjetividade. Em um contexto de desperdício, obsolescência programada, subemprego e aumento da racionalização da produção, a busca por um significado de existência alheio à esfera produtiva se tornou mais frequente, especialmente com o desenvolvimento de novas técnicas publicitárias que exaltavam as experiências subjetivas como próprias de todos os sujeitos (gosto e sensibilidade, antes exclusivas aos artistas, paulatinamente adentravam ao vocabulário da classe trabalhadora).

Associado a esse novo padrão de consumo surge um novo modelo de educação escolar, que passa a incluir conceitos de cooperação e sociabilidade. O trabalho mental criativo, necessário para o desenvolvimento de novas tecnologias produtivas, passa a ser mais incentivado e associado a características individuais, com valorização da imaginação e da sensibilidade como valores necessários aos indivíduos.

O sistema educacional disfarçou esses valores como uma ideologia de desenvolvimento pessoal em vez de apresentá-los como habilidades necessárias à produção. Em consequência disso, homens e mulheres (mas particularmente homens) tem sido encorajados a habitar sobre suas próprias singularidades e a entenderem a si mesmos em termos de quimeras como 'talento' ou 'esperteza', supostamente inatas em certos indivíduos. (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 55, tradução nossa)

Os jovens formados por esses métodos educativos e inseridos desde seu nascimento nesse novo contexto social, com novos padrões produtivos e, portanto, novos padrões de consumo, enxergam na família uma prisão alheia à sociedade. Assim, surge uma questão geracional que tende a transformar as relações familiares em contatos desengajados, impessoais e mecânicos. Nesse conflito, a posição da mulher se torna ainda mais complexa, pois a constante falha em manter a harmonia do lar passa a ser percebida como uma questão pessoal – como não poderia deixar de ser na individualização generalizada do pensamento burguês.

Nenhum grupo vivenciou o isolamento subjetivo da vida pessoal tão profundamente quanto as mulheres, culpadas por suas escandalosas falhas ou forçadas a negociar no limbo entre essas falhas e o mundo do trabalho assalariado. Como donas de casa, e particularmente como mães, as mulheres se tornaram o foco da aspiração moderna por felicidade pessoal. As novas áreas da vida pessoal que surgiram eram responsabilidade da esposa – em particular a infância, mas também a sexualidade, a expressão de emoções e o padrão de consumo da família. Longe de ser um refúgio para a mulher, a família é um local de trabalho. (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 86, tradução nossa)

Nesse momento do desenvolvimento capitalista, que corresponde às décadas de 50 e 60 nos países de capitalismo avançado, Zaretsky (1986 [1976]) considera que o movimento socialista se isolou em relação ao crescimento da esfera pessoal. Da mesma forma, os diversos movimentos sociais que pautavam os direitos individuais, como o movimento feminista e o movimento negro, viram na militância socialista e em especial nos partidos comunistas uma preocupação superficial com a modificação da sociedade, pois eles não levantavam bandeiras em favor das minorias (embora não se manifestassem contrários às pautas).

A revolução bolchevique ajudou a intensificar o foco de atenção política da Europa e dos Estados Unidos exclusivamente para a questão do poder do Estado justamente quando as questões individuais estavam ganhando atenção em todas as esferas. Seguindo o exemplo russo, o objetivo do socialismo se tornou pautado apenas em termos de desenvolvimento econômico. [...] O partido comunista classificou as demandas individuais pré-primeira guerra mundial como ‘pequeno-burguesas’ e rejeitou todo o legado do individualismo romântico e das artes. Da mesma forma, as várias ideologias da vida pessoal começaram a considerar as políticas socialistas como ‘irrelevantes’ para modificar as necessidades da população. (ZARETSKY, 1986 [1976], p. 90-91, tradução nossa)

A principal preocupação dos partidos comunistas desse período até a dissolução da União Soviética foi mostrar a eficiência econômica de um país sob governo socialista, com a constante utilização de argumentos históricos e teóricos que expunham a impossibilidade do contínuo crescimento e geração de empregos no capitalismo. Embora a militância socialista organizada se posicionasse contrariamente aos avanços conservadores nos Estados Unidos na época<sup>15</sup>, não havia um programa de políticas públicas relacionados à vida pessoal.

Por outro lado, as teorias da psicanálise que fundamentaram os movimentos sociais desse período explicavam a família em termos de si mesma, e não em seu contexto social.

---

<sup>15</sup>O movimento de libertação sexual nos anos 60 nos Estados Unidos foi bastante intenso e cheio de episódios marcantes. Um dos casos mais emblemáticos foi a derrubada da proibição da utilização de métodos contraceptivos no país em 1965, sendo que pílula anticoncepcional já havia sido desenvolvida e lançada no mercado norte-americano em 1960. Um bom apanhado dos movimentos sociais e políticos da década está em Heale (2001).

Mesmo as teóricas e teóricos marxistas que buscaram a integração com essa área do conhecimento – como Mitchell (1971) e Althusser (2000 [1984]) –, a utilizaram de forma a redefinir elementos críticos de ambas ciências para possibilitar a integração da esfera econômica com a esfera pessoal, que permaneceram sendo tratadas em separado. Para Zaretsky (1986, [1976] p. 100, tradução nossa): “o potencial ponto de contato entre o marxismo e a psicanálise está na concepção da família e da vida pessoal como instituições sociais concretas, integradas e modificadas pelo modo de produção existente.”.

Se, por um lado, a socialização da produção trouxe uma descontinuidade entre trabalho e vida, pois a ideia do ser humano como um fim em si mesmo – e não sua posição de trabalho – só pode ser plenamente desenvolvida fora da esfera da produção, por outro, permitiu a idealização de uma sociedade na qual as relações de produção não limitam nenhum aspecto da existência individual. Nesse sentido, a criação do livre desenvolvimento da personalidade como um valor generalizado, que só foi possível com a generalização dos valores do individualismo burguês, permite a idealização do socialismo.

Em relação à argumentação de Zaretsky (1986 [1976]), foram feitas duas críticas principais:

- a) o capitalismo foi o grande responsável pela separação das esferas pública e privada, mas que estrutura social foi responsável por definir e manter a esfera privada como própria da mulher e a esfera pública como própria do homem? Para Hartmann (1984 [1979]), a resposta está na análise da estrutura patriarcal, surgindo a necessidade de pesquisa em relação à dinâmica entre o modo de produção capitalista e o patriarcado, e não focada no conceito de vida pessoal;
- b) o deslocamento da função produtiva da família para outra esfera de convivência pode não significar que a função produtiva foi extinta e transformada em função social, mas sim que a função produtiva se modificou de forma a adaptar-se às fases do capitalismo (TILLY, 1978).

A crítica de Hartmann (1984 [1979]), analisada por Zaretsky (1986 [1976]) em um posfácio escrito para a edição de 10 anos do lançamento de seu livro, estaria centrada em uma autonomia histórica dos papéis de gênero. Para o autor, tal questão está desenvolvida na argumentação relacionada ao papel da mulher como bastião da moralidade, sendo sua suposta relação mais próxima à natureza e sua inconstância emocional (reforçadas por mitos como Adão e Eva) as responsáveis por sua restrição à esfera do lar. Assim, tanto as habilidades naturais femininas lhe limitariam ao espaço doméstico quanto a necessidade social de

manutenção dos bons costumes exigiram tal comportamento. Entretanto, tais considerações não foram consideradas respostas satisfatórias para as críticas levantadas – afinal, esse estereótipo da mulher teve sua origem em algum momento histórico (MACKAY, 2015).

Sobre o segundo ponto principal da crítica, Tilly (1978) argumenta que o trabalho de Zaretsky (1986 [1976]) sofre de uma inconsistência metodológica. Para a autora, “quando ele examina economia e reprodução, sua análise se dá no nível social; apenas quando estuda a vida pessoal que ele considera a família como uma unidade de análise” (TILLY, 1978, p. 424, tradução nossa). Essa crítica dialoga com a de Hartmann (1984 [1979]), no sentido de que busca uma explicação observável do ponto de vista macro nos diferentes momentos de acumulação do capital e não apenas das ideologias e sensações individuais. Ou seja, investiga uma explicação a partir do ponto de vista da inserção real das famílias no capitalismo não sob a ótica da sociedade capitalista em geral e da ideologia pequeno-burguesa, mas sim sob a ótica das próprias famílias e estruturas de parentesco em relação ao momento do modo de produção vigente: busca uma explicação material para a persistência da família, e não apenas ideológica.

As contribuições de Zaretsky (1986 [1976]), portanto, estão mais relacionadas ao debate em relação à base ideológica de existência da família no capitalismo moderno. Entretanto, não contribuem fundamentalmente para a questão da base material da família, que fundamenta a definição do patriarcado como estrutura social concreta – e não meramente ideológica. O desenvolvimento da vida pessoal pode não ser o motivo pelo qual as famílias tem filhos (questão ideológica), por exemplo, e sim a crença de que seus filhos e filhas terão mais acesso à educação e empregos de forma a aumentar a renda média de seus pais e mães quando esses alcançarem idade de aposentadoria (questão material).

### 2.3 MARXISTAS FEMINISTAS: A OBRA DE MARIAROSA DALLA COSTA E SELMA JAMES E O DEBATE DO TRABALHO DOMÉSTICO

A partir do já citado movimento de reflexão e autocrítica por parte da teoria marxista, desencadeado principalmente a partir da experiência da União Soviética, surgiu um grupo de mulheres que reformulou a pergunta histórica do movimento socialista no que tange à participação feminina. Se antes a questão central estava em como a mulher se encaixa no papel revolucionário da luta anticapitalista, agora seu questionamento surge em relação a qual revolução se encaixa nas necessidades das mulheres (WEINBAUM, 1984).

Considerando a premissa tipicamente marxista de separação da esfera do lar e da esfera produtiva da sociedade no desenvolvimento capitalista, com a primeira sendo a esfera própria da mulher e a segunda o espaço do homem, mesmo o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho no período não parecia modificar essencialmente essa divisão. As mulheres que trabalhavam remuneradamente continuavam exercendo o trabalho doméstico, concretizando a dupla jornada de trabalho feminino<sup>16</sup>. Nesse contexto, as chamadas feministas marxistas passaram a teorizar sobre a esfera doméstica como parte importante do modo de produção capitalista, buscando formas de valorizar o trabalho feminino por meio do reconhecimento da relevância dessa esfera perante a sociedade.

A obra de Dalla Costa e James (2005 [1972]) inaugurou o debate em relação ao reconhecimento da esfera do lar como parte integrante do modo de produção capitalista, sendo essa definição um possível caminho para o empoderamento feminino. A identificação de que todas as mulheres são donas de casa, independentemente de sua inserção ou não no mercado de trabalho, trouxe uma pauta comum para a luta feminista que não exigia sua proletarização em massa, advogando por uma luta feminista anticapitalista que poderia ser exercida de dentro e para dentro do lar.

As autoras consideram que a separação entre esfera produtiva e esfera do lar não só trouxe uma separação entre o homem e a mulher em relação à sua função social, mas também uma divergência de interesses e uma separação geracional entre os adultos e as crianças geradas pela família. No contexto de uma educação ditada pelos interesses da burguesia, as autoras consideram que as crianças são educadas em um ambiente que naturalmente as revolta, pois “o capitalismo é o primeiro modo de produção onde as crianças dos explorados são disciplinadas e educadas em instituições organizadas e controladas pela classe dominante.” (DALLA COSTA; JAMES, 2005 [1972], p. 7, tradução nossa).

Sendo o homem proletário o sujeito revolucionário por definição e as novas gerações imbuídas de uma revolta gerada no ambiente escolar, em oposição às autoridades e instituições educacionais, as mulheres aparecem como seres desprovidos de postura revolucionária. Para as autoras (DALLA COSTA; JAMES, 2005 [1972], p. 10, tradução nossa):

---

<sup>16</sup>Atualmente, se considera a dupla ou mesmo tripla jornada de trabalho feminina como uma realidade generalizada nos países ocidentais, que inclui o trabalho no lar, o trabalho remunerado e a educação (ONUMulheres, 2015).

Na medida em que o capital recrutou os homens e os transformou em assalariados, ele criou uma fratura entre esses e todo o resto das trabalhadoras que, por não serem assalariadas e não participarem diretamente do processo social de produção, foram presumidas incapazes de serem objetos de uma revolta social.

O trabalho doméstico é considerado um serviço pessoal alheio à esfera do capital apenas na aparência, constituindo em sua essência um trabalho social. Assim, as mulheres são também exploradas, e não somente oprimidas, dentro do modo de produção capitalista. É a exploração e opressão das mulheres no ambiente do lar, fornecendo trabalhadores saudáveis e bem alimentados para o mercado de trabalho por meio do seu trabalho doméstico não remunerado<sup>17</sup>, que permite a extração da mais-valia na esfera do capital. É a exploração das não-assalariadas, portanto, que permite a exploração assalariada no capitalismo.

Sendo a mulher a responsável por produzir a força de trabalho, tanto no sentido de ser sua portadora direta quanto no sentido de que a formação de trabalhadores aptos e dispostos passa diretamente pelo seu fornecimento de serviços domésticos, o trabalho por ela realizado não apenas produz valores de uso, conforme afirmado pelo próprio Marx segundo Dalla Costa e James (2005 [1972]), mas constitui um trabalho produtivo gerador de mais-valia. A possibilidade de privatização (via contratação de empregada doméstica, fornecimento de creches, criação de lares para cuidado de idosos, etc.) e a tecnologia desenvolvida pelo capital para melhorar as condições do trabalho doméstico e aumentar sua produtividade – como a introdução e o aprimoramento de eletrodomésticos – seriam as principais justificativas para a defesa do caráter produtivo desse serviço.

Em uma argumentação diretamente oposta à militância histórica do marxismo em relação à questão da mulher, Dalla Costa e James (2005 [1972]) consideram que, por já desempenharem um trabalho produtivo cuja mais-valia é apropriada pelos homens, as mulheres não deveriam se sujeitar a uma nova exploração dentro do mercado assalariado. Tal inserção exigiria a sindicalização feminina para autoproteção e visibilidade das pautas, mas além de frequentemente tratarem as mulheres como inferiores, os partidos e sindicatos da classe trabalhadora adiavam para um futuro hipotético as pautas feministas (o aumento da licença maternidade se torna menos importante que a inclusão de mais uma semana de férias,

---

<sup>17</sup>Aqui, as autoras não consideram os casos nos quais o salário pago aos homens não é suficiente para a reprodução da mão-de-obra, sendo necessária a inserção das mulheres no mercado assalariado como complemento. Sua argumentação se dá assumindo a generalização do pagamento de salários de subsistência típicos, nos quais estão inseridos os custos relativos à manutenção da família do proletário, ou seja, os custos necessários para que o trabalhador possa “manter-se e se reproduzir” (MARX, 1983 [1867], p. 114).

por exemplo, pois as pautas que contemplavam “a todos” eram mais importantes em relação às que contemplavam “apenas as mulheres”<sup>18</sup>).

A independência em relação ao homem assalariado apenas nos torna um ‘indivíduo livre’ para o capital, não menos para as mulheres que para os homens. Aqueles que advogam que a liberdade da mulher virá com um emprego fora do lar são parte do problema, e não a solução. (DALLA COSTA; JAMES, 2005 [1972], p. 18, tradução nossa).

Por outro lado, o isolamento da mulher no ambiente do lar seria uma forma de podar sua criatividade e limitar seu desenvolvimento psicológico e sexual, restringindo sua autonomia emocional. É dever do movimento feminista, portanto, desenvolver formas de luta que extrapolem o ambiente doméstico e, simultaneamente, que se articulem dentro dele, visando romper com o conceito de família vigente.

Se o trabalho feminino possui uma característica específica, na qual repousa toda a exploração assalariada da classe trabalhadora – pois é esse trabalho que permite a formação de trabalhadores aptos e dispostos para extração de mais-valia –, é possível a interpretação das mulheres como integrantes de uma classe específica. E se sua opressão e exploração fundamentam a base de toda a exploração assalariada, todos os ambientes se tornam propícios para a inserção da luta feminista, que deve carregar suas próprias bandeiras e estratégias de classe: “Claramente, a forma específica de exploração representada pelo trabalho doméstico demanda uma forma específica correspondente de luta.” (DALLA COSTA; JAMES, 2005 [1972], p. 19, tradução nossa).

Assim, Dalla Costa e James (2005 [1972]) propõem uma nova agenda para o movimento feminista anticapitalista, não mais pautada pela inserção das mulheres no mercado de trabalho: a remuneração do trabalho doméstico, promovida pelo Estado. A defesa do serviço doméstico como trabalho produtivo seria o argumento fundamental para a luta em favor da remuneração estatal de mulheres casadas e/ou com filhos, que reforçaria o caráter social do trabalho do lar, permitiria uma necessária independência financeira da população

---

<sup>18</sup>Dalla Costa e James (2005 [1972]) não desenvolvem o argumento, porém diversas autoras feministas descrevem a substituição do já citado antifeminismo proletário pelo o condicionamento das pautas e reivindicações das mulheres em relação às pautas “gerais”. Além de responsáveis pelos serviços domésticos durante as reuniões (sempre cabia às mulheres sindicalizadas a limpeza do espaço de reunião, preparação de café, etc), suas pautas eram consideradas restritas à realidade feminina e, como elas eram minoria no ambiente de trabalho, as pautas que contemplavam a toda a classe deveriam ter prioridade (extensão de férias, redução da jornada, dentre outras pautas históricas do movimento proletário). Sobre esse movimento na Itália – contexto de Dalla Costa e James (2005 [1972]) – ver Cockburn e Beccalli (1984). O livro de Orleck (1995) fornece um bom panorama desse movimento nos Estados Unidos, e fornece algumas informações sobre o contexto europeu.

feminina e incentivaria a formação de uma identidade fora do “gueto doméstico”. Mesmo reconhecendo a possível naturalização do trabalho doméstico como sendo obrigação feminina perante a sociedade, as autoras indicam que esse seria um primeiro passo rumo à emancipação da mulher e aumento do controle estatal da produção.

O desafio do movimento feminista é o de encontrar formas de militância que, enquanto liberam a mulher do ambiente doméstico, evitem por um lado a dupla-escravidão [i. e., trabalhar para o marido e para o capitalista] e, por outro, previnam outro grau de controle capitalista” (DALLA COSTA; JAMES, 2005 [1972], p. 35, tradução nossa)

A obra das autoras, duramente criticada por diversas correntes marxistas e feministas principalmente devido à definição do trabalho doméstico como produtivo, inaugurou um dos principais debates do marxismo relacionado à questão da mulher no final do século XX e início do século XXI: o trabalho doméstico é produtor de mais-valia? Se sim, quem se apropria em última instância do excedente gerado, os homens enquanto maridos ou os homens enquanto capitalistas?

A lista de trabalhos relevantes que partiram da obra de Dalla Costa e James (2005 [1972]) para tratar da questão do trabalho doméstico no marxismo incluem Vogel (1973), Gerstein (1973), Gardiner (1975), Fee (1976) e Molyneux (1979), além do famoso debate entre Secombe (1974, 1975) e Coulson *et al* (1975). O campo teórico a partir daí desenvolvido reconhece a natureza social do trabalho doméstico, mas existem sérias divergências em relação ao seu caráter produtivo em sentido marxista. Essa discussão, conhecida como “o debate do trabalho doméstico”, será resgatada na Seção 4.1.

Segundo Hartmann (1984 [1979], p. 7, tradução nossa), a obra apresenta um problema de inconsistência, no sentido de que exhibe as mulheres como oprimidas coletivamente pelos homens apenas por executarem um trabalho à parte:

Todos buscam incluir mulheres na categoria de classe trabalhadora, para compreender a sua opressão como um aspecto da opressão de classe. Ao fazer isso, dão pouca atenção ao objeto feminista de análise: a relação entre homens e mulheres.

A obra de Dalla Costa e James (2005 [1972]) não utiliza nenhuma passagem da obra de Marx para justificar a classificação do trabalho doméstico como produtor de mais-valia, argumentando que a possibilidade de privatização e aumento da produtividade via mecanização lhe garantiriam o rótulo de trabalho produtivo. Talvez por conferirem mais

importância ao trabalho produtivo em relação ao trabalho não-produtivo para o desenvolvimento da sociedade, essa classificação parece adquirir um juízo de valor no decorrer do debate na década de 70 – quem não concordava com a caracterização do serviço doméstico como produtor de mais-valia, estaria automaticamente desqualificando a sua importância social.

Aqui, é importante resgatar alguns conceitos marxistas. Sendo a mercadoria a unidade dialética entre valor de uso e valor (que se manifesta como valor de troca), e o valor uma grandeza gerada por meio do trabalho abstrato – diferentemente do trabalho concreto, que gera valor de uso –, é o trabalho abstrato que cria valor e, portanto, a mais-valia. Do ponto de vista do capital, é só a produção de mais-valia que o valoriza, ou seja, só a mais-valia é capaz de valorizar o valor. Nesse sentido, apenas o trabalho abstrato é produtivo.

A produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, é essencialmente a produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 1983 [1867], p. 105)

O trabalho doméstico é produtor de valores de uso e ocorre por meio do trabalho concreto feminino: todo o serviço é desempenhado para consumo familiar interno e não gera mercadoria, sendo eminentemente privado (desenvolvido por uma trabalhadora conhecida para um consumidor conhecido). Se esse trabalho pode ser privatizado ou se a mecanização pode reduzir o tempo de trabalho necessário para a realização das tarefas, isso em nada modifica a característica do trabalho feminino não remunerado desempenhado no lar, afinal:

[...] a designação do trabalho como trabalho produtivo nada tem a ver com o conteúdo determinado do seu trabalho, sua utilidade especial, ou o valor de uso particular que se manifesta. O mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo ou improdutivo. (MARX, 1980 [1905], p. 329)

O debate em relação à natureza do trabalho doméstico se desenvolve, portanto, na esfera de um marxismo pouco apropriado em relação aos conceitos de Marx. Sua relevância para destacar o papel social do trabalho doméstico é extremamente importante, bem como a ideia de pensar alternativas de militância feminista anticapitalista que não se resumam ao ingresso de mulheres no mercado de trabalho – tanto pela questão da dupla ou tripla jornada, quanto pela necessidade de outras frentes de luta que respondam a questões mais imediatas da vida cotidiana (como a própria inserção no mercado de trabalho condicionada a menores

remunerações em relação aos homens e cargos de setores tradicionalmente femininos, como o setor de serviços, que possuem alta informalidade e baixos salários). Além disso, as conquistas relacionadas a pensões para mulheres com filhos (como a licença maternidade e auxílios governamentais por criança em alguns países), são pautas importantes que dialogam diretamente com essa corrente feminista.

Segundo Hartmann (1984 [1979]), a necessidade de reprodução do modo de produção capitalista exige dentro de sua própria lógica uma dada produção de “coisas” (que representa a produção econômica) e uma dada produção de pessoas (ou seja, a reprodução humana). A produção econômica e a reprodução – que só pode ocorrer na esfera sexo/gênero<sup>19</sup>, por questões biológicas – determinam conjuntamente a organização social sob a qual as pessoas de um certo período histórico e local vivem. “A sociedade como um todo, portanto, só pode ser compreendida se observados os tipos de produção e reprodução das coisas e pessoas” (Hartmann, 1984 [1979], p. 13, tradução nossa). Nesse sentido, não é necessário buscar uma explicação dentro da obra de Marx para a relevância da esfera doméstica para legitimar a importância do feminismo marxista.

Para a autora, é necessário que a teoria marxista reconheça a base material do patriarcado como sendo não a criação de filhos no ambiente familiar, mas sim “toda a estrutura social que permite aos homens o controle sobre a força de trabalho das mulheres” (Hartmann, 1984 [1979], p. 12, tradução nossa). Aqui, entram no cenário não só os postos de trabalho e a divisão doméstica de tarefas, mas as igrejas, escolas, esportes, clubes, sindicatos, exércitos, mídia, etc. Todas essas instituições mediam a tensão constante entre a produção e a reprodução, ambas com seu modo de existência determinado socialmente – nesse sentido, o modo de produção específico capitalista e o modo de reprodução dentro da família tradicional monogâmica mantêm um diálogo constante, movimentando simultaneamente um ao outro.

O capitalismo e o patriarcado são estruturas flexíveis o suficiente para acomodarem certas tensões; porém, em alguns momentos históricos, o controle social e a acumulação podem entrar em conflito. Logo, se no início da industrialização a maioria dos postos de trabalho eram femininos e a estrutura patriarcal não foi capaz de absorver essa tensão, foi necessário um ajuste por parte do capital para a criação de uma estrutura desejável para todos

---

<sup>19</sup>A autora utiliza o conceito de sistemas sexo/gênero de Gayle Rubin (1975). O sistema sexo/gênero consiste na identificação de uma estrutura biológica e natural dos corpos de homens e mulheres, responsável por definir o sexo (homem ou mulher), e a partir daí cria uma infinidade de características, comportamentos e habilidades relacionadas a cada corpo que têm significados puramente sociais (o gênero feminino, associado ao corpo da mulher, e o gênero masculino, associado ao corpo do homem).

– as donas de casa produzindo trabalhadores saudáveis e crianças educadas serviu de barganha para que o capitalista pagasse um salário-família e evitasse tal conflito.

A partir desse sistema, cria-se uma retroalimentação: a condição encontrada pelas mulheres no mercado de trabalho, de piores postos de emprego e menor remuneração, fortalece o modelo de dona de casa, colocando o trabalho feminino à serviço da dominação masculina e à serviço da dominação do capital. Contudo, a remuneração do serviço doméstico, proposta pelas feministas marxistas, apenas reforçaria o que já se encontra no mercado de trabalho formal, onde os setores produtores de valores de uso (áreas de educação e saúde, geralmente associados à esfera estatal) são dominados por mulheres e alvo de menores orçamentos e menor mérito social em relação ao trabalho desenvolvido na esfera privada.

Assim como o trabalho feminino serve tanto para perpetuar a dominação masculina quanto a produção capitalista, também a ideologia sexista serve tanto para glorificar as características masculinas (valores capitalistas) quanto para diminuir as características femininas (necessidades sociais) (Hartmann, 1984 [1979], p. 21, tradução nossa)

Para Hartmann (1984 [1979]), portanto, o marxismo dedicado à questão da mulher que se desenvolveu até o final da década de 70 não se dedicou a estudar a estrutura patriarcal e sua relação com a estrutura do capital, buscando na remuneração financeira da mulher sua base de emancipação (seja via proletarização para inserção na luta de classes, seja via remuneração do trabalho doméstico). O objetivo de compreender a relação entre a mulher e o capitalismo não permitiu o estudo da relação entre a mulher e o patriarcado, que seria a estrutura na qual o sistema sexo/gênero opera, tal qual definido na Figura 1.

Essa análise proposta por Hartmann (1984 [1979]) inaugurou a chamada “teoria dualista”, debatida na Seção 4.3. Para a autora, nenhuma das escolas de pensamento marxista feminista foi capaz de proporcionar uma teoria verdadeiramente capaz de interpretar e transformar a condição das mulheres na sociedade justamente dada a ausência do patriarcado como conceito estruturante. Para ela, “a análise do patriarcado é essencial para definirmos que tipo de socialismo destruiria o patriarcado, o único tipo de socialismo útil para as mulheres” (Hartmann, 1984 [1979], p. 24, tradução nossa).

Assim, a autora considera que existe a possibilidade de um socialismo patriarcal – que, segundo ela, foi justamente o caso da União Soviética. A ideia proposta pelos marxistas pioneiros de definimento da família a medida que o socialismo avançasse, dada a corrosão gradual da propriedade privada, se mostrou equivocada nesse caso histórico, e os

desdobramentos teóricos a partir daí vieram ou por meio da tentativa de justificar a manutenção da família devido à sua importância ideológica, por parte dos marxistas contemporâneos, ou por meio da definição do trabalho doméstico como produtivo em sentido marxista, que tornaria a luta feminista não mais um apêndice em relação à luta de classes. Hartmann (1984 [1979]) argumenta que ambas tentativas são frustradas, e que a definição do patriarcado como estrutura parceira do capitalismo seria o caminho para permitir a identificação de um socialismo não patriarcal.

Para compreender o que a autora considera como socialismo patriarcal, o Capítulo 3 a seguir faz um resumo das principais políticas realizadas pela Rússia Soviética em relação às mulheres e à família, bem como do contexto socioeconômico no qual cada política foi implementada. O objetivo é expôr as contradições e consequências das ideias dos marxistas pioneiros no plano político concreto, identificando a partir daí qual a origem das críticas e novas proposições dos marxistas contemporâneos e das marxistas feministas, bem como das críticas de Hartmann (1984 [1979]).

### **3 A QUESTÃO DA MULHER NA PRÁTICA: AS POLÍTICAS EM RELAÇÃO À FAMÍLIA E ÀS MULHERES NA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA (1918-1944)**

Na Seção 2.1, são apresentadas as principais ideias dos chamados marxistas pioneiros em relação às possibilidades de libertação da mulher, notadamente o conceito de definhamento da família simultâneo à corrosão gradual da propriedade privada (ou seja, juntamente ao avanço do socialismo), que se desenvolveria a medida que as mulheres se inserissem cada vez mais na classe trabalhadora. As Sessões 2.2 e 2.3, por outro lado, apresentam escolas de pensamento – os marxistas contemporâneos e as marxistas feministas – que trataram das críticas relacionadas a alguns desses princípios, notadamente ao conceito de proletarização feminina como caminho para redução da opressão e ao processo de libertação da mulher atrelado à coletivização da propriedade.

Tanto os marxistas contemporâneos quanto as marxistas feministas utilizaram como base de suas críticas as falhas em relação às experiências socialistas, que já nas décadas de 30 e 40 mostravam um esgotamento no aumento de liberdades para as mulheres (e, mais do que isso, um recuo acentuado em alguns direitos). Sendo a União Soviética o mais relevante caso de socialismo real – tanto em termos de potencial econômico, quanto em termos de força de pressão internacional e, mais especificamente, também no que tange ao nível de debate interno, estrutura jurídica e estudos disponíveis sobre a questão da mulher –, o presente capítulo propõe um estudo das principais políticas e debates que ocorreram no país desde o triunfo da revolução bolchevique até a década de 40, período no qual ocorreu a chamada “contrarrevolução” feminista (iniciada na década de 30). O objetivo é investigar qual a relevância do arcabouço teórico proposto pelos marxistas pioneiros, qual sua aplicação nesse contexto histórico e como esse caso concreto contribuiu para o desenvolvimento posterior da teoria feminista marxista (e da sua posição em relação às demais teorias feministas, questões debatidas no Capítulo 4).

O triunfo do partido bolchevique na Revolução Russa de 1917, sob liderança de Vladimir Lênin e Leon Trotsky, levou o Partido Comunista ao poder da então chamada República Socialista Federativa Soviética Russa (doravante Rússia Soviética ou apenas Rússia). Nesse período, iniciou-se a chamada Guerra Civil Russa, cuja estratégia de conquista estava baseada em avanços regionais do Exército Vermelho para consolidar a conquista comunista, que só foi atingida em 1922, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (doravante União Soviética ou URSS), ainda sob liderança de Lênin e Trotsky.

Conforme debatido na seção anterior, a teoria marxista e em especial os escritos de Engels (1984 [1884]) trouxeram à tona um grande debate em relação ao papel das mulheres na revolução socialista. Mesmo antes de o partido bolchevique chegar ao poder, ainda sob a sigla de Partido Operário Social-Democrata Russo, diversas mulheres já figuravam em cargos importantes, sendo Inessa Armand e Alexandra Kollontai as principais lideranças – embora algumas estudiosas apontem justamente para a ausência de dirigentes no movimento, que se organizava como foco de pressão de maneira bastante horizontal (BOBROFF, 1974).

De fato, a Revolução de Fevereiro de 1917 iniciou-se com a greve das tecelãs e costureiras de Petrogrado. Segundo Kollontai (1977), o Partido julgava precipitado o estabelecimento de uma greve naquele momento, mas as mulheres decidiram de forma independente organizar o seu próprio levante e marchar pelas ruas da cidade exigindo pão e paz. Esse movimento, estopim da primeira fase da Revolução Russa, marca o Dia Internacional da Mulher, comemorado em diversos países atualmente<sup>1</sup>. Segundo Trotsky (1977 [1930], p. 103):

É evidente pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos da base, que ultrapassaram a resistência das suas próprias organizações revolucionárias, e que a iniciativa foi espontaneamente tomada por um contingente do proletariado explorado e oprimido mais que todos os outros – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. O impulso decisivo veio das intermináveis esperas nas portas das padarias. O número de grevistas, mulheres e homens foi, nesse dia, cerca de 90.000. [...] Uma multidão de mulheres, que não eram todas operárias, dirigiu-se à Duma Municipal pedindo pão. Era o mesmo que pedir água a uma pedra. Em outras partes da cidade foram desfraldadas bandeiras vermelhas cujas inscrições atestavam que os trabalhadores exigiam pão mas que também não queriam mais a autocracia nem a guerra. O Dia da Mulher foi bem sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas.

A preocupação com o fim da opressão das mulheres, portanto, era um importante ideal bolchevique. Firmemente baseadas nas teorias de Engels (1984 [1884]), viam na supressão da família monogâmica o caminho da libertação feminina (WOOD, 1997). Esse “definhamento” da família, que viria com o aprofundamento do socialismo, possibilitaria o desenvolvimento do “novo homem” e da “nova mulher”, cujos sentimentos e atitudes já não operariam sob os princípios do individualismo burguês, e a educação coletiva e socializada de crianças (e não na esfera privada do lar) seria a principal ferramenta de formação desses novos indivíduos (MEDYNSKY, 1945).

---

<sup>1</sup> Como a Rússia utilizava o calendário juliano, o dia 23 de fevereiro corresponde ao dia 08 de março do calendário gregoriano. Existe uma controvérsia a respeito da origem dessa data como sendo o Dia Internacional da Mulher. Sobre esse debate, Blay (2001) fornece uma boa discussão.

Com a preocupação de formação desses novos ideais, já após o triunfo da Revolução Russa, em 1917, houve uma série de políticas que avançaram na promoção da igualdade entre homens e mulheres<sup>2</sup>. Ainda no mesmo ano do estabelecimento do novo governo, foi decretado o casamento civil – em substituição ao religioso – e o direito ao pedido de divórcio por parte de qualquer um dos cônjuges. A Constituição de 1918 já previa o direito a voto e a ocupação de cargos políticos por parte de mulheres, com destaque para a caracterização do trabalho doméstico por elas exercido como um trabalho reconhecido pela nação:

O direito de eleger e de ser eleito nos Conselhos (Soviets) é exercido, independentemente de convicção religiosa, nacionalidade, domicílio etc., pelos seguintes cidadãos **de ambos os sexos** da República Socialista Federativa Soviética que houverem completado 18 anos, no dia da eleição: a todos aqueles que obtenham meios de subsistência mediante trabalho produtivo e de interesse geral, bem como todas as pessoas ocupadas em **trabalho doméstico** que lhes conceda a possibilidade de execução de trabalho produtivo, tais quais trabalhadores e empregados de todos os gêneros e categorias, atuantes em empresas industriais, comerciais e agrícolas etc., camponeses, cossacos, ocupados na execução de trabalhos rurais e que não empreguem trabalhadores assalariados, com o objetivo de obtenção de lucro; [...]” [grifos da autora] (REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA RUSSA, 2006, Capítulo XXI, §64)

Ainda em 1918, o sufrágio universal foi aprovado e estabelecido na constituição (incluindo analfabetos) e Alexandra Kollontai foi nomeada Comissária do Povo para Assistência Pública (cargo equivalente ao de ministra, antes de qualquer mulher assumir algum ministério na história). O discurso do Partido no período reiterava a importância da igualdade fundamental entre os objetivos de homens e mulheres na sociedade: trabalho produtivo para o Estado, suporte ao Exército Vermelho e comprometimento com os objetivos econômicos e políticos bolcheviques (WOOD, 1997). Entretanto, mantinha um estereótipo feminino em relação a alguns papéis sociais específicos que a mulher deveria desempenhar, para além da capacidade reprodutiva feminina:

Ao mesmo tempo, a linguagem de apelos às mulheres enfatizava sua tarefa ‘particular’ de mães da república. Elas deveriam cuidar dos soldados do Exército Vermelho com mãos protetoras e corações gentis. Elas também deveriam prevenir as falhas e depravações morais por meio da virtude de seus olhos aguçados e atentos, que captam desertores do exército, desertores do trabalho e impostores. (WOOD, 1997, p. 4, tradução nossa)

---

<sup>2</sup> É importante destacar que esse processo de promoção da igualdade perante à lei não foi, de forma nenhuma, estendido às pessoas homossexuais. Mesmo com a mudança na lei do casamento, o texto oficial ainda previa a união entre um homem e uma mulher. O debate sobre questões de gênero e sexualidade na época ainda se mostrava bastante heteronormativo em todos os países – a primeira marcha reivindicando o orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBTs) da história, por exemplo, só ocorre em 1969, em Nova Iorque.

Em um país cuja população rural era a imensa maioria, superando patamares de 80% do total da população soviética, e em um contexto de guerra civil, o discurso muitas vezes se mostrava dúbio. Entretanto, a questão da formação de “novos homens e novas mulheres”, bem como os planos educacionais tidos como prioritários pelo Partido, levaram a promulgação do Código do Casamento, da Família e da Tutela em 1918.

### 3.1 O CÓDIGO DO CASAMENTO, DA FAMÍLIA E DA TUTELA DE 1918

O Código do Casamento, da Família e da Tutela, que entrou em vigor em 1918 (doravante Código de 1918), era bastante progressista, no sentido de garantir liberdades feministas ainda hoje não alcançadas em diversos países ocidentais. Elaborado na Era Lênin, sob os princípios dos marxistas pioneiros na classificação de Hartmann (1984 [1979]), ele foi criado para se tornar obsoleto o mais breve possível, pois o avançar do socialismo traria consigo o fim do sexismo e do patriarcado. A família era vista como uma estrutura em extinção que seria substituída pela socialização do trabalho doméstico e a união livre entre indivíduos, com proletarização em massa das mulheres para que esse fim fosse alcançado.

Segundo Goldman (2014 [1993]), os debates relacionados ao texto do código evidenciavam a preocupação bolchevique com quatro princípios fundamentais, diretamente relacionados entre si:

- a) estabelecimento da união livre em substituição ao casamento monogâmico burguês;
- b) socialização do trabalho doméstico, com o fim da divisão entre o trabalho produtivo social e o trabalho privado do lar;
- c) definimento da família como instituição;
- d) libertação da mulher via assalariamento em massa.

Esses princípios, que necessariamente caminhavam juntos, pressupõem um grande debate em relação às tensões entre indivíduos e coletividade, principalmente no que tange à socialização do trabalho doméstico, que inclui o cuidado com crianças. Até que ponto o Estado poderia intervir no desejo de mães e pais em criarem seus próprios filhos e filhas?

A união voluntária de dois indivíduos baseada única e exclusivamente no amor mútuo, conforme narrada por Engels (1984 [1884]) como sendo o casamento típico proletário, mesmo sob o modo de produção capitalista, é o fundamento da união livre. Nos debates internos para

formulação do Código de 1918, havia consenso em relação à necessidade de uma legislação que permitisse a criação ou dissolução fácil dessas uniões, embora houvesse grande discordância em relação a quais momentos seriam mais apropriados para a remoção gradativa dos entraves burocráticos aos casamentos e divórcios, até sua completa extinção. Já o debate sobre a relação de cuidado entre mães e pais com seus filhos e filhas encontrava mais divergências. Se o Partido como um todo concordava com a necessidade de maior participação do Estado na educação das crianças, os argumentos relacionados à liberdade individual que um adulto deve ter de cuidar de seu filho ou filha contrastava com as afirmações de que o “amor irracional” dos pais deveria ser substituído pela “racionalidade científica” dos tutores e tutoras designadas coletivamente (GOLDMAN, 2014 [1993]).

A legislação de matrimônio na Rússia pré-revolucionária era restritiva tanto em relação a crianças geradas fora do casamento, quanto em relação ao acesso ao divórcio. Além da dissolução do casamento só ser aprovada em casos de adultério comprovado por pelo menos duas testemunhas, impotência/infertilidade ou exílio, crianças bastardas (i. e., geradas fora do casamento) usufruíam de menos direitos que as crianças com paternidade reconhecida. A necessidade de uma rápida substituição dessas leis levou à aprovação de diversas medidas contraditórias no Código de 1918, que continuaram sendo debatidas com bastante intensidade durante todo o período leninista-trotskista. Ainda, como a ideia de que essa legislação seria transitória era generalizada<sup>3</sup>, algumas concessões foram feitas por parte de diversos grupos.

Sob o argumento principal de que a manutenção do casamento civil seria ainda um instrumento importante contra o avanço da igreja, o registro de matrimônio foi mantido no Código de 1918 (em oposição às alas mais radicais, que advogavam em favor da supressão total dessa instituição nesse período). Entretanto, o divórcio foi bastante simplificado, podendo ser exigido por qualquer uma das partes sem justificativa. Se a separação fosse de comum acordo, o registro poderia ser feito em escritórios locais de estatísticas vitais, que funcionavam como cartórios (ZAGS, no termo comumente utilizado pela literatura da área). Em caso de apenas uma das partes solicitar o divórcio, o caso seria levado para júri.

Foi mantida a pensão alimentícia para cônjuge por no máximo seis meses, para evitar a dependência econômica do indivíduo em relação ao matrimônio. Havia, ainda, a possibilidade de pensão por tempo indeterminado para cônjuge carente ou mentalmente incapaz. As crianças teriam direito à pensão alimentícia até entrar em idade adulta, e era

---

<sup>3</sup> A legislação como um todo, interpretada por diversas alas do Partido como um instrumento de controle social burguês, deveria ser simplificada e reduzida até a menor forma possível, e não só em relação a questões matrimoniais e da família. O debate em relação à estrutura legal socialista é retomado na Seção 3.2.

vetado o pagamento em apenas uma parcela, a fim de evitar acordos prejudiciais para mulheres pobres no longo prazo.

O conceito de filho ou filha bastarda foi derrubado no Código de 1918, sendo todas as pessoas iguais perante a lei. Entretanto, a ausência de métodos de identificação de paternidade era um entrave: os métodos baseados na identificação do tipo sanguíneo, que eram pouco confiáveis (apenas 30% de toda a população mundial era excluída da possibilidade de paternidade), só foram descobertos pela ciência na década de 1920, e os testes mais confiáveis (a partir de 80% de confiabilidade) começaram a surgir apenas nos anos 60. A solução encontrada para crianças geradas fora do matrimônio cuja gestante declarasse mais de um possível pai e nenhum assumisse a responsabilidade foi o estabelecimento do que ficou conhecido como “cooperativa de pais”; nesse caso, todos eles eram igualmente responsáveis perante a lei e sujeitos ao pagamento de pensão para a criança. Em caso de gestantes não casadas que declarassem apenas uma possibilidade de paternidade, bastava uma testemunha para que a paternidade fosse reconhecida legalmente (GOLDMAN, 2014 [1993]).

A questão mais controversa, entretanto, era a proibição da adoção. Segundo Goldman (2014 [1993]), existiam dois argumentos principais para justificar a medida:

- a) esse seria um primeiro passo rumo à educação socializada de crianças, que seriam levadas para lares públicos comunitários em vez de para dentro do ambiente do lar monogâmico;
- b) no contexto de um país que acabara de sair de uma guerra civil e estava enfrentando outra, além da I Guerra Mundial, com um total de dois milhões de homens mortos de 1914 à 1917 e mais três milhões e meio após o triunfo da revolução até o início da década de 20, principalmente devido a doenças (ROSEMBERG, 1991), a busca de adoção para utilização de mão de obra no campo era bastante grande, e tal atitude era interpretada como escravidão. Entretanto, o contexto da Rússia Soviética à época foi mostrando alguns percalços no caminho socialista rumo à libertação da mulher que, conforme citado, estava ligada diretamente à união livre, trabalho doméstico socializado e definhamento da família. Com a Guerra Civil Russa e a I Guerra Mundial, houve um enorme desabastecimento de comida e uma grande crise de combustíveis e carvão, que além de gerar efeitos problemáticos quanto ao transporte de alimentos, acarretou na morte de

diversas famílias pelo frio. Algumas pestes também se alastravam rapidamente, principalmente o tifo (ROSEMBERG, 1991).

Segundo Nove (1975 [1969]), o período do comunismo de guerra gerou um processo bastante caótico, que foi levando aos bolcheviques uma ideia cada vez mais centralizadora do processo revolucionário. Mesmo a criação do *VFNKh*, uma espécie de banco nacional composto por diversos órgãos com diferentes atribuições econômicas (desde planejamento até controle da produção e distribuição de bens e produtos), não logrou a estabilização da desenfreada estatização das fábricas, que ocorria a passos largos e de forma bastante desordenada e nada estratégica, respondendo a ordens de comitês locais que pouco dialogavam com a central bolchevique.

Com a alta inflação, a fome e a racionalização de bens de consumo em vigor desde 1916, em 1918 iniciou-se a chamada “cruzada pelo pão”. Foi estabelecido o confisco do excedente da produção agrícola de grãos em algumas regiões; em outras, foi imposta uma política de “semi-confisco”, ou seja, a venda de excedente era exclusiva para o Estado – que pagava preços bastante abaixo dos preços de mercado pelo produto e, de qualquer maneira, a crise nos transportes e na produção de manufaturas em geral não dava alternativas de compra aos camponeses que recebiam dinheiro pelos grãos produzidos (NOVE, 1975 [1969]).

Como era de se esperar, o confisco ou semi-confisco da produção agrícola baixou enormemente os níveis de produção do campo. Mesmo com a proibição do comércio com fins lucrativos, um grande mercado paralelo de bens de consumo se estabeleceu, para o qual os bolcheviques faziam vista grossa – afinal, a ração fornecida gratuitamente pelo Estado para trabalhadores e trabalhadoras urbanas era de 50 gramas de pão por dia em 1918 (NOVE, 1975 [1969]), o que nem de longe fornece a energia necessária para uma pessoa adulta. Segundo Nove (1975 [1969]), em 1919 o Estado fornecia apenas 19% dos alimentos consumidos nas grandes cidades.

Com a facilitação do processo de divórcio, o número de separações judiciais logo nos primeiros anos do Código de 1918 cresceu a níveis exponenciais. O efeito de demanda contida, dados os enormes entraves ao divórcio na legislação anterior, era esperado, mas a estatística oficial superou os números projetados pelos bolcheviques. Em Moscou, nos primeiros quatro meses de 1918, o número de divórcios era quatro vezes maior que o número de casamentos registrados (GOLDMAN, 2014 [1993]). Embora as estatísticas de divórcio no período pré-revolucionário fossem fornecidas pela igreja, o que torna a comparação com as estatísticas oficiais da Rússia Soviética metodologicamente problemática, diversas fontes

apontam que a taxa de divórcios de 1913 à 1917 girava em torno de 0,02 para cada um mil habitantes; em 1918, em Moscou, a taxa média do ano foi 2,1, e se manteve crescente durante a década de 20 (GOLDMAN, 2014 [1993] e BRAINERD, 2016, no prelo).

A taxa de divórcios variava bastante de acordo com a cidade: em Moscou e Leningrado a taxa de separações para cada mil habitantes era substancialmente maior em relação às taxas das cidades do interior, e bastante superior às taxas das zonas rurais. Entretanto, a média nacional era superior à taxa de separação de qualquer país da Europa e dos Estados Unidos no mesmo período (GOLDMAN, 2014 [1993] e BRAINERD, 2016, no prelo).

No contexto do comunismo de guerra, com a tomada desordenada das fábricas, a população trabalhadora baixou de 2,6 milhões de pessoas em 1917 para 1,2 milhão em 1920 (NOVE, 1975 [1969]). A escassez de alimentos ocasionou um grande êxodo urbano, que levou as famílias urbanas de volta aos lares e espaços cujo modelo familiar se baseava fortemente em valores semi-feudais<sup>4</sup>. O número de casamentos no período aumentou consideravelmente – embora também houvesse o efeito de “demanda contida”, dada a impossibilidade de nova união matrimonial para pessoas separadas que não por motivos de viuvez quando o registro ainda era realizado pela igreja (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Nessas condições, o número de crianças abandonadas disparou. Além de uma grande quantidade de crianças de rua (*bresprizornost'*, no termo russo utilizado com frequência na literatura), vivendo nos grandes centros (especialmente Petrogrado e Moscou) e em estações de trem, a parcela de menores vivendo em lares comunitários era crescente:

---

<sup>4</sup> A questão da família típica urbana em oposição ao modelo familiar rural semi-feudal da Rússia é mais detalhada na Seção 3.2.

**Gráfico 1 - Número total de crianças vivendo em lares comunitários na Rússia Soviética, 1917-1921**

Fonte: elaboração própria com base em Goldman (2014 [1993]).

Considerando a educação coletiva de crianças como um dos objetivos bolcheviques, não seria negativo o aumento de crianças nos lares públicos mostrado no Gráfico 1. Afinal, representaria um aumento da socialização do trabalho doméstico e, conseqüentemente, mais um enfraquecimento da família monogâmica burguesa. Entretanto, a situação econômica da Rússia Soviética no período da Guerra Civil não permitia o fornecimento de lares públicos com mínimas condições de higiene, muito menos a execução de um projeto sustentado de cuidado e educação coletivos no longo prazo. Segundo depoimento da esposa do presidente do Comitê Executivo Central do Soviete em 1921, resgatado por Goldman (2014 [1993], p. 41):

As crianças andavam em trapos porque o Estado somente pôde distribuir dez polegadas de tecido por cada uma. Havia um único carretel de fio para cada 29 pessoas, um par de meias para cada 264 e somente um cobertor para cada 3.124. No inverno, os quartos eram escuros e congelantes, pois não havia eletricidade ou óleo. As crianças usavam os mesmos trapos sujos por meses a fio. Seus corpos estavam cobertos de chagas. 'Era inútil pensar em qualquer sistema educativo nesse pesadelo', escreveu. 'As crianças não faziam absolutamente nada. Os mais velhos jogavam cartas, fumavam e bebiam, e as meninas de dezesseis e dezessete anos se entregavam à prostituição'.

Todo o período do comunismo de guerra foi profundamente marcado pela escassez de bens de consumo, por um grande grau de anarquia por parte das forças locais e do Exército Vermelho (que provocavam terror e arbitrariedade em diversas regiões), e por grandes debates

dentro do partido em relação a quais atitudes seriam mais adequadas para promover simultaneamente avanços na revolução socialista e maior controle e ordem para garantir as necessidades básicas da população (NOVE, 1975 [1969]). Mais do que as importantes discussões em relação à como e por quanto tempo deveria ocorrer o diálogo entre classe proletária, supervisores e supervisoras, comitês locais e setoriais, sindicatos, estruturas do Partido e economia nacional, com opiniões bastante divergentes<sup>5</sup>, questionava-se qual o papel das mulheres nessas estruturas e como incluí-las nessas frentes. Após a insistente argumentação por parte das mulheres do partido em relação à criação de um setor destinado especificamente ao trato das questões femininas, em 1919 foi criado o Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Comunista – *Zhenotdel* (BOBROFF, 1974).

Segundo Wood (1997), era crescente o reconhecimento por parte das mulheres do partido de que apenas elas próprias poderiam garantir algumas conquistas necessárias às mulheres. Embora a criação do *Zhenotdel* fosse vista por parte de algumas militantes feministas independentes como uma estratégia do Partido Comunista para aproximar mulheres da sigla, e não como um esforço genuíno para representá-las nas mais diversas esferas (já que em 1919 as mulheres representavam mais da metade da população mas apenas 9% do PC), seus discursos e publicações sustentavam, inclusive, a possibilidade de divergência entre os interesses dos homens e mulheres dentro do espectro bolchevique. Entretanto, tanto Lênin quanto as mulheres do *Zhenotdel* reiteravam a proletarização em massa feminina – desde que garantidas sua remuneração, seu papel social de mãe e sua saúde – como principal medida revolucionária para sua libertação.

Discursando em favor da necessidade de legalização do procedimento de interrupção da gravidez, a militância do *Zhenotdel* possibilitou à Rússia Soviética o título de primeiro país do mundo a tornar o aborto um procedimento legal e gratuito, em 1920. Argumentando pela necessidade de proteção da coletividade e da saúde das mães para o bem das futuras gerações – e não do direito individual das mulheres de escolher o momento adequado para sua reprodução, que é o principal argumento moderno feminista em defesa do aborto –, o

---

<sup>5</sup> Segundo Nove (1975), as principais frentes de opinião em relação a esse debate na época eram: a) Lênin e seus seguidores, que defendiam a tomada das fábricas por parte dos trabalhadores como dispositivo tático contra a burguesia, porém após estabelecido o controle proletário dos meios de produção seria necessária uma intervenção mais centralizada por parte do partido para garantir a ordem e a produtividade; b) a chamada Oposição Trabalhadora, liderada por nomes como Shlyapnikov e Kollontai, que defendia uma maior autonomia por parte da classe proletária; c) Trotsky e seus seguidores, que argumentavam em favor da criação de um exército armado proletário.

*Zhenotdel* conseguiu aprovar tal medida mesmo no complicado contexto de guerra, no qual todos os países da Europa buscavam criar políticas para aumento da natalidade (WOOD, 1997).

No discurso oficial de Lênin, o direito à interrupção da gravidez não era interpretado como uma escolha pessoal, e sim como uma medida moralmente condenável mas necessária, dadas as condições de pobreza e desnutrição das mulheres (e da população em geral no período). O número de denúncias de abortos caseiros que chagava aos membros do Partido os levou a interpretar a lei de proibição do aborto como ineficaz para evitar a prática. Entretanto, a legalização do aborto não era unânime nem dentro do núcleo feminino, e sua permissão seria uma medida temporária como consequência da escassez generalizada de bens de consumo na Rússia (WOOD, 1997). Assim como as leis de casamento, o desenvolvimento da sociedade tornaria a interrupção da gravidez desnecessária, pois o socialismo traria condições de vida nas quais nenhuma mulher teria motivos para não desejar um feto (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Já em 1919, entre 80 e 90% das indústrias de grande escala estavam nacionalizadas – devido ao caráter caótico do processo de tomada das fábricas, não há estatísticas confiáveis o suficiente para determinação de uma porcentagem exata (NOVE, 1975 [1969]). Foi ficando cada vez mais evidente para o PC que seria impossível a operação estatal de todos os setores da indústria e a alocação de todos os recursos neles produzidos, surgindo muitos discursos favoráveis ao aumento da liberdade para trocas comerciais por parte dos indivíduos. Mesmo com o reconhecimento até por parte dos chamados esquerdistas do partido (na época liderados por Bukharin) da impossibilidade de expropriação da pequena burguesia – teoricamente, sua adesão ao comunismo viria voluntariamente e em lentas etapas – e da legislação de 1919, que proibia a nacionalização de empreendimentos com até cinco funcionários ou funcionárias, Lênin permitiu a nacionalização de pequenos negócios em novembro de 1920, aumentando o caos político e o descontentamento de diversos setores da classe proletária. As greves e reclamações se tornaram mais frequentes, e a falta de projeto e planejamento em relação às indústrias expropriadas geravam grandes períodos de pausa na produção, além de diversos relatos de abuso e violência por parte do Exército Vermelho (NOVE, 1975 [1969]).

Nesse contexto caótico, violento, em meio a uma guerra civil e um enorme desabastecimento, com a total desvalorização do dinheiro e a impossibilidade tanto de permitir aos camponeses viajar do campo até as cidades para comercializar seus próprios produtos, quanto de o Estado fornecer e gerenciar essa distribuição, a única alternativa viável

foi a relutante abertura para o comércio privado. Em março de 1921, foram legalizados todos os tipos de troca de mercadorias. Houve renegociação das fábricas e negócios estatizados em anos anteriores (exceto das grandes indústrias), alguns tipos de trabalho voltaram a ser remunerados em dinheiro e foi permitida a abertura de novos negócios com menos de 20 empregados ou empregadas (NOVE, 1975 [1969]). Essa política econômica de abertura comercial ficou conhecida como Nova Política Econômica (NEP, na sigla em inglês).

[A NEP] é uma forma de economia mista, com uma agricultura esmagadoramente privada, somada à legalização da troca privada de manufaturas produzidas em pequena escala. [...] Entretanto, as autoridades não permitiam a criação de grandes empreendimentos privados. (NOVE, 1975 [1969], p. 86, tradução nossa)

Logo nos primeiros meses de implementação da NEP houve a Grande Seca de 1921, que ocasionou uma colheita de grãos 43% menor que a média da colheita no período pré-guerra (NOVE, 1975 [1969]). A epidemia de tifo se tornou ainda mais generalizada, e os cadáveres vítimas da fome, da doença e do frio se acumulavam pelas ruas e estações de trem. Foi revogado o confisco e o semi-confisco na produção de grãos, que passou a pagar um imposto em espécie e comercializar o excedente (GOLDMAN, 2014 [1993]).

A fim de equilibrar as contas governamentais, foram feitas grandes reduções no provimento de serviços públicos, e passou a ser permitida sua cobrança em dinheiro. Com a alta inflação, o desemprego disparou (NOVE, 1975 [1969]). O resultado do corte de serviços públicos – que, segundo os princípios bolcheviques, substituiriam o trabalho doméstico no fornecimento de acesso à saúde, educação e cultura – somado ao desemprego generalizado – tanto devido ao corte nas vagas de trabalho relacionadas a esses serviços, que eram ocupadas majoritariamente por mulheres<sup>6</sup>, quanto nos demais setores da economia – foi um enorme impacto negativo na camada feminina da população. Segundo Goldman (2014 [1993], p. 67), “as mulheres, que foram as primeiras a serem demitidas no início da NEP, foram as últimas a serem contratadas no seu período final”.

Com o final do comunismo de guerra, em 1922, e a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ainda havia a necessidade de empregabilidade dos combatentes do Exército Vermelho, que estavam retornando às cidades. A garantia de emprego para os militares se dava tanto por questões morais (afinal, os “heróis” da URSS não

---

<sup>6</sup> A maior porcentagem de mulheres ocupadas no setor de serviços é uma relação histórica que ocorre em todos os países do mundo, por diversos motivos relacionados aos estereótipos de gênero e ao papel social das mulheres. Sobre setorização do trabalho feminino a nível mundial, ver Charles e Grusky (2004).

poderiam ficar desempregados) quanto pela clara preferência por parte dos empresários da NEP em empregar homens. O *Zhenotdel* havia aprovado uma série de medidas de proteção às mulheres proletárias para garantir condições próprias de trabalho, como a proibição do trabalho noturno feminino e o estabelecimento de menores jornadas de trabalho para gestantes e lactantes. Tais medidas eram frequentemente utilizadas por parte dos empresários para justificar a preferência por empregados homens – tanto que, em 1924, essas resoluções foram derrubadas a pedido do próprio *Zhenotdel*, em uma tentativa de aumentar os níveis de empregabilidade, mesmo que em piores condições (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Além da redução dos postos de trabalho, a porcentagem de vagas destinadas às mulheres também diminuiu rapidamente. Em 1922-1923, 75% de todo o varejo já estava em mãos privadas (NOVE, 1975 [1969]), e as mulheres foram aos poucos realocadas do setor pesado da indústria para a produção de bens leves (especialmente têxteis) e para as poucas vagas restantes nos serviços públicos:

**Tabela 1 - Porcentagem de mulheres no número total de trabalhadores e trabalhadoras em setores selecionados, comparação entre 1923 e 1928**

Fonte: elaboração própria com base em Goldman (2014 [1993]).

O movimento de êxodo urbano, iniciado no pré-guerra, já havia afastado metade do proletariado das cidades, causando uma superpopulação rural: a população assalariada em 1913 somava 11 milhões de pessoas, e em 1921-1922 se resumia a 6,5 milhões (NOVE, 1975 [1969]). Assim, em 1922 foram aprovadas tanto a Legislação Trabalhista quanto o Código da Terra, que buscavam conjuntamente garantir os avanços industriais do país, a segurança alimentar e o avanço dos princípios socialistas tanto no campo quanto na cidade.

A legislação trabalhista de 1922, bastante progressista para a época, estabelecia a jornada de trabalho de oito horas, duas semanas de férias remuneradas e ampla cobertura de seguro social (inclusive seguro desemprego). Um dos seus efeitos, entretanto, foi a redefinição do conceito de desempregado ou desempregada diversas vezes, que no contexto

de alto desemprego com tentativa de equilíbrio orçamentário por parte do governo causava grandes gastos aos cofres públicos. Por esse motivo, são bastante variáveis e incertos os níveis de desemprego da época, especialmente o desemprego feminino, pois só era considerada desempregada a mulher que tivesse trabalhado remuneradamente em algum período anterior, sendo essa uma condição necessária para realizar cadastro no centro de empregos. Assim, camponesas, donas de casa e outras mulheres em busca de primeiro emprego não apareciam nas estatísticas e não podiam reivindicar o seguro (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Já o Código da Terra de 1922 buscou mesclar alguns princípios bolcheviques com a lei consuetudinária camponesa russa. Segundo Nove (1975 [1969]), a imensa maioria (mais de 95%) da população camponesa russa era formada por camponeses individuais que se organizavam em comunidades por vilarejos que pouco se identificavam com o discurso do Partido Comunista – considerado urbano e cuja popularidade ainda sofria devido ao período de confisco de grãos. Os lares, muitas vezes formados por mais de uma família, levavam sua posição para as reuniões da comunidade por meio do patriarca, que era a autoridade absoluta dentro de cada unidade (GOLDMAN, 2014 [1993]). Essa estrutura precisava avançar aos poucos rumo ao sonhado definhamento da família, mas de forma a não confrontar tão frontalmente os costumes camponeses, já em princípio avessos aos bolcheviques.

Nesse contexto, a solução foi garantir pelo menos a igualdade perante a lei entre homens e mulheres no campo. O Código de Terra de 1922 previa o direito à propriedade de terra por parte de homens e mulheres, bem como a necessidade de pelo menos metade do lar estar presente no momento de tomada de decisões importantes a serem levadas pra a comunidade. No entanto, muitos de seus pontos eram diametralmente opostos às liberdades estabelecidas no Código da Família de 1918, sendo as mais relevantes:

- a) questão da propriedade conjunta: o Código da Família previa a impossibilidade de criação de propriedade conjunta no matrimônio, a fim de evitar o casamento por interesses. Entretanto, na tradição camponesa russa, quando uma mulher passava do lar de seu pai para o lar de seu marido, parte do lar do marido tornava-se também sua propriedade;
- b) questão das crianças ilegítimas: a abolição do conceito de filha ou filho bastardo logo após a revolução bolchevique não fazia sentido para a classe camponesa, pois crianças geradas fora do casamento não tinham absolutamente nenhum direito à propriedade (já que essa era herdada de pai para filho);

- c) questão da pensão: o Código da Terra de 1922 proibia explicitamente a utilização da propriedade de um lar para pagamento de dívidas pessoais contraídas por algum dos membros que nele viviam. Entretanto, com a possibilidade de divórcio e necessidade de pagamento da pensão, como uma mulher poderia receber algum pagamento se todos os utensílios e bens derivados de sua utilização pertenciam à coletividade do lar?

Além dessas questões, que expunham a contradição entre uma legislação que buscava libertar a mulher da sua “prisão doméstica”, ocasionada pela estrutura familiar burguesa (explicitada no Código da Família de 1918), e a realidade de uma população camponesa cujo conceito de família monogâmica burguesa sequer havia chegado (explicitada no Código da Terra de 1922), as condições econômicas do campo mostravam um quadro ainda mais controverso. Desde a Grande Seca de 1921, a agricultura se recuperou imensamente mais rápido que a indústria: em 1922, o volume total do produto agrícola alcançou 75% dos níveis de produção pré-guerra, enquanto o produto industrial chegou a apenas 26%. Sendo o Estado o principal comprador de grãos, o preço de compra estabelecido era bastante reduzido em relação ao preço de mercado. Por outro lado, os empresários da NEP tinham alto poder de barganha e certa liberdade para definir seu preço de venda, ocasionando uma tesoura de preços: o preço dos produtos industrializados disparou em relação ao preço dos produtos agrícolas (NOVE, 1975 [1969]).

Nesse contexto econômico, houve um vertiginoso aumento da prostituição e também do número de crianças abandonadas – que, somado ao fechamento de praticamente metade dos abrigos públicos devido aos cortes no fornecimento de serviços por parte do governo, gerou um enorme aumento da mendicância, violência e roubos por parte de menores (GOLDMAN, 2014 [1993]). Aqui, é válido lembrar que os marxistas pioneiros, incluindo o próprio Lênin, interpretavam a prostituição como sendo um dos complementos necessários ao casamento monogâmico burguês. Sendo o amor romântico possível apenas no casamento que não envolve nenhum tipo de propriedade, a prostituição se torna necessária quando a família tradicional é a fórmula básica da sociedade (LÊNIN, 1956 e ENGELS, 1984 [1884]).

O aumento da prostituição na NEP, entretanto, parece estar atrelado a uma grande diversidade de fatores socioeconômicos que pouco se relacionam à necessidade de livre acesso aos corpos femininos por parte dos capitalistas. Segundo as estatísticas e relatos trazidos por Goldman (2014 [1993]), boa parte das mulheres prostitutas viviam com familiares em casas apertadas e quase metade era sem-teto (40%), encontrando na prostituição

a única maneira de sobrevivência – 45% das prostitutas eram ex-trabalhadoras oriundas de setores que sofreram grandes cortes a partir de 1921. Da mesma forma, boa parte de seus clientes também vivia na rua, e muitos programas ocorriam em troca de comida (que, algumas vezes, vinha acompanhada de espancamentos e exigências humilhantes).

Outro fator que aparentemente contribuiu para o aumento da prostituição foi a facilidade de divórcio trazida pelo Código de 1918. Segundo diversos relatos, o abandono por parte dos maridos gerava uma necessidade de sobrevivência independente para as mulheres e suas crianças, que sofriam perante o fechamento de metade dos abrigos familiares e da maioria dos refeitórios públicos, da permissão de cobrança monetária por serviços de saúde, da impossibilidade de pedido de seguro-desemprego e de um frágil sistema de cobrança de pensão de ex-cônjuge (a mudança de endereço ou de emprego por parte dos ex-maridos dificultava consideravelmente o pagamento), que de qualquer forma só poderia ser mantido por até 6 meses após a separação para a mulher, e até a idade adulta para a criança (GOLDMAN, 2014 [1993]).

O aumento da população de rua, com o decorrente aumento da criminalidade, se tornou uma questão urgente, e estava diretamente associada à estrutura familiar. Sem o fornecimento apropriado de serviços públicos e com uma legislação que visava diminuir a importância da família perante a sociedade, as crianças de rua se tornaram um problema crônico. Os lares estatais, insuficientes e baseados na autogestão, tinham altos índices de abandono e reincidência, e passaram a tomar medidas mais drásticas em relação ao acolhimento de menores – como recusar abrigo para alguns menores infratores, atitude antes proibida por lei.

A impossibilidade de fornecimento de educação básica e de cursos de capacitação nos lares, dada a escassez de recursos que mal permitia a alimentação e vestimenta dos internos e internas, trouxe uma nova política de inclusão desses indivíduos na sociedade: via realocação das crianças no setor agrícola por meio de vagas nas fazendas estatais e integração no Exército Vermelho para missões de reconhecimento (que eram extremamente arriscadas)<sup>7</sup>. A partir de 1922, a adoção – proibida no Código de 1918 – se tornou não só permitida, mas

---

<sup>7</sup> Os relatos de crianças trazidos por Goldman (2014 [1993]) denunciam trens lotados de pessoas de 10 a 16 anos rumando para fazendas e fábricas afastadas dos grandes centros, com agentes do partido pouco informados em relação a para onde elas iriam, onde dormiriam e o quê comeriam. Não raro, esses grupos acabavam por estabelecerem-se nas próprias estações de trem. Esses movimentos geraram inicialmente uma redução do número de crianças de rua nos grandes centros, principalmente Moscou e Leningrado, mas aumentaram o número de crianças nas cidades menores e criaram uma espécie de cultura subversiva de crianças moradoras de rua, que se encontravam em uma condição crônica de abandono e passavam a não respeitar nenhum tipo de autoridade, fugindo de lares com frequência e vivendo de pequenos delitos.

incentivada. O discurso de que a adoção por parte de famílias rurais se tratava de trabalho escravo foi substituído pela ideia de que a possibilidade de uma nova família para crianças abandonadas não só era benéfica para que ela desenvolvesse princípios de altruísmo e coletividade, mas também para que aprendesse algum ofício na prática, que permitiria seu sustento no futuro e a formação de mãos treinadas para garantir o crescimento da nação. Nas palavras de Goldman (2014 [1993], p. 55): “as dificuldades de organizar e arcar com creches foram transferidas das organizações estatais para as famílias individuais”.

Em 1922, algumas questões internas do governo também começaram a sofrer alterações. As condições de saúde de Lênin traziam um grande debate em relação aos novos rumos do partido:

Sua doença, em dezembro de 1921, enfraqueceu seriamente sua liderança no Politburo [órgão máximo de governo e direção do PC], deixando Stálin e outros relativamente livres para levar adiante suas próprias políticas. Em maio de 1922, Lênin sofreu uma paralisia parcial e perdeu temporariamente a habilidade da fala. Em dezembro do mesmo ano ele sofreu mais dois ataques cardíacos. Em março de 1923, sua atividade política estava efetivamente interrompida, quase um ano inteiro antes de sua morte em 1924. A principal questão política do período, conseqüentemente, era quem sucederia Lênin como chefe do partido e chefe do conselho de ministros. (ROSEMBERG, 1991, p. 2, tradução nossa)

Foge ao escopo deste trabalho analisar o extenso debate em relação a eleição de Stálin, e não de Trotsky, para o cargo. Entretanto, o contexto de instabilidade e disputa interna do partido é relevante para a compreensão das diferentes políticas adotadas no período. Houve cada vez mais centralização nas decisões do PC, com maior rejeição às ideias contrastantes em relação às apresentadas pelo comitê central inclusive por parte de suas correntes internas, bem como novas políticas em relação ao campesinato e à estratégia de produção industrial (NOVE, 1975 [1969]).

Com a recuperação econômica que aparecia em 1924-1925, associada aos resultados da NEP, iniciou-se o debate para a proposição de um novo plano econômico para o crescimento da URSS. Além do alcance do superávit orçamentário por parte do governo e do crescimento do PIB, identificou-se um crescimento industrial baseado na capacidade ociosa, sendo necessário um novo plano de investimentos para a nação a fim de sustentar o aumento do produto. Sendo a NEP interpretada como um recuo doloroso mas necessário para fins revolucionários, a direção do partido passou a argumentar que esse seria o momento de “reagrupar e definir o avanço no curso oportuno” (NOVE, 1975 [1969], p. 120, tradução nossa), em oposição a diversas vertentes que argumentavam em favor da necessidade de manutenção das políticas de mercado por mais tempo.

No decorrer da década de 20, esses debates em relação ao novo plano nacional e a centralização cada vez maior do partido foram tornando latente um posicionamento mais definido em relação à questão camponesa (que ainda constituía mais de 80% da população russa no período). As contradições entre o contexto urbano e a realidade do campo em um país que buscava um rápido crescimento produtivo foram se tornando cada vez mais evidentes. Qual seria o caminho para alcançar a almejada produção de indústria pesada (ferro, aço, carvão), essencial para a segurança nacional, em um país cuja população era esmagadoramente agrária e sem importação de bens de consumo (tanto devido a restrições de capital quanto aos bloqueios comerciais impostos aos países socialistas)<sup>8</sup>?

O paradoxo entre a realidade da população soviética e os planos do partido foram se acentuando em diversas esferas. As divergências entre o Código de 1918, o Código da Terra e a aplicação das leis no cotidiano das mulheres foram evidenciando suas limitações. Além da já citada revogação da proibição da adoção, a justiça começou a interpretar como elegíveis para receber pensão mulheres que não haviam casado perante as autoridades civis, mas que comprovassem possuir um casamento de fato durante um período estável de tempo. A não comunhão de propriedade durante o casamento também foi paulatinamente revertida nos tribunais a partir de 1924, pois os juízes passaram a interpretar que, em alguns casos, a propriedade adquirida pelo marido durante o casamento ocorreu devido ao trabalho não remunerado no lar por parte de seu cônjuge, sendo essa propriedade gerada pelo casal, embora adquirida monetariamente pelo homem.

O pagamento da pensão alimentícia, que antes deveria ser realizado mensalmente (para permitir um sustento continuado da mulher e das crianças pelo menos nos primeiros meses da separação), passou a ser realizado em uma só parcela em alguns casos, principalmente em divórcios envolvendo a população rural, permitindo a doação de parte da terra e bens móveis do lar (como vacas e instrumentos de trabalho) para a ex-esposa de um dos membros. No entanto, a pobreza dos camponeses, a falta de terras e a limitação física das mulheres solteiras – que, caso conseguissem acesso à pensão, deveriam trabalhar sozinhas na

---

<sup>8</sup> Nove (1975 [1969]) narra o intenso debate em relação a diversas teorias de vanguarda que surgiram na Rússia Soviética nesse contexto. Questões como o financiamento da acumulação de capital, estratégias de crescimento econômico por meio da industrialização e o papel do campesinato no crescimento e distribuição da produção nacional são discutidas por diversas matrizes teóricas com uma infinidade de evidências empíricas na economia atualmente. Já nas primeiras décadas do século XX, a URSS foi pioneira em formular projetos nacionais para pensar essas questões e suas implicações na vida cotidiana da população (é interesse notar que a clássica Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de John Maynard Keynes, por exemplo, que traçou alguns importantes conceitos de macroeconomia e despertou um intenso debate a respeito do papel dos Estados-nação no desenvolvimento econômico, só foi publicada por primeira vez em 1936).

terra, na casa e ainda cuidar das crianças – tornavam a simplificação do divórcio um inimigo, e não uma medida libertária.

Todas essas condições trouxeram um profundo debate em relação à necessidade de um novo código da família. No pano de fundo, havia uma fervorosa discussão interna entre os juristas do partido sobre a necessidade ou não de extensão e detalhamento das leis, com a chamada “escola da troca de mercadorias” defendendo a produção de escritos cada vez mais curtos e simples, que levariam a eventual extinção da lei burguesa, em oposição a grupos mais conservadores, que defendiam a lei como um instrumento de confronto aos costumes pré-socialistas que se mantinham na sociedade soviética (HAZARD, 1945).

### 3.2 O NOVO CÓDIGO DA FAMÍLIA DE 1926

O contexto de centralização do partido, que se intensificou com o afastamento gradativo de Lênin no início da década de 20 até sua morte em 1924, bem como as dificuldades decorrentes da “contradição de tentar construir o socialismo em um país subdesenvolvido” (GOLDMAN, 2014 [1993], p. 134), acarretaram na mudança de postura em relação ao trato do partido com o campesinato. A já referida antipatia por parte das comunidades do campo em relação ao Partido Comunista, cujo discurso era identificado como urbanista, bem como as afirmações cada vez mais inflamadas por parte de Stálin em relação aos *kulaks* – categoria bastante controversa, geralmente atribuída a homens do campo com alguma propriedade (mesmo que escassa, como duas vacas e dois cavalos) e contratação de alguma mão de obra adicional para ajudá-lo na produção (mesmo que de forma sazonal), mas com tino comercial e objetivos de aumento da produção –, trouxeram uma nova interpretação: não há diálogo possível com a população rural. A partir da metade da década de 20, portanto, foi-se adotando cada vez mais abertamente a política de persuasão (NOVE, 1975 [1969]).

O debate em relação ao novo código da família, portanto, dividiu opiniões. Se, por um lado, havia as considerações a respeito do campesinato, com maior ou menor identificação por parte dos membros do partido da possibilidade de diálogo com essa camada populacional, por outro, havia as divergências relacionadas à extensão do texto do novo código e detalhamento das novas leis, em oposição à redução da lei escrita, rumando para sua supressão quase total. Essa última posição estava profundamente enraizada nas ideias de Pachukanis (1988 [1924]), que era um respeitado membro da Academia Comunista e cuja obra máxima, intitulada Teoria

Geral do Direito e Marxismo, havia recém sido lançada, em 1924, e inaugurou a chamada “escola da troca de mercadorias”.

Sob grande influência dessa última vertente, foi lançado ainda em 1924 um primeiro esboço para a renovação do código da família por parte do Commissariado de Justiça. O texto foi bastante reduzido em comparação ao Código de 1918, e objetivava simultaneamente a perda de importância da família monogâmica burguesa – um dos objetivos do processo revolucionário, fundamentado na estratégia de libertação das mulheres dos marxistas pioneiros – e o ajuste das práticas legais relacionadas à família que vinham se consumando nos tribunais e se opunham ao código vigente (como as já citadas questões de adoção, pagamento de pensão e casamento de fato).

No primeiro esboço do Novo Código, a longa descrição inicial sobre as definições e necessidades do casamento do Código de 1918 fora substituída pela frase “somente o casamento registrado conforme estabelecido pela ordem legal é válido”, já demonstrando a tentativa de tornar a legislação mais sucinta e objetiva. Os principais pontos de mudança em relação à legislação anterior apontados por Goldman (2014 [1993]) são:

- a) reconhecimento do casamento de fato: embora os tribunais já reconhecessem essa possibilidade de casamento para o reconhecimento de pensão, o novo código estabelecia explicitamente que, quando uma união matrimonial de fato fosse concretizada perante os órgãos civis competentes, o tempo de casamento a ser considerado para fins jurídicos seria retroativo;
- b) possibilidade das partes manterem seus nomes pré-nupciais: antes, apenas era permitido assumir o nome da mulher, do marido ou um terceiro nome à escolha do casal;
- c) tempo indeterminado para declaração da paternidade por parte de mulher gestante: no código anterior, a mulher apenas poderia reivindicar a paternidade de sua criança três meses antes do parto; após esse prazo, a paternidade se tornaria legalmente desconhecida;
- d) sem menção ao método de pagamento de pensão: a necessidade de pagamento mensal prevista no código anterior se mostrava inviável para diversas situações, especialmente para a população rural, conforme citado na Seção 3.1, e a omissão tornaria possível tanto o pagamento mensal quanto o pagamento em uma só parcela;
- e) sem menção aos procedimentos de adoção: na prática, o Partido buscou

permitir a adoção, reconhecendo a impossibilidade do Estado de promover o cuidado necessário às crianças de rua;

- f) extensão da pensão alimentícia por tempo ilimitado para cônjuges fisicamente incapazes e sem emprego: antes, apenas cônjuges carentes ou mentalmente incapazes poderiam receber pensão por tempo ilimitado, sendo os casos acima passíveis de recebimento de pensão por no máximo seis meses;
- g) reconhecimento de propriedade adquirida após o casamento como propriedade conjunta: devido aos já citados casos de mulheres que reivindicavam parte da propriedade do ex-marido adquirida durante o casamento argumentando que seu trabalho não remunerado no lar foi essencial para sua obtenção, o Novo Código buscou reverter a não comunhão de bens prevista no Código de 1918 para amenizar os pedidos de pensão.

Logo que publicado, o esboço foi alvo de diversas críticas. Primeiramente, o casamento de fato foi reconhecido apenas se transformado em um casamento jurídico no futuro (pois o tempo seria contabilizado apenas retroativamente em casos de casamento civil), e não foi definido nos termos da lei. A questão do casamento de fato, bastante criticada por parte das mulheres casadas e reivindicada como um direito por parte das mulheres solteiras, se tornou um dos principais pontos de divergência na nova legislação, conforme visto a seguir, no debate que levou à produção de outros esboços para o Novo Código.

Ainda, o primeiro esboço do Novo Código falhou em sua tentativa de amenizar a dificuldade de aplicação do código da família na população camponesa. De fato, a nova proposta aumentava suas controvérsias em relação ao Código da Terra, pois o reconhecimento da propriedade conjunta após o casamento se opunha frontalmente à política adotada no campo, segundo a qual a propriedade da terra e os instrumentos nela utilizados eram de propriedades da família (ou de um conjunto de famílias) que nela habitavam. Para a população campesina, não só era injusto mas também inviável que uma mulher levasse parte da propriedade coletiva em caso de separação, além da já citada impossibilidade de gestão dessa nova propriedade individualmente – como alguém poderia cuidar do lar, dos filhos e filhas e da terra simultaneamente?

A nova legislação também sofreu críticas devido ao fato de não apresentar nenhuma medida que revertesse a disposição que estabelecia a paternidade coletiva para casos de pai desconhecido – a chamada “cooperativa de pais”. Segundo as críticas dessa medida, não havia figura paterna possível nesse modelo, resultando em um abandono da criança, e a

possibilidade de cobrar a pensão de mais um homem tornava a tarefa mais difícil (todos se recusavam a pagar, alegando que outro pagaria).

O Comissariado de Justiça, então, elaborou um segundo esboço para o Novo Código, ainda mais enxuto que o primeiro, lançado em dezembro de 1924. Uma das principais questões relacionadas aos efeitos do Código de 1918, conforme debatido nas sessões anteriores, estava relacionado ao abandono de mulheres oriundo da facilitação do divórcio que, aliado aos efeitos das políticas da NEP, aumentava vertiginosamente a prostituição e o volume de crianças órfãs. O debate em relação ao casamento e ao divórcio, portanto, se tornou o centro de discussão na redação desse segundo documento revisado.

A restrição ao divórcio era interpretada como um grande retrocesso por parte da imensa maioria dos membros do partido, mas era defendida por diversos grupos de mulheres. O foco do debate se voltou para o acesso ao casamento e aos direitos dele decorrentes – tanto devido aos debates entre as mulheres casadas e solteiras, que tinham posições bastante radiciais em relação ao reconhecimento ou não do casamento de fato, quanto devido às posições dos dirigentes do partido, que se dividiam entre defender o resumo do conceito de casamento à apenas uma união legal concretizada ou não em instituição civil, ou defender a definição do casamento civil e do casamento de fato para garantir pensão alimentícia a todas (GOLDMAN, 2014 [1993]).

A posição relacionada à definição de casamento de forma abstrata e resumida fazia sentido tanto para a posição da escola da troca de mercadorias de Pachukanis (1988 [1924]), pois representava uma legislação mais enxuta, quanto para os e as camaradas que reivindicavam os princípios bolcheviques mais identificados com os marxistas pioneiros, já que uma definição branda e pouco detalhada de casamento e a indiferença em relação ao seu registro civil representavam uma redução da importância do casamento burguês e, portanto, do conceito de família monogâmica como base da sociedade civil. Havia, ainda, um terceiro grupo dentro do partido bolchevique, que defendia apenas a manutenção do casamento civil e o não reconhecimento do casamento de fato como medida para acabar com o alto número de divórcios, que culminava na impossibilidade de pagamento de pensão para todas.

Segundo Goldman (2014 [1993]), a facilidade de acesso ao casamento e ao divórcio trazida pelo Código de 1918, aliadas aos princípios morais de valorização da virgindade feminina da época (principalmente no campo), tornavam relativamente comum um homem casar com uma mulher apenas para relacionar-se sexualmente com ela. Após um curto período de tempo, o divórcio acontecia, às vezes mesmo sem o conhecimento da mulher (pois era

permitida a solicitação do divórcio por apenas um dos cônjuges). No já referido contexto de pobreza e desemprego característico da década de 20, transferir uma porcentagem de rendimento para uma ex-mulher já era bastante difícil, sendo em geral impossível o pagamento para diversas ex-parceiras. Assim, mesmo que um juiz decretasse o direito à pensão para uma segunda ex-mulher, certamente o pagamento não seria obrigatório por uma questão de sobrevivência, e a decisão logo seria revertida por parte dos tribunais soviéticos<sup>9</sup>.

A questão da pensão para ex-esposas de casamentos não registrados era tão complexa que a solução proposta no segundo esboço era bastante criativa: o pagamento de pensão para ex-esposas que não registraram seu matrimônio apenas seria obrigatória no caso de não haver outro casamento posterior. Para tentar amenizar os conflitos, o texto proposto fazia uma separação entre casamento e registro civil do casamento, embora não explicitasse o que seria o casamento sem o registro civil. Na nova disposição, um indivíduo que não realizou registro de casamento ou de divórcio poderia solicitar pensão caso comprovasse que esteve de fato casado, mas a partir do momento que seu ex-cônjuge realizasse um casamento registrado com outra pessoa, a pensão seria automaticamente suspensa. Na prática, a legislação permitia o pagamento de pensão para mulheres que casaram-se de fato, mas evitava o acúmulo de pagamentos ao suspender as transferências de renda tão logo o ex-marido casasse novamente.

A ausência de uma definição mais precisa para o casamento de fato, e a possibilidade de seu reconhecimento apenas a posteriori, criavam uma questão bastante relevante para o partido na época, especialmente para o *Zhenotdel*: a poligamia. Segundo Massel (1974), a população muçulmana representava pouco mais de 10% da população soviética, e a ala feminista do partido identificava nas mulheres muçulmanas um dos principais focos de repressão feminina e resistência da estrutura patriarcal<sup>10</sup>. A poligamia seria uma das grandes responsáveis pela perpetuação dessa condição na década de 1920, e em 1924 foi aprovada a proibição da poligamia em todo o território nacional. Assim, a ausência de uma definição precisa do casamento de fato abriria uma brecha para possibilitar o casamento de um homem

---

<sup>9</sup> Goldman (2014 [1993]) resgata diversas brincadeiras e cantigas soviéticas da época que retratavam a situação de homens que, por já possuírem diversas ex-esposas, sabiam que novos casamentos e novas dissoluções não trariam efeitos para sua vida material. Segundo a autora, havia uma nova moral relacionada ao matrimônio principalmente no campo, e o sentimento de desproteção por parte das mulheres, relacionado ao Código de 1918, era crescente.

<sup>10</sup> Justamente por serem identificadas como o grupo populacional mais vulnerável aos resquícios da estrutura patriarcal, o *Zhenotdel* reconheceu nas mulheres muçulmanas um importante foco de luta comunista, com potencial para criação de um coletivo feminista de resistência frontal à dominação masculina. As importantes políticas desenvolvidas para recrutar mulheres muçulmanas para o partido, os grupos por elas criados e os intensos debates desenvolvidos para adequações legais que permitissem maior independência, bem como a violenta resposta por parte dos homens muçulmanos a todos esses movimentos, estão narradas em detalhes na obra de Massel (1974).

com diversas mulheres simultaneamente, pois não haveria registro de matrimônio para controlar a proibição.

Insatisfeitos com os esboços criados pelo Comissariado de Justiça, o Comissariado para Assuntos Internos criou seu próprio esboço para o Novo Código, também ao final de 1924. Buscando descrever em detalhes a instituição do casamento, foi definido que, para serem casados, um homem e uma mulher deveriam se colocar perante o Estado, a sociedade soviética e os cidadãos e cidadãs como marido e mulher. A união poderia ser reconhecida de forma escrita ou oral, desde que houvesse reconhecimento mútuo por parte de ambos os cônjuges e que cumprissem quatro condições:

- a) homem maior que 18 anos e mulher maior que 16 anos;
- b) ambas partes deveriam ser mentalmente saudáveis;
- c) não poderiam apresentar parentesco de 1º grau;
- d) não poderiam fazer parte de outro casamento.

Segundo Massel (1974), as condições para a possibilidade de matrimônio estavam bastante relacionadas às pautas do *Zhenotdel* e sua luta por uma legislação que permitisse maiores liberdades às muçulmanas. Na prática dessas comunidades, o casamento de mulheres ainda crianças com homens adultos, o incesto, o casamento forçado e a poligamia constituíam costumes bastante fortes, e as mulheres frequentemente apontavam justamente essas práticas como as principais amarras que as mantinham vivendo em condição de escravidão perante seus maridos.

Entretanto, a definição do casamento apenas com o reconhecimento mútuo perante a lei falhava em proteger justamente as mulheres com crianças que alegavam possuir casamento de fato, mas que não eram reconhecidas como cônjuges perante o tribunal. Esse terceiro esboço não agradou nem as mulheres que não haviam registrado seu casamento e não eram reconhecidas pelos ex-maridos para fins de cobrança da pensão, nem a ala de mulheres contrárias ao reconhecimento jurídico do casamento de fato. Ainda, o documento previa o reconhecimento do direito conjunto à propriedade adquirida após o casamento e o pagamento de pensão alimentícia a ex-cônjuge que estivesse sem emprego, o que aumentava ainda mais a polêmica relacionada ao casamento de fato.

Em 1925, foi apresentado o quarto e último esboço do Novo Código. Também elaborado pelo Comissariado da Justiça, mas incluindo questões trazidas pelo terceiro esboço, de autoria do Comissariado de Assuntos Internos – inclusive aumentando o nível de detalhamento e extensão do texto, prática contrária aos princípios da escola da troca de

mercadorias –, a proposta reivindicava mais direitos ao casamento de fato que os esboços anteriores e simplificava o processo de divórcio (as separações, mesmo as contestadas, passariam todas para os ZAGS, não sendo necessário o processo no tribunal). O esboço ainda estendia o período no qual um homem poderia protestar contra a declaração de paternidade de duas semanas para um mês, e abolia a prática da chamada “cooperativa de pais” (caberia ao tribunal a escolha do pai da criança, confiando no depoimento da mulher e de outras testemunhas).

As novas definições trazidas por essa proposta buscavam reduzir ainda mais a importância da família monogâmica na sociedade, inclusive reduzindo legalmente os direitos e deveres de seus membros. Segundo Goldman (2014 [1993], p. 115-116):

O Código [de 1918] e os dois primeiros esboços interpretavam a família em uma base ampla, abrangendo todas as relações em linhas diretas de ascendência e descendência (filhos, pais, avós), bem como irmãos e irmãs. Em mais um esforço para minar a importância da unidade familiar, o esboço de 1925 reduzia a definição legal da família para que incluísse somente pais e filhos, substituindo assim a família maior e mais estendida por unidades menores e nucleares em termos de obrigações e responsabilidades exigidas legalmente. [...] Com cada esboço, os juristas se aproximavam do objetivo da “união livre”. Aparando tanto a lei quanto a família, o esboço final encorajava os cidadãos soviéticos a pensarem em um registro de casamento como nada mais que a prova de que um casamento realmente existia.

Assim, o quarto e último esboço pode ser interpretado tanto no sentido de uma tentativa de garantir liberdades e direitos para mulheres urbanas que sofreram diretamente com os efeitos da NEP, pois dava às mulheres casadas direitos sobre a propriedade adquirida monetariamente pelo seu marido após o casamento e recebimento de pensão em caso de desemprego, quanto como uma tentativa de modificar a realidade das mulheres soviéticas via decreto, pois não previa legislação específica para as mulheres do campo e inclusive tornava o abandono feminino ainda mais fácil, via facilitação do divórcio sem comum acordo. Quando finalmente colocado em regime de votação, em outubro de 1925, aproximadamente 60% dos votantes se opuseram à aprovação do texto na íntegra, e um profundo debate a respeito das questões envolvendo família, matrimônio e crianças tomou a União Soviética até um novo regime de votação com o texto alterado, que ocorreu em novembro de 1926 (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Nesse ponto, é importante resgatar o contexto de conflito interno no partido bolchevique, relacionado à sucessão de Lênin, e a mudança em relação ao trato com o campesinato, discutidas na seção anterior. Nas falas dos membros do partido trazidas por

Goldman (2014 [1993]), fica evidente a postura de embate perante a estrutura familiar camponesa e o objetivo de definhamento da família como sendo a mais importante das questões relacionadas às mulheres. A necessidade de aprovação da legislação de acordo com os princípios da vanguarda, que seriam os detentores do conhecimento marxista, em oposição a uma lei que observasse a opinião e realidade da vida nas aldeias, seria necessariamente um retrocesso nas palavras de diversos membros do PC, sendo necessário acabar com a “reacionária utopia de preservar a família camponesa” (GOLDMAN, 2014 [1993], p. 120).

Segundo Goldman (2014 [1993]), as opiniões se dividiam basicamente em quatro grupos de interesse:

- a) camponeses: eram a principal força contrária ao novo código, pois constituíam a imensa maioria da população nacional. Os representantes camponeses, em geral homens, julgavam injusta a distribuição dos bens coletivos da comuna para ex-mulheres de outros homens que ali viviam, buscando novas regras para o pagamento de pensão. A definição de uma nova estrutura legal que dificultasse o divórcio também era desejada, pois assim o número de homens condenados a pagar pensão diminuiria, bem como o não reconhecimento do casamento de fato. Sua argumentação estava relacionada aos princípios morais da sociedade, que estariam sendo dissolvidos com o fim da instituição do casamento.
- b) protecionistas: identificados como uma corrente mais marxiana, argumentavam que o Novo Código era muito avançado dadas as condições materiais da sociedade soviética. Segundo eles, a superestrutura jurídica não poderia ser descolada da base econômica, tornando prematura a redução da importância da família aliada à não socialização completa dos meios de produção e consumo. Argumentavam que o Novo Código encoraja novas noções de sexualidade que nem a estrutura estatal, nem a estrutura familiar típica soviética estavam prontas para sustentar. Assim, também eram contrários ao texto, alinhando-se com a posição mais conservadora dos camponeses, mas sem compactuar com o teor moralista do discurso desse primeiro grupo.
- c) juristas progressistas: consideravam o casamento uma mera formalidade técnica, sendo o cotidiano das mulheres a real questão a ser debatida e observada. Por acreditarem que o reconhecimento do casamento de fato traria proteção para o caso de mulheres que não formalizavam sua união, eram

favoráveis à aprovação, mas divergiam consideravelmente de diversos dos princípios por trás do reconhecimento do casamento de fato e debatiam questões relacionadas ao papel da lei na sociedade (em oposição aos protecionistas, que defendiam a legislação como um instrumento de controle que guiaria a população rumo ao socialismo, argumentavam em favor do seu papel de reflexo da realidade social). Defendiam a regulamentação do casamento de fato por considerarem que essa era uma forma de união superior, no sentido de mais próxima à forma socialista de união conjugal, e o papel da legislação seria permitir tais arranjos caso as pessoas desejassem viver dessa forma, e não proibi-los.

- d) grupo dos interesses das mulheres: era majoritariamente formado por mulheres operárias e camponesas pouco letradas, que não realizavam o debate a nível jurídico e limitavam-se a sustentar a necessidade de um casamento forte e estável para que elas pudessem nutrir suas crianças. Sua maior preocupação não estava no reconhecimento ou não do casamento de fato, mas sim na imposição de maiores dificuldades para obtenção do divórcio, um número máximo de divórcios por pessoa e novas regras que lhes garantisse o pagamento da pensão. Mais preocupadas com a sua sobrevivência e a de seus filhos, sequer debatiam questões teóricas relacionadas a opressões e liberdades femininas, inclusive ocasionalmente defendendo que mulheres que engravidassem de homens casados ou não soubessem ao certo qual era o pai da criança não deveriam ter direito à pensão, pois um homem não poderia pagar a mais de uma e aquela que tivesse mais certeza deveria ter mais direitos. O *Zhenotdel* apoiava oficialmente o esboço; contudo, dava voz a essas mulheres no debate e se restringia a fazer intervenções relacionadas à necessidade de garantias de pagamento de pensão. Embora por vezes se utilizassem de argumentos morais semelhantes aos dos camponeses, diferiam radicalmente na questão do pagamento da pensão alimentícia, com muitas mulheres argumentando contra seus próprios maridos em relação à necessidade de pagamento.

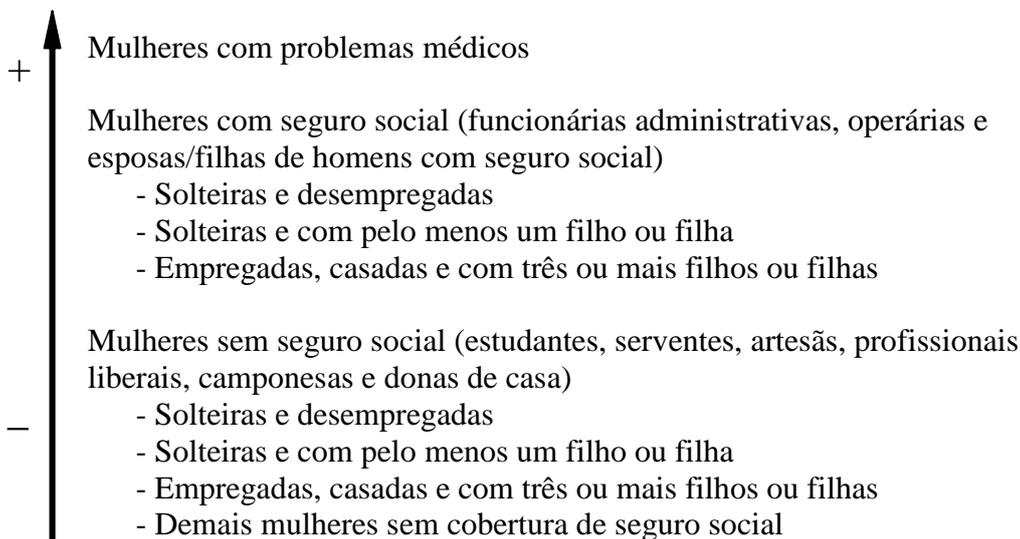
Os debates do período e as posições defendidas pelos setores sociais supracitados dão suporte à observação da enorme contradição entre as condições materiais da União Soviética e o plano de definhamento da família e libertação das mulheres almejado pelo Partido. A evidente divergência de opiniões entre as mulheres casadas e solteiras, bem como entre as

mulheres urbanas e rurais, trazem à tona a questão dos princípios revolucionários em oposição à prática concreta: se, por um lado, é necessário criar mecanismos de libertação da mulher que, em teoria, passam necessariamente pelo enfraquecimento da família tradicional, por outro, observava-se um Estado incapaz de garantir métodos contraceptivos adequados, lares para crianças e empregos para as mulheres. A oposição de diversas alas femininas em relação ao Novo Código não parecia constituir uma herança reacionária de princípios burgueses, pois a base do discurso não era moralista em sua maioria, tampouco uma reivindicação em relação à sua própria liberdade por meio de um reconhecimento da sua condição de opressão, mas sim tão somente a sua urgência de pleno acesso aos recursos financeiros sociais para os quais contribuía, mas não se apropriavam.

Mulheres trabalhadoras e camponesas não necessitavam de uma educação formal na economia política marxista para compreender esse ponto. Muitas mulheres discutiam os problemas do divórcio e pensão alimentícia em termos orçamentários precisos. Oferecendo seus próprios orçamentos familiares como exemplos, elas contavam aos juristas que o salário médio de um homem não poderia manter mais de uma família. (GOLDMAN, 2014 [1993], p. 129)

Mesmo com o decreto legalizando o aborto, em 1920, a criação dos filhos e filhas e o acesso à pensão era a principal questão para as mulheres no período. Além do já citado discurso moral relacionado à prática da interrupção da gravidez, que admitia a ineficácia da proibição mas considerava que apenas as questões materiais eram empecilho para que a mulher levasse adiante a gestação (inclusive frequentemente reiteravam que, com o desenvolvimento do socialismo, o aborto se tornaria desnecessário), a demanda por acesso ao procedimento gratuito nos hospitais era imensa desde os primeiros dias da legalização. Com a incapacidade do Estado de permitir o procedimento a todas as interessadas, em 1922 foi elaborada uma lista de prioridade de acesso por parte do Departamento para a Proteção da Maternidade e da Infância em parceria com o *Zhenotdel* (Figura 2).

**Figura 2 - Ordem de preferência de acesso ao procedimento de interrupção da gravidez nos hospitais da Rússia Soviética**



Fonte: elaboração própria com base em Goldman (2014 [1993])

Além da lista de espera, a burocracia envolvida na solicitação de um aborto – declaração de empregabilidade do Escritório do Trabalho, atestados de saúde por parte de médicos e médicas, dentre diversos outros papéis – afastava muitas mulheres do procedimento oferecido nos hospitais. No início da década de 20, a prática do aborto privado (desde que realizado por médico ou médica) se tornou comum, mas foi proibida em 1924, tornando a situação ainda mais grave. Segundo o *Zhenotdel*, o Departamento para a Proteção da Maternidade e da Infância e as profissionais da saúde que tratavam dos casos de interrupção da gravidez, a maioria das mulheres buscava informações sobre métodos contraceptivos eficazes para não precisarem recorrer ao aborto novamente. Entretanto, não havia nenhum método eficaz disponível – várias pesquisas realizadas na URSS no final da década de 20 resgatadas por Goldman (2014 [1993]) apontavam para a ducha vaginal e coito interrompido não só como as práticas mais comuns, mas praticamente as únicas utilizadas pelas mulheres para fins de contracepção.

Embora bastante seguro para os padrões da época – a prática do aborto ocasionava menos vítimas fatais que o próprio parto nas estatísticas oficiais de Moscou –, o procedimento era realizado sem anestesia e utilizava a técnica de dilatação e raspagem, que é extremamente dolorosa. A burocracia e a dificuldade de acesso à interrupção da gravidez, somadas à dor

física envolvida e a uma desconfiança por parte das mulheres (principalmente as camponesas) em comparação à confiança nas técnicas arcaicas e por vezes até ritualísticas utilizadas historicamente por mulheres das comunidades, tornavam o aborto caseiro predominante em relação aos realizados nos hospitais<sup>11</sup> (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Embora seja impossível estimar uma estatística confiável em relação ao número de abortos não oficiais realizados, os depoimentos de mulheres que chegavam ao hospital e a porcentagem delas que solicitava a interrupção da gestação após já haver tentado outros métodos caseiros anteriormente possibilitam algumas aproximações. Segundo dados trazidos por Goldman (2014 [1993]), as pacientes frequentemente relatavam que já haviam efetuado diversos abortos, quase todos sem auxílio médico, e mais da metade das que realizavam o procedimento no hospital chegavam com o processo já iniciado<sup>12</sup>. Essas estatísticas se inserem no adverso quadro soviético em relação à procriação na década de 20 para as mulheres: métodos contraceptivos eficazes inexistentes, restrito acesso ao aborto (burocrático, centralizado nas grandes cidades, doloroso e com ordem de preferência), grande facilidade de obter divórcio, pobreza, desemprego, e muita dificuldade em garantir o recebimento de uma pensão mínima necessária para sobrevivência sua e das crianças no caso de mulheres solteiras. Nesse contexto, a preocupação com o pagamento de pensão e o abandono familiar era central.

Diferentemente das expectativas do partido, que mantinha a condenação moral à prática abortiva mas aceitava sua necessidade temporária para as gestantes com poucos recursos, as mulheres das mais diversas condições de vida procuravam os hospitais para realizar a interrupção da gravidez. A ordem de prioridades estabelecida (Figura 2) evidencia a interpretação do Estado de que seriam as gestantes solteiras e desempregadas as que buscariam o procedimento com mais afinco; entretanto, na prática, em Moscou, para dados de 1926, 50% dos abortos era realizado por donas de casa e 50% por trabalhadoras assalariadas

<sup>11</sup>Os relatos incluem injeção de ácidos e materiais corrosivos, ingestão de plantas, cogumelos, ervas e remédios, inserção de objetos (ferros, agulhas, plumas e galhos) na vagina, dentre diversas outras práticas, mais ou menos eficientes e explicáveis cientificamente, para a interrupção da gravidez. Mesmo atualmente, em especial em países cuja legislação não permite o aborto, tais práticas ainda são bastante utilizadas e difundidas. Sobre os procedimentos abortivos populares no Brasil, Del Priore (2009) fornece uma visão histórica detalhada; mais recentemente, Diniz e Madeiro (2012) e Leal (2012) são algumas referências.

<sup>12</sup>Segundo Goldman (2014 [1993]), a maioria das mulheres que chegava ao hospital com o processo abortivo já iniciado declarava que esse havia iniciado naturalmente no ambiente doméstico, pois o aborto só poderia ser realizados por médicos e médicas e, a partir de 1924, apenas em ambiente hospitalar; caso contrário, constituía crime. Entretanto, diversos médicos e médicas relatavam a identificação de remédios e ervas abortivas e venenosas no corpo das mulheres, bem como marcas de objetos no útero e na parede vaginal. Assim, também é bastante impreciso identificar a real porcentagem de mulheres que de fato chegava ao hospital para terminar um processo abortivo iniciado naturalmente no lar e qual porcentagem estava buscando auxílio médico após um procedimento caseiro intencional mal sucedido.

(GOLDMAN, 2012 [1993]). Ainda, a grande maioria das mulheres que realizavam abortos era casada:

**Tabela 2 - Número de mulheres que realizaram abortos em hospitais da URSS em 1926, por estado civil e área de residência**

Fonte: elaboração própria com base em Goldman (2014 [1993])

Além de a imensa maioria declarar estar em um relacionamento estável – no total, 82,14% das mulheres alegou estar em algum tipo de casamento –, quase 85% das mulheres que realizaram o procedimento legal de aborto habitava nas cidades, embora 85% da população soviética vivesse no campo no período. Caso não houvesse uma lista de prioridade de acesso ao procedimento, é possível que a porcentagem de mulheres casadas fosse ainda mais volumosa. Além disso, ainda segundo Goldman (2014 [1993]), 78% das mulheres que abortaram em 1926 já eram mães.

As mulheres que lotavam as alas para abortos na década de 1920 desmentiam as primeiras expectativas das comissões de aborto e do Estado. Apesar de os funcionários dos Comissariados da Saúde e da Justiça acreditarem que a extrema necessidade levava as mulheres a procurar abortos – e estruturarem, em consequência, os critérios das comissões em concordância com isso –, a paciente típica do aborto não era nem solteira nem desempregada. Não era uma jovem em apuros ou uma mulher que fazia sexo casual; não era nem uma mulher com casamento não registrado. Pelo contrário, tinha entre pouco mais de vinte e trinta e poucos anos, era casada e, geralmente, era mãe de pelo menos um filho. A probabilidade de que fosse uma dona de casa ou assalariada era a mesma, e ela era ou empregada como operária ou *sluzhashchie* [funcionária administrativa] com cobertura médica, ou então casada com um homem numa dessas situações. A composição das mulheres que buscavam as clínicas era uma amostra representativa da sociedade urbana. (GOLDMAN, 2014 [1993], p. 146)

Em relação às motivações que levavam as mulheres a solicitar o aborto, quase metade alegou a pobreza como sendo a principal razão para a interrupção da gravidez (Tabela 3). Como era bastante pública a opinião do partido de que as mulheres recorriam ao aborto devido às condições materiais escassas, e a ordem de preferência no acesso (Figura 2) mostrava que de fato as mulheres em dificuldades financeiras deveriam ter preferência, especula-se que algumas mulheres alegavam pobreza extrema para aumentar sua chance de obtenção do procedimento. Entretanto, dadas as já citadas condições econômicas da URSS, é

bastante possível que de fato a pobreza fosse a principal causa para a realização de abortos no país.

**Tabela 3 - Motivações das mulheres que realizaram abortos em hospitais da URSS em 1926, por área de residência**

Fonte: elaboração própria com base em Goldman (2014 [1993])

A Tabela 3 mostra que, tanto no campo quanto na cidade, os diferentes motivos para a realização do procedimento apresentavam pouca variação em relação à sua participação no total. A maior diferença (a exceção dos dados desconhecidos) é para os casos de gravidez escondida, que representavam pouquíssimos casos nas cidades e somavam mais de 4% das observações no campo. Goldman (2014 [1993]) afirma que, segundo os médicos rurais, em torno de 20% das mulheres que procuravam o aborto alegavam esse motivo para interromper a gravidez, mas as estatísticas captam apenas as que oficialmente realizaram o procedimento em um hospital público e preencheram esse motivo na ficha fornecida (além de não indicarem esse como sendo o principal motivo, a prática do aborto privado, embora proibida, continuava sendo realizada por vários médicos, principalmente no campo, onde havia poucos hospitais).

A diferente moral familiar associada ao campo, portanto, se mostrava não só nos debates em relação ao Novo Código, mas também na procura por abortos e nos motivos para realizá-lo. Tanto os conceitos relacionados aos valores familiares quanto as próprias práticas de contracepção, além da ideia de tamanho ideal de família – segundo Goldman (2014 [1993]), as mulheres do campo tinham em média duas crianças a mais que as mulheres urbanas –, mostravam a dificuldade de criação de uma nova legislação sobre casamento, família e crianças que fosse simultaneamente progressista no sentido socialista e captadora da realidade concreta de vida da população soviética.

Ao final de 1926, o partido considerou que o debate já havia sido realizado a nível nacional e, na impossibilidade de um consenso entre as principais frentes de argumentação em relação ao Novo Código, o quarto esboço foi minimamente modificado e entrou em vigor já em janeiro de 1927. Foram mantidas todas as suas principais disposições, mesmo as mais

polêmicas: o casamento de fato, a simplificação ainda maior do divórcio e o reconhecimento da propriedade conjunta adquirida após o matrimônio. Entretanto, a definição de casamento de fato foi delimitada e baseada em três características:

- a) casa compartilhada;
- b) educação conjunta de crianças geradas pelo casal;
- c) expressão das relações maritais frente a terceiro.

O casamento de fato, portanto, estava regulamentado, e a facilitação do divórcio foi estabelecida via realocação dos processos dos tribunais (mais lentos e centralizados) para os ZAGs (mas próximos à população e mais agilizados). Por outro lado, não houve modificação semelhante nos processos de pedido de pensão, que seguiam sendo julgados nos tribunais, causando um aumento do tempo de espera entre a concretização do divórcio e o primeiro pagamento relativo à pensão alimentícia. Ainda, a pensão alimentícia por tempo indeterminado para cônjuges desempregadas e inválidas, estabelecida no Código de 1918, foi limitada a seis meses para mulheres sem emprego e a um ano para ex-companheiras reconhecidas como inválidas no tribunal.

As duas principais pautas dos grupos de interesses das mulheres, portanto, não foram levadas em consideração. Embora o aumento na dificuldade de obtenção do divórcio fosse considerado um recuo pouco provável por parte do *Zhenotdel* (WOOD, 1997), não era esperado um aumento na dificuldade de obtenção da pensão, representado pela extensão do tempo sem nenhuma cobertura financeira para mulher e seus filhos e filhas e pela redução do tempo de cobertura para casos específicos.

Até que o Estado estivesse preparado para garantir contracepção, lares para crianças e emprego para as mulheres, qualquer tentativa de libertá-los da dependência da família tradicional estava condenada ao fracasso. Igualdade perante a lei não era o suficiente. Ironicamente, os esforços legais para minar os laços coercitivos do “casamento burguês” intensificavam as dificuldades das mulheres e as colocavam em uma posição ainda mais vulnerável. O grupo de mulheres argumentava convincentemente que a liberdade do divórcio para uma mulher sem nenhum meio de apoio só beneficiava os homens. O paradoxo era trágico: o aumento da liberdade sexual e social não somente beneficiava os homens como tornava o fardo da mulher mais difícil de suportar. (GOLDMAN, 2014 [1993], p. 132-133).

Alessandra Kollontai, por meio do *Zhenotdel*, era uma das poucas lideranças que argumentava em favor de uma política estatal que possibilitasse o sustento das mulheres e crianças via instituições públicas. Tanto por meio do argumento material – dadas as condições econômicas da imensa maioria dos homens da URSS, ou seja, dos camponeses, era

impossível que eles pudessem pagar uma pensão digna – quanto por meio do argumento teórico – o definhamento da família exigia que o Estado fornecesse os serviços domésticos e o sustento financeiro das mulheres, além da condição humilhante de ser sustentada por meio de uma pensão não ser desejável do ponto de vista da sociedade socialista –, ela defendia a criação de um fundo especial, a ser mantido por impostos específicos, para possibilitar esses serviços. Não obstante, as cifras financeiras necessárias para garantir alimentação, saúde, educação, cultura e demais recursos de primeira necessidade para a sobrevivência digna das famílias eram consideradas completamente fora de questão para o momento econômico do país, sendo a proposta de Kollontai considerada inviável, além de um possível aumento da carga tributária ser muito impopular perante o campesinato (GOLDMAN, 2014 [1993]). Cabe salientar que Kollontai (1977, 2011 [1921]) era destacadamente uma das principais líderes do partido, e suas contribuições se davam no campo teórico e político, não limitando-se às pautas feministas. Sua visão sobre o “amor livre” e sua descrição do “amor camarada” eram consideravelmente progressistas para a época e muito relevantes para o debate em relação às mulheres e o socialismo. Pelo próprio contexto da União Soviética na época, essa posição, considerada “libertina” e “uma afronta à moral” pelas camadas camponesas, não chegou a ser debatida nos círculos políticos relacionados à elaboração da legislação aqui abordados, embora as chamadas relações livres fossem declaradamente um horizonte a ser alcançado com o desenvolvimento do processo socialista.

Como era de se esperar, o número de casamentos e de divórcios aumentou, e já em 1927 foi necessária a criação de uma lei prevendo multa e prisão para qualquer homem que casasse com única finalidade de relacionar-se sexualmente com a parceira e divorciar-se logo após<sup>13</sup>. O número de solicitações de pensão também aumentou e 90% dos homens (para dados de 1927) se recusava inicialmente a realizar o pagamento, sendo necessário um processo jurídico que o obrigasse (GOLDMAN, 2014 [1993]). Muitos fugiam de cidade ou trocavam de emprego e, em 1928, tornou-se obrigatório para qualquer indivíduo que pagasse pensão informar seu novo endereço em caso de mudança de residência e/ou de emprego para um oficial de justiça.

---

<sup>13</sup>A necessidade de criação dessa lei, embora seja evidente sua dificuldade de aplicação – é virtualmente impossível comprovar juridicamente que um homem apenas casou-se para fins sexuais e logo depois pediu o divórcio pois já havia alcançado seu objetivo – ilustra um pouco do quadro da época. Os procedimentos de casamento e divórcio eram tão simples, principalmente após o reconhecimento legal do casamento de fato, e os valores relacionados a gênero e sexualidade tão conservadores – e o acesso a métodos anticoncepcionais tão arcaico – que, para ter relações sexuais com uma mulher virgem, era mais fácil casar com ela e logo após divorciar-se do que convencê-la a ter relações sexuais antes do matrimônio.

A partir de 1927, a política econômica também começou a sofrer grandes transformações, em decorrência do já citado contexto de estabilização orçamentária e razoável estabilização monetária interpretado como resultado na NEP na metade da década de 20. Em harmonia com a tendência de centralização do partido, a NEP foi paulatinamente sendo revertida<sup>14</sup>. Segundo Nove (1975), foram três os motivos principais que levaram a essa mudança:

- a) a centralização desejada necessitava, evidentemente, da concentração de recursos nas mãos do Estado, e a existência dos empresários da NEP diminuía a possibilidade de arrecadação;
- b) a inflação, aliada ao poder de barganha dos empresários da NEP para elevação dos preços dos produtos industrializados, levava a necessidade de cortes de preço por parte do Estado, que era incompatível com os ideais da NEP;
- c) a compra estatal de grãos estabelecia preços bastante mais baixos que os oferecidos pelos empresários, levando à venda desses itens de primeira necessidade para a parcela privada do mercado ou a substituição da produção de grãos pela produção de produtos com maior valor agregado, como leite, ovos e carne (em 1928, a produção de grãos de fato caiu, mesmo com um contexto climático favorável e um crescimento constante na produção industrial nacional, simultaneamente a um enorme aumento dessas outras *commodities* agrícolas com maior preço de venda).

No mesmo ano, iniciou-se uma grande ofensiva visando reduzir a participação do setor privado na economia (Gráfico 2) e, em última instância, extinguir as indústrias privadas. Foi formulado um novo plano econômico, prevendo metas para os próximos cinco anos. Segundo Nove (1975 [1969]), os objetivos propostos foram bastante superestimados, sendo impossível o real cumprimento de todos os níveis de produção projetados pelo partido. Mesmo assim, o Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) acelerou consideravelmente a produção da indústria pesada do país, tanto em relação ao volume de capital investido quanto em volume de produção atingida.

---

<sup>14</sup>Nove (1975 [1969]) argumenta que, oficialmente, Stálin nunca decretou o fim da NEP, inclusive discursando que suas políticas ainda estavam sendo levadas adiante em 1931. Entretanto, a partir de 1927, se observa uma grande reversão em relação aos seus princípios. Para o autor, trata-se de um fim não anunciado para evitar maiores debates em relação a um novo plano de política econômica nacional, já que diversos líderes importantes do partido (como Bukharim) defendiam a manutenção da NEP por mais tempo.

**Gráfico 2 - Participação (%) do volume de investimento privado no total do volume de investimento da URSS, 1926-1932**

Fonte: elaboração própria com base em Nove (1975 [1969])

O final da década de 20 já mostrava claras mudanças em relação ao seu início. Se o Novo Código representava uma legislação que pouco considerava os anseios da população rural, no plano econômico também houve uma ofensiva para a extinção dos *kulaks*, dando início a um novo plano de reforma agrária que buscou dividir os agricultores, antes majoritariamente assentados em lares e organizados em comunidades, em cooperativas de trabalhadores do campo ou em trabalhadores assalariados, que exerciam seu ofício em terras estatais. A visão estalinista em relação ao campesinato se tornou predominante: o crescimento da nação viria pelo crescimento da indústria pesada, e a população camponesa seria persuadida a adentrar na modernização da economia, pois não haveria diálogo com esse setor, considerado tanto moral quanto economicamente o mais atrasado da economia. As metas do Primeiro Plano Quinquenal incluíam metas de produção de grãos – a produção abaixo da meta seria crime – e o estoque de grãos se tornou sujeito a confisco sem pagamento por parte do Estado (NOVE, 1975 [1969]).

Seguindo os mesmos princípios de centralização, as mulheres do *Zhenotdel* foram cada vez mais pressionadas pelo partido a formular táticas de ataque mais ofensivas, principalmente em relação às mulheres muçulmanas. Com a identificação da libertação feminina como arma potente para o enfraquecimento da religião, a estratégia de inserção do *Zhenotdel* nas comunidades da Ásia Central – que antes se baseava na construção de plantas

produtivas com mão de obra exclusiva feminina, além de dormitórios e centros educacionais também exclusivos para mulheres – começou a ser questionada internamente, e mesmo os avanços bastante incisivos desses grupos em 1927 (que geraram diversos conflitos violentos entre homens e mulheres da região) não foram suficientes para diminuir as críticas (MASSEL, 1974). Após vários ataques em congressos e reuniões do partido, o *Zhenotdel* foi finalmente dissolvido, em 1930.

Com o enorme crescimento da indústria (tanto em capital invertido quanto em produção realizada), a partir de 1931 houve um grande crescimento do número de mulheres empregadas no setor em relação ao número total de funcionários – relação que decrescera desde 1923 até 1930 –, inclusive na indústria pesada. Também houve grande crescimento no número de vagas em creches e jardins de infância durante todo o período do Plano Quinquenal, facilitando às mulheres a execução do trabalho remunerado fora do lar (GOLDMAN, 2014 [1993]). Contudo, de 1928 à 1932 houve uma desvalorização dos salários reais na magnitude de 49%. Segundo Goldman (2014 [1993], p.167):

O ingresso das mulheres na força de trabalho pode ter tido menos a ver com novas oportunidades do que com a necessidade desesperadora de contrabalançar a queda da renda da família. Planejadores podem ter mobilizado conscientemente uma queda nos salários reais para mobilizar reservas de trabalho feminino na família urbana. Embora mais trabalho de pesquisa deva ser realizado sobre a relação entre os salários e o recrutamento do trabalho feminino, uma questão é clara: a política salarial não encorajou o “definhamento” da família, mas, ao contrário, contou com a unidade familiar como um meio efetivo de exploração do trabalho. Em um período abertamente definido pela intensificação da acumulação dentro de cada indústria e cada fábrica, a família foi a instituição que permitiu ao Estado realizar a mais-valia de dois trabalhadores pelo preço de um.

A unidade familiar, portanto, tornou-se novamente e assumidamente a unidade básica da sociedade. Com os baixíssimos salários e o Novo Código ainda em vigor, a questão das crianças de rua continuava a ser um problema crescente, e sua reintrodução em lares domésticos foi a alternativa buscada pelo Estado. Em uma tentativa de solução via decreto, em 1933 ordenou-se a varredura total das crianças sem teto – foi determinada a proibição da vadiagem e mesmo da prestação de serviços (como engraxates) e apresentações artísticas em troca de moedas –, que foram realocadas para as terras do Estado, fábricas ou famílias camponesas cooperadas. Com a fuga das crianças desses espaços, em 1935 passou-se a julgar pessoas maiores de 12 anos como adultos em tribunal, principalmente devido aos crimes de furto e vandalismo cometidos por menores de idade, e passou a ser permitido por parte dos lares públicos de crianças a negação de novos internos, mesmo que sua capacidade não

estivesse lotada (pois, assim, haveria mais incentivo para que as crianças retornassem a lares familiares). No mesmo ano, tornou-se crime passível de prisão o não pagamento de pensão alimentícia<sup>15</sup>. Uma nova tríade entre Estado socialista, direito e família estava estabelecida a partir da década de 30, e paulatinamente a repressão passou a ser vista como uma medida cada vez mais efetiva para lidar com alguns problemas da nação (GOLDMAN, 2014 [1993]).

Essa nova visão exigia, portanto, uma nova lei da família. Como sustentar o “definimento” da família e o fortalecimento das relações livres em uma sociedade cujo núcleo familiar precisa, crescentemente, se tornar a base econômica? Após a execução, desaparecimento e internação em clínicas psiquiátricas de diversos juristas (incluindo Pachukanis) e membros do partido que participaram da construção do Código da Família de 1918 e do Novo Código de 1926, foi formulada uma nova legislação, em 1936.

### 3.3 A NOVA LEI DA FAMÍLIA DE 1936 E O ÉDITO SOBRE A FAMÍLIA DE 1944

Como era de se esperar, a nova legislação sobre a família, que entrou em vigor em 1936, trazia um claro fortalecimento da família monogâmica burguesa. Simultaneamente, portanto, atendia a diversas reivindicações feitas pelos grupos dos interesses das mulheres nos debates do Novo Código, que viam no fortalecimento da família a saída para o necessário acesso à renda de seus maridos e ex-maridos: maiores entraves para obtenção do divórcio, aumento do período de licença maternidade, aumento do tempo de prisão para casos de não pagamento de pensão, além da expansão do número de creches e maternidades públicas e do estabelecimento de prêmios e auxílios financeiros governamentais para mulheres com muitas crianças – as mães com seis crianças ou mais teriam auxílio do governo, e aquelas que atingissem a marca de dez ou mais filhos ou filhas ganhariam, inclusive, uma medalha fornecida pelo Estado. Também foram instituídas penalidades para supervisores estatais que se recusassem a contratar gestantes ou diminuíssem o seu pagamento durante a gravidez.

No contexto de crescente queda na taxa de natalidade, típica de todos os países com grande produção industrial – notadamente Inglaterra e Estados Unidos – nas décadas de 20 e

---

<sup>15</sup>Embora a demanda por maiores penalidades a homens que não pagassem a pensão alimentícia estivesse presente nos grupos femininos desde os debates do Novo Código, a argumentação jurídica relacionada a essa alteração do código penal estava relacionada à proteção da família como instituição social, e não à sobrevivência digna das mulheres (GOLDMAN, 2014 [1993]). Nesse sentido, embora a identificação da necessidade de pagamento de pensão em um sistema econômico no qual a discriminação por gênero impera seja uma vitória feminina, o estabelecimento dessa nova lei sem a identificação dessa condição de desigualdade social como prejudicial e o estabelecimento de outras medidas que a combatam, pode não ser considerada uma medida progressista no que tange aos direitos das mulheres.

30, além do alto índice de mortalidade infantil, a Nova Lei de 1936 buscava mecanismos para alcançar o crescimento populacional almejado por Stálin, para formar um grande exército de braços trabalhadores para a nação. A expectativa de uma queda ainda maior na taxa de natalidade nos próximos anos, dados os movimentos de urbanização e proletarização das mulheres, levou o Partido a revogar a liberação do aborto em 1936. Embora os hospitais relatassem alguns efeitos perversos de abortos realizados múltiplas vezes, muito devido ao procedimento de dilatação e raspagem sem direito a anestesia adotado pelo país – extremamente doloroso e passível de sequelas –, o que talvez pudesse justificar um controle mais rígido, o fato era que mulheres faziam crescentes filas de espera nos hospitais para exercer seu direito de interrupção da gravidez.

O argumento bolchevique de outrora, contrário à prática do aborto mas assumindo a ineficácia da sua proibição, fora substituído pela bastante controversa afirmação de que, dado que o aborto só era necessário devido à ausência de condições materiais adequadas para que as mulheres criassem muitas crianças, agora a economia soviética já permitia que todas as mulheres exercessem livremente seu direito de ser mãe – o que contradiz o já citado quadro de grande depreciação dos salários reais e abandono infantil. Nesse sentido, a questão colocada por Goldman (2014 [1993], p. 153) é bastante pertinente: “Se o nível de vida era tão alto que as mulheres já não necessitavam recorrer ao aborto, por que se incomodar em proibi-lo?”.

Em geral, a recepção das mulheres camponesas à Nova Lei foi positiva, exceto a disposição que proibia o aborto. Já as mulheres urbanas, solteiras e principalmente as companheiras do partido, perseguidas a partir do fechamento do *Zhenotdel*, enxergavam um enorme retrocesso na condição das mulheres com a legislação (GOLDMAN, 2014 [1993]). Se, na discussão do Novo Código de 1926, ficou evidente a dificuldade de seguir o princípio de definhamento da família proposto pelos marxistas pioneiros (dado o contexto material da União Soviética), que culminou na decisão de avançar a legislação rumo à união livre e, em diversos aspectos, prejudicar a condição concreta das mulheres (como o efeito de permitir um maior intervalo de tempo entre o divórcio e o início do pagamento da pensão, por exemplo), na Nova Lei – sobre a qual não houve discussão ampla – o princípio foi exatamente o oposto: o fortalecimento do casamento, que permitiu uma maior segurança para a maior parcela das mulheres, não tinha como horizonte desejado a diminuição da importância da família monogâmica como célula básica da sociedade.

Essa nova visão, iniciada nos anos 30 e chamada por diversas pesquisadoras de

“contrarrevolução feminista”, foi se intensificando no decorrer dos anos por meio de diversas leis e novas regulamentações que abrangiam não só a questão da estrutura familiar, mas também o fortalecimento de valores morais relacionados à repressão do erotismo e da sexualidade (SHREEVES, 1992). O Édito sobre a Família de 1944 revogava o reconhecimento legal do casamento de fato e reintroduzia o conceito de filhos ilegítimos por meio da proibição do julgamento de paternidade – medidas que, em vez de reconhecer o maior número possível de famílias (o que seria mais eficiente do ponto de vista da família como base social com funções de centro de formação de crianças e estabilidade dos adultos) resgatava o valor moral atribuído às famílias no período pré-revolucionário.

Se, por um lado, é evidente o retrocesso das liberdades femininas no período stalinista, com uma clara reversão em relação ao horizonte de definhamento da família projetado no período leninista, também é bastante clara a maior possibilidade de proletarização em massa da mão de obra feminina a partir da década de 30, mesmo que com salários reais bastante baixos – de fato, durante toda a década de 20, a porcentagem de mulheres trabalhando na indústria foi sendo reduzida, com aumento de sua participação no setor de serviços (Tabela 1), que apresentava enorme diminuição no número de postos de trabalho oferecidos no período da NEP. Contudo, nos princípios teóricos dos marxistas pioneiros, a libertação da mulher viria de forma simultânea à sua proletarização em massa e ao definhamento da família como célula básica da sociedade. A evidência empírica, portanto, se mostra contrária ao pressuposto teórico.

A medida que a “contrarrevolução feminista” foi se mostrando cada vez mais concreta, foram surgindo diversos debates a respeito dos princípios teóricos aplicados na União Soviética e às questões debatidas pelos primeiros marxistas. Qual seria, afinal, a relação entre proletarização feminina, definhamento da família e avanço do socialismo? Além dos diversos debates em relação à possibilidade de o projeto soviético não se encaminhar, de fato, para o socialismo, e sim para um possível capitalismo de Estado<sup>16</sup>, houve diversas outras controvérsias em relação ao caráter marxista das ideias bolcheviques<sup>17</sup>. Entretanto, na possibilidade de a URSS não constituir um projeto socialista, e mesmo se seus líderes houvessem implementado uma versão pouco apropriada dos princípios marxistas na política do país, isso significaria que, dentro do modo de produção capitalista (seja nessa hipotética forma de capitalismo de Estado) a redução da opressão das mulheres não é possível? Ou é

<sup>16</sup>O debate em relação ao caráter socialista ou capitalista de Estado da União Soviética é bastante amplo. São algumas referências Bukharin (2001 [1929]), Mandel (2004 [1980]) e Howard e King (2001).

<sup>17</sup>Chattopadhyay (2005) e Clarke (1998) trazem esse debate de forma bastante didática.

possível se formulada de outra maneira?

Todas essas questões – e diversas outras – começaram a surgir nos escritos acadêmicos das teóricas marxistas que se dedicaram a pensar a questão da mulher a partir da segunda metade do século XX. A experiência soviética passou a ser vista como uma espécie de laboratório de aplicação de alguns dos princípios dos marxistas pioneiros por diversas correntes teóricas, ou justamente o contrário: como uma péssima apropriação de princípios teóricos mal interpretados por parte dos bolcheviques (WEINBAUM, 1984). De qualquer forma, todas as principais obras marxistas que se dedicaram a pensar a posição das mulheres até pelo menos o final dos anos 70 debruçaram-se, pelo menos em parte, nesse caso de socialismo real, sendo sua compreensão um marco essencial para o entendimento do debate teórico desenvolvido posteriormente, conforme veremos no Capítulo 4 a seguir (HARTMANN, 1984 [1979]).

#### 4 DE VOLTA À TEORIA: O FEMINISMO MARXISTA CONTEMPORÂNEO

O Capítulo 3 discute as principais questões relacionadas à família e às mulheres na Rússia Soviética, desde a Revolução até 1944. No capítulo 2, as Seções 2.2 e 2.3 discutem duas das principais vertentes teóricas marxistas que se debruçaram sobre esse caso histórico específico e o contexto dos países de capitalismo avançado na década de 70 para formular críticas às ideias dos marxistas pioneiros, apresentadas na Seção 2.1. Este capítulo, então, propõe a retomada do debate realizado sobre as diferentes vertentes de pensamento apresentadas no Capítulo 2, detalhando o contexto histórico no qual estavam inseridas, e apresenta os desdobramentos relacionados a essas novas ideias até os dias de hoje.

A queda da União Soviética significou um marco histórico com inúmeras consequências nos mais diversos campos de estudo. Ainda durante o período estalinista, a URSS passou a ser alvo de diversas críticas por parte de estudiosas e estudiosos marxistas, e o fim do período socialista nos países do leste europeu trouxe à tona um debate ainda mais intenso em relação à dimensão prática de alcance do socialismo a partir das fracassadas experiências de socialismo real, que chegaram ao fim em 1992<sup>1</sup>, a exceção da China e de Cuba<sup>2</sup>. É notório o caso da queda da União Soviética como um ponto importante para o desencadeamento de diversos debates internos na teoria marxista, principalmente devido ao seu papel de grande país socialista no contexto da Guerra Fria.

A teoria marxista proporcionou diversas interpretações para a falência da experiência soviética. Algumas correntes analisaram o caso como uma experiência capitalista por definição, inaugurando o chamado capitalismo de Estado – conceito debatido por Bukharin (2001 [1929]), Mandel (2004 [1980]) e Howard e King (2001), por exemplo. Outras, identificaram que as fases pelas quais o socialismo proposto por Marx deveria passar para

---

<sup>1</sup> Embora mais países ainda se intitulem socialistas, a maioria deles se identifica com conceitos de socialismo pouco fundamentados na teoria marxista, como o socialismo árabe do Egito, Argélia, Síria, Líbia e outros países, e o socialismo africano de países como Tanzânia, Senegal e Gana. Sobre o socialismo árabe, ver Hanna e Gardner (1969) e, sobre o socialismo africano, Klinghoffer (1969).

<sup>2</sup> É bastante complexo analisar os casos de Cuba e China em relação à sua definição como socialistas. Dentre os países reconhecidos pela ONU atualmente, Cuba possui o único partido que governa, segundo sua Constituição, guiado “pelas ideias político-sociais de Marx, Engels e Lênin” (CUBA, 1976, tradução livre). A China, por sua vez, embora tenha explicitamente descrito na Constituição do Partido Comunista Chinês que também segue princípios marxistas-leninistas (em especial o centralismo democrático), os coloca em pé de igualdade com diversas outras referências, por vezes diametralmente opostas aos princípios de Marx, como as ideias maoistas, a teoria de Deng Xiaoping, a teoria dos três representantes de Jiang Zemin e o conceito de desenvolvimento científico de Hu Jintao (SHAMBAUGH, 2008). Ainda, existe a bastante polêmica situação da Coreia do Norte, que segue a ideologia Juche – segundo Kim Il-sung, seu criador, fundamentada no marxismo-leninismo, mas interpretada por diversas correntes marxistas como uma completa inversão dos princípios teóricos, metodológicos e sociais de Marx (ARMSTRONG, 2005).

chegar a sua última etapa, na qual o comunismo estaria instaurado e o Estado extinto, foram mal planejadas, interrompidas ou atropeladas de algumas forma, não permitindo o avançar do processo revolucionário. Dentro do próprio partido bolchevique, o conceito de “acumulação primitiva socialista”, introduzido por Eugênio Preobrazhensky (1979 [1926]), e o debate envolvendo as etapas necessárias para possibilitar o comunismo, mostrava divergências desde o início, tendo como pano de fundo a grande discussão entre a possibilidade ou não de existência do socialismo em apenas uma base nacional, com Bukharin e Stálin considerando essa possibilidade em um processo longo e demorado, enquanto Trotsky e Lênin viam como impossível e não-ortodoxo a construção de um socialismo não pautado pelo internacionalismo (NOVE, 1975 [1969]). Ainda, outras correntes compreenderam que a Rússia pré-soviética estava organizada sob uma estrutura feudal ou semifeudal, não possuindo, portanto, as bases históricas materialmente necessárias para que o conflito entre burguesia e proletariado se tornasse insuperável e permitisse o socialismo, pois apenas em um estágio superior do desenvolvimento capitalista tais contradições concretas coincidiriam com a consciência de classe do proletariado para que esse se tornasse sujeito de sua própria revolução (CHATTOPADHYAY, 2003).

Para além das divergências internas e debates relacionados aos caminhos e etapas do socialismo dentro da URSS, a partir do final da década de 20, o marxismo vinha traçando novos caminhos que se afastavam do chamado marxismo ortodoxo a nível internacional. No contexto de acensão do estalinismo na URSS, enorme crescimento do social fascismo (com a chegada de Mussolini ao poder em 1924, na Itália, e de Hitler em 1933, na Alemanha), bem como com a publicação de outras obras de Marx e Engels ainda inéditas na década de 30 (A Ideologia Alemã e os Manuscritos Econômico-Filosóficos), surge a Escola de Frankfurt. Buscando “atualizar” as ideias de Marx e inserir alguns conceitos da psicanálise, autores como Horkheimer (2002 [1947]) e Marcuse (1975 [1955]) criaram a chamada Teoria Crítica, que originou diversos desdobramentos neomarxistas, muitas vezes retomando ideias e metodologias hegelianas e buscando alguns conceitos em autores de diversas áreas do conhecimento como Freud (2013 [1913]), Nietzsche, Schiler, Proust, Kafka e outros.

Observando, por outro lado, a grande crise capitalista de 1929, que deu origem a diversas outras críticas às ideias de Marx e Engels e, simultaneamente, críticas ao capitalismo predominante no período, surgiram as ideias relacionadas ao estado de bem-estar social e à social-democracia. Conforme citado anteriormente, a Teoria Geral de Keynes – que representa uma das mais importantes obras a respeito do papel do Estado na economia dentro dos limites

do modo capitalista de produção – foi lançada em 1936. A possibilidade de alcançar o socialismo sem uma revolução proletária mas, sim, por meio das instituições eleitorais burguesas – que começou a ser teorizada em 1899, por Bernstein (1982 [1899]) e sua teoria gradualista ou evolucionária – encontrou, a partir de 1938, sua forma mais bem-sucedida na Suécia (cuja experiência chegou ao fim também nos primeiros anos da década de 1990, juntamente à derrocada do bloco de países socialistas). Surgiam, assim, diversas novas teorias e evidências empíricas que se opunham ao capitalismo predominante, sem necessariamente estarem baseadas nas ideias de Marx de maneira ortodoxa, em um novo campo progressista que buscava uma “terceira via”.

Nesse contexto, o movimento feminista nos países capitalistas centrais vinha crescendo de maneira bastante acelerada desde o início do século XX, principalmente em torno da pauta do voto feminino. Na Inglaterra, por exemplo, o movimento conhecido como *suffragettes* se radicalizou de tal forma que a feminista Emily Davidson se suicidou jogando-se na frente do cavalo do rei em 1913, transformando seu velório em um grande comício pró-voto feminino. As mulheres passaram a quebrar vidros de vitrines e residências de autoridades, incendiaram casas e cortaram fios de telégrafo. Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o sufrágio universal começou a ser debatido nas cúpulas dos governos, pois a propaganda de guerra exigia que os Aliados estivessem sempre do lado da democracia. Assim, o voto feminino foi permitido a partir de 1918<sup>3</sup> no país, dando ainda mais fôlego pelas lutas a favor do sufrágio universal nos demais países capitalistas do mundo (LLOYD, 1974).

A Primeira Guerra Mundial e as lutas das sufragistas, que impulsionaram uma ampliação em escala internacional de movimentos femininos organizados e radicais, trouxeram grandes debates em relação aos avanços possíveis para as mulheres dentro das sociedades capitalistas. Se a Primeira Guerra Mundial abriu novas oportunidades para as mulheres ao permitir seu ingresso em atividades antes inteiramente executadas por homens e lançar no mercado trabalhadoras que antes se restringiam aos seus lares, o fim do conflito trouxe consigo as grandes propagandas destinadas a construir a imagem dos heróis de guerra, os bravos guerreiros que foram defender sua nação e agora necessitavam retornar a seus lares e postos de trabalho, que deveriam ser desocupados (aqui, observa-se campanha semelhante tanto na URSS, conforme discutido no capítulo anterior, quanto nos países do bloco

---

<sup>3</sup> Embora permitido, a legislação previa o voto masculino universal a partir dos 21 anos e voto feminino universal a partir dos 30 anos. Como as mulheres eram maioria numérica na sociedade, essa restrição etária objetivava que os homens continuassem sendo a maioria eleitoral. Apenas em 1928 as mulheres puderam votar a partir dos 21 anos (LLOYD, 1974).

capitalista). Segundo Lloyd (1974, p. 351): “A guerra não teve efeito decisivo sobre a posição econômica da mulher. Não havia mais mulheres empregadas em 1921, na Grã-Bretanha, do que em 1911, e havia tantas empregadas domésticas depois da guerra como antes.”

De fato, o início da guerra foi marcado por desemprego feminino massivo, pois nos setores nos quais elas atuavam (essencialmente a indústria têxtil e o trabalho doméstico terceirizado), a demanda baixou subitamente. Entretanto, pouco a pouco as mulheres começaram a ocupar os postos masculinos, agora disponíveis, e a ocupar as novas vagas de trabalho na indústria de materiais de guerra, como na produção de uniformes e explosivos (nessa última, as mulheres eram 60% da mão de obra) (BLACK, 1974). A campanha de “redomesticação” das mulheres para dentro de seus lares ou para seus postos de trabalho tradicionais foi acompanhada por uma “sensação de inquietude contagiante”<sup>4</sup> (BLACK, 1974, p. 674) por parte delas, que passaram a buscar mais intensamente suas próprias ideias e teorias para descrever e modificar sua realidade.

A chamada primeira onda feminista<sup>5</sup>, que perdurou até a década de 50, tem como característica principal sua luta por igualdade de gênero perante a lei, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial o movimento intensificou não só a sua militância nas ruas, por meio de passeatas e movimentos públicos, chamando a atenção para as desigualdades explícitas entre homens e mulheres, mas também buscou cada vez mais intensamente uma base teórica forte para sustentar seus argumentos. Se, por um lado, a ciência médica buscava novos discursos e mecanismos na tentativa de legitimar as diferentes atribuições sociais de homens e mulheres<sup>6</sup>, que se manifestavam em diferentes condições legais, por outro, crescia a necessidade feminina de produzir sua própria argumentação para justificar sua conquista de direitos.

É importante salientar que a clássica divisão do feminismo em ondas mostra-se bastante problemática, pois exclui da divisão diversas correntes feministas, inclusive as próprias feministas marxistas – principal corrente teórica analisada neste trabalho. De fato, diversas vertentes de pensamento e militância feministas (anarquistas, marxistas, ecofeministas, entre outras) não são consideradas nessa classificação, que dá mais importância

---

<sup>4</sup> Diversos filmes, livros e documentários que tratam da época relatam diversas alterações no comportamento das mulheres envolvidas com os movimentos feministas, como fumar e beber em público e utilizar palavras agressivas nos seus discursos (AMOTT; MATTHAEI, 1996).

<sup>5</sup> Existem algumas divergências em relação à divisão do movimento feminista em feminismo de primeira, segunda e terceira onda – especialmente em relação a essa última fase. Particularmente sobre o feminismo de terceira onda, Snyder (2008) apresenta uma discussão didática.

<sup>6</sup> Sobre os diferentes discursos médicos em relação aos corpos de homens e mulheres utilizados como argumento para uma diferenciação hierarquicamente natural entre homens e mulheres, ver Laqueur (1990).

para a articulação das mulheres em geral brancas e de classe média que logravam mais visibilidade tanto na mídia quanto na política (MERCK E SANDFORD, 2010). O termo “feminismo de primeira onda” é utilizado apenas para manter o diálogo com diversos trabalhos que utilizam essa classificação, mas frisando a crítica em relação à sua não representatividade da complexidade de movimentos feministas existentes.

As chamadas feministas de primeira onda, portanto, buscavam sua inserção na estrutura estatal burguesa, e não a destruição dessa estrutura, proposta pelas feministas com base marxista até a metade do século XX. Aqui, se observa o quanto as propostas dos marxistas pioneiros se afastavam da discussão da maioria das feministas militantes da época nos países de capitalismo avançado. Sua militância buscava avanços dentro do próprio modo de produção capitalista, como o acesso ao voto e participação ativa na política, bem como o ingresso na universidade, dentre diversos outros direitos proibidos nos países de capitalismo central (e, infelizmente, em países como China, Arábia Saudita, Paquistão e Índia ainda não há legislação que permita pleno acesso à educação e participação política por parte das mulheres até os dias de hoje).

A conquista desses direitos nos países de capitalismo avançado, aliada aos visíveis retrocessos em relação às liberdades femininas que outrora haviam sido conquistadas nos países socialistas – não só na União Soviética, com a contrarrevolução estalinista, mas também em certa medida na China<sup>7</sup> – voltou ainda mais a atenção das mulheres para a possibilidade de aumento de direitos dentro da própria estrutura, para garantir direitos básicos de igualdade que afetassem mais diretamente o seu cotidiano e sua condição de vida (WEINBAUM, 1984). No debate entre qual modo de produção poderia, no futuro, libertar plenamente as mulheres das amarras do patriarcado, a maioria delas estava interessada na sua condição imediata de salários mais baixos ou reclusão ao ambiente doméstico que nos debates em relação à propriedade privada e extração de mais-valia.

Ainda, a maioria dos sindicatos estadunidenses e ingleses que se reivindicava socialista era bastante resistente à inserção de mulheres não só em seu cotidiano de tarefas, mas também em suas bandeiras e pautas principais (o já citado antifeminismo proletário). No pós-segunda guerra, os únicos sindicatos dos Estados Unidos que levantaram a bandeira dos salários igualitários para homens e mulheres o fizeram por analisarem que, dado que os salários femininos eram, via de regra, inferiores aos masculinos, os patrões poderiam ocupar

---

<sup>7</sup> Sobre a questão dos avanços e retrocessos dos direitos das mulheres na China, são referências importantes Kristeva (1977) e Weinbaum (1976).

os postos de trabalho com mão de obra feminina para reduzir os custos da empresa (SUMMERFIELD, 2013).

A partir dos anos 50, então, com diversos direitos básicos conquistados tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, após décadas de luta por parte das feministas, as mulheres começaram a chamar a atenção para as desigualdades implícitas na sociedade<sup>8</sup>. Não bastava que os direitos fossem reconhecidos perante a lei, se a igualdade não era exercida de fato. Nesse período, começaram a despontar estudos relacionados ao cotidiano das mulheres, sua vida particular e seu direito ao livre desenvolvimento da personalidade – retomando os termos colocados na Seção 2.2, generaliza-se o conceito de personalidade e valorização do indivíduo por si só. Surge a chamada segunda onda de feministas, com autoras como Simone de Beauvoir (1970), Betty Friedan (1971), Robin Morgan (1970) e Heleieth Saffioti (2013 [1969]) inaugurando centros de estudos feministas, teorias e espaços dedicados a estudar as mulheres, sua história e suas condições atuais dentro e fora da academia formal.

Nesse contexto, surge o chamado feminismo radical, que coloca a luta entre os sexos masculino e feminino como principal paradigma histórico da sociedade – diferentemente da teoria marxista, cujo paradigma histórico principal é a luta de classes, e do freudiano, que tem na luta edípica (a luta entre gerações) o principal conflito de análise (WEINBAUM, 1984). Aqui, vale resgatar os argumentos de Zaretsky (1986 [1969], p. 91, tradução nossa), explicitados na Seção 2.2:

Movimentos como a educação progressista, psicanálise e liberdade sexual refletiram a ilusão que a vida pessoal poderia ser transformada sem uma transformação no modo de produção. Omitindo qualquer análise de como o capitalismo forma a vida pessoal, tais movimentos foram facilmente captados e integrados no sistema do capitalismo corporativo.

Dessa forma, o feminismo radical, que tem em Sulamith Firestone (1976 [1970]) sua obra inaugural, não é pautado por uma explicação baseada na economia e nas diferentes formas de acumulação de capital, mas inaugura, na classificação de Scott (1990), as feministas teóricas do patriarcado. Seu foco principal está em identificar quando, como e porque as mulheres estão em desvantagens em relação aos homens, e como as características

---

<sup>8</sup> Novamente, essa ideia é característica da divisão do feminismo em ondas. Já havia uma crítica bastante relevante em relação a desigualdades implícitas, sendo a própria Kollontai (1977) uma dessas autoras. Entretanto, aqui está sendo considerado o movimento feminista majoritário dos países de capitalismo avançado que alcançava certa repercussão acadêmica e política.

biológicas e sociológicas interagem para proporcionar as diferentes condições de opressão nas diferentes sociedades (tanto geograficamente quando em distintos momentos históricos).

O feminismo radical surge como um campo teórico bastante envolvido com a militância prática feminista, especialmente com a luta das mulheres lésbicas, possuindo diversas reivindicações e inclusive ocasionando a construção de comunidades exclusivas para mulheres seguidoras dessa vertente de pensamento. Naturalmente, esses movimentos causaram inúmeras divergências internas e muitas ramificações. Além das críticas relacionadas à postura militante, que é considerada excludente das mulheres negras, proletárias e heterossexuais (RUDY, 2001), a crítica teórica geralmente associada a essa vertente salienta sua ausência de preocupação em compreender como a relação de opressão sexual opera no seio das sociedades específicas e qual seria o caminho para sua superação. Firestone (1976 [1970]), por exemplo, coloca a capacidade reprodutiva das mulheres como o motivo biológico originário da opressão da mulher por parte do homem e indica que o único caminho possível para a igualdade plena seria a mecanização total do processo de geração de crianças.

Tanto Firestone (1976 [1970]) quanto Millet (1970) se reivindicam socialistas e pautam a revolução socialista como necessária para o surgimento de uma sociedade mais justa; entretanto, o conflito de sexos é tão importante quanto o conflito de classes na análise histórica contemporânea. Aqui, surge a divisão utilizada por algumas abordagens entre as marxistas feministas e as feministas socialistas, segundo a qual aquelas consideram o conflito de classes como motor da história, e estas seguem a visão de Firestone (1976 [1970]) e Millet (1970) (TONG, 2006). A argumentação das autoras traz reiteradamente a chamada “falha histórica do socialismo” em libertar a mulher, remetendo à história soviética como exemplo maior dessa deficiência teórica do marxismo. Esse é o argumento principal para a construção de uma revolução especificamente feminista, autodeclarada metodologicamente marxista por propôr que o sujeito oprimido – a mulher, aqui considerada como classe (essa discussão é retomada na Seção 4.2) – é o único capaz de alcançar sua libertação, por meio de uma revolução específica que o liberte.

O fato de o socialismo nunca ter chegado ao ponto de realizar esse objetivo declarado não é consequência de pré-condições econômicas não realizadas ou falhas, mas também de que a própria análise marxista foi insuficiente: ela não pesquisou suficientemente a fundo as raízes psicosssexuais das classes. Marx estava ciente de alguma coisa mais profunda do que ele conhecia quando observou que a família continha dentro de si mesma em miniatura todos os antagonismos que mais tarde se desenvolvem em larga escala dentro da sociedade e do estado. Porque, a não ser que

a revolução transtorne a organização social básica e a família biológica – o germe da exploração nunca será aniquilado. Precisamos de uma revolução sexual mais ampla do que a revolução socialista – que a inclua – para verdadeiramente erradicar todos os sistemas de classe (FIRESTONE, 1976 [1970], p. 21-22, tradução nossa).

Embora essas autoras não sejam consideradas marxistas na divisão de Hartmann (1984 [1979]) – justamente porque não julgam a teoria marxista adequada para a compreensão da questão da mulher –, suas premissas partem, em parte, do fracasso das experiências de socialismo real para advogar em favor de uma revolução propriamente feminista. As primeiras feministas radicais, portanto, que se inseriam no grupo das teóricas do patriarcado na divisão de Scott (1990) e no grande grupo das feministas de segunda onda na tradicional divisão temporal feminista, se opunham aos princípios dos marxistas pioneiros. A alternativa por elas proposta foi a defesa – tanto nas esferas teóricas e acadêmicas quanto nas práticas e cotidianas – de um afastamento estratégico da militância socialista tradicional e marxista ortodoxa para a formulação de uma pauta específica feminista, para que as mulheres fossem sujeito de sua própria revolução – porém, consideravam que os indivíduos só estariam verdadeiramente livres sob o modo socialista de produção.

Simultaneamente, ainda na classificação de Scott (1990), surgem as feministas da psicanálise, relacionadas com conflito geracional freudiano na divisão de Weinbaum (1984). Aqui, existe uma divisão principal entre duas vertentes (que, por sua vez, se ramificam em diversas outras): as feministas de tradição anglo-americana e as teóricas seguidoras da escola francesa. As obras de Juliet Mitchell (1971) e Nancy Chodorow (1999 [1978]) são apontadas como principais referências daquela vertente; Luce Irigaray (1985 [1974]) e, posteriormente, Judith Butler (1988 e 2015 [1990]) despontam como referências nesta.

Em relação a Mitchell (1971), sua obra também parte de ideais socialistas marxistas como possíveis valores com capacidade de libertar as mulheres da opressão. Contudo, é adepta dos conceitos de Firestone (1976 [1970]) em relação à capacidade reprodutiva das mulheres como sendo a responsável primária pela sua opressão. Da mesma forma que essas feministas radicais, reconhece explicitamente as falhas históricas do socialismo em tratar da questão da mulher, e vê na complementação das ideias marxistas com ideias freudianas um caminho possível para desenvolver uma teoria capaz de dar conta dos novos desafios lançados após os tropeços dos casos de socialismo real em relação ao famigerado definhamento da família.

Entretanto, diferentemente das feministas radicais, Mitchell (1971) propõe a divisão da família em três atributos – a sexualidade, a reprodução e a socialização de crianças –, cuja

unidade se dá por meio de três frentes – a unidade econômica (reprodução da mão de obra e espaço de consumo), unidade ideológica (conservação dos valores morais da sociedade capitalista, em especial da propriedade privada como valor superior) e unidade biossocial (relação entre a estrutura biológica de homens e mulheres e o seu papel social, transmitindo e naturalizando essa relação para as crianças geradas nessa família). Para a autora, os princípios de Marx são aplicáveis para a análise das unidades econômica e ideológica, sendo a psicanálise a ferramenta ideal para o estudo da unidade biossocial.

O trabalho de Chodorow (1999 [1978]) segue uma linha semelhante, mas inclui a relação entre a autoridade – política, econômica e social – e a figura masculina como uma associação constante no tempo. As chamadas teóricas da psicanálise em geral desenvolveram essa relação entre a figura feminina e a figura masculina dentro do seio familiar e seu diálogo com a posição social de ambos os sexos, cujos comportamentos mantêm padrões de masculinidade e feminilidade estritos. A análise da perpetuação desses padrões, nessa escola de pensamento específica, se dá por meio do estudo da formação da personalidade dos indivíduos, e portanto utiliza a psicanálise como ferramenta teórica, pouco dialogando com o marxismo (inclusive, diversas correntes marxistas consideravam a psicanálise uma invenção tipicamente burguesa para minar o reconhecimento e a aliança de classe) (WEINBAUM, 1984).

Outras críticas destinadas a essa vertente de pensamento feminista estavam relacionadas à origem desses papéis tipicamente femininos e masculinos na sociedade. Se a opressão primária era assumidamente a condição biológica de reprodução, como nas feministas radicais, e o desenvolvimento tecnológico que permitisse a mecanização do processo de geração de crianças não era a saída desejada para o fim da opressão, como então exatamente o processo revolucionário feminista operaria? Com a opção metodológica de explicar alguns atributos da unidade familiar por meio das teorias marxistas e outros por meio das teorias da psicanálise, a posição das mulheres dentro do modo de produção capitalista é explicada por algumas ferramentas específicas que, supostamente, não são capazes de explicar a posição das mulheres dentro do lar, causando uma descontinuidade de difícil articulação tanto teórica quanto na prática da militância.

Em relação à segunda principal vertente de pensamento feminista dentro do campo das feministas da tradição da psicanálise, i.e. as influenciadas pela escola francesa, a medida que foram desenvolvendo suas ideias, inauguraram a chamada teoria *queer*, que se baseia em teorias pós-estruturalistas para estabelecer uma oposição frontal em relação a diversas

reivindicações e pressupostos das feministas radicais. Considerando o corpo, o gênero e a sexualidade dos indivíduos de forma bastante mais abstrata, a observação da diversidade de possibilidades de performance corporal que podemos exercer para que sejamos socialmente reconhecidos como homens, mulheres ou andróginos na assim chamada condição pós-moderna baliza os conceitos que borram as fronteiras entre os sexos e gêneros. Nesse sentido, surge uma possível terceira onda feminista, marcada pela oposição entre as feministas radicais e as teóricas de influência pós-estruturalista, bastante controversa em diversos aspectos (SNYDER, 2008).

No contexto dos anos 70, com os episódios de Stonewall<sup>9</sup> reverberando de forma bastante intensa pelo mundo, o movimento relacionado à comunidade de LGBTs também ganhou espaço no âmbito acadêmico das teorias de gênero e sexualidade. Considerando o frescor das ideias recém inauguradas pelo pós-estruturalismo, algumas vertentes feministas se aproximaram desses princípios e passaram a considerar a divisão sexual – com determinados papéis, formatos e performances de gênero a eles relacionadas – como parte do inconsciente, encontrando-se em constante conflito com o próprio sujeito consciente. Essa percepção permite um sujeito individual mais fluido em relação às suas práticas performáticas e sexuais, possibilitando uma aproximação entre as teorias propriamente voltadas para a compreensão da situação da mulher (enquanto indivíduo) e a situação de pessoas homossexuais, pansexuais, não-binárias ou, enfim, qualquer outra categoria que não se encaixe no padrão sexo-gênero-sexualidade<sup>10</sup>. Aqui, pela primeira vez nas teorias até esse ponto analisadas, surge um rompimento com a influência marxista ou mesmo com a construção de um feminismo anticapitalista. O esforço analítico não está relacionado ao estudo da posição que as mulheres ocupam na produção, distribuição ou circulação do produto gerado por uma sociedade, pouco dialogando com a esfera econômica aqui definida. Embora, evidentemente, a desconstrução do gênero e da sexualidade dos sujeitos permita impactos na posição econômica das mulheres, o foco de debate dessa escola de pensamento está no próprio processo de construção e

---

<sup>9</sup> Os episódios de Stonewall, também chamados de “rebelião de Stonewall”, se referem ao fim do aceite pacífico dos diversos abusos cometidos por parte de policiais de Nova Iorque na boate homônima, cujo público era majoritariamente de LGBTs. Os diversos motins organizados pelos frequentadores da região, que eram frequentemente humilhados – física e verbalmente, além de incessantemente revistados e de forma bastante mais rigorosa que os demais jovens frequentadores de outras casas noturnas não voltadas para esse público específico – marcam o início do movimento do orgulho LGBT, que é comemorado internacionalmente no dia 28 de junho justamente devido ao aniversário da primeira resistência à violência policial no local (CARTER, 2004).

<sup>10</sup> O padrão sexo-gênero-sexualidade se refere ao padrão dado como “natural”, segundo o qual existem dois sexos (homem e mulher), dois gêneros (masculino e feminino) e uma sexualidade (a heterossexual, que resulta da atração entre os homens masculinos e as mulheres femininas).

desconstrução desses indivíduos e grupos de indivíduos, e não nas possíveis causas e consequências econômicas desses processos.

O final da década de 70 e o início da década de 80 foi marcado pelo que ficou conhecido como guerra feminista sobre o sexo (*feminist sex wars*), que reunia de um lado as feministas anti-pornografia, que dialogavam com as ideias do feminismo radical – representadas por Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon<sup>11</sup> – e, do outro, as feministas pró-sexo, bastante próximas à chamada teoria *queer* – Gayle Rubin (1975) e Pat Califa (1988 [1983], 1994) são algumas importantes referências. O debate, desde então, tem sido bastante pautado pelas liberdades individuais em relação às posturas relacionadas a gênero, sexualidade e livre desenvolvimento da personalidade, muito ligados a conceitos pós-estruturalistas e referências pós-modernas (MACKAY, 2015). Nas palavras de Acker (2006, p. 25-26, tradução nossa):

Eventos políticos, como a queda da União Soviética, e mudanças estruturais na economia, como a diminuição dos trabalhos de manufatura, reduziram a importância do feminismo marxista nos anos 80 e 90 em relação à sua relevância nas décadas de 60 e 70. Imagens de classe se tornaram mais diversas e mais difusas. A teoria feminista se voltou cada vez mais para questões de identidade, raça, sexualidade e estudos do corpo. Aquelas que continuam se autoidentificando como feministas socialistas continuam a trabalhar os conceitos de gênero e classe, embora tentativas de produzir teorias abrangentes sobre o capitalismo patriarcal tenham declinado como grandes narrativas por serem vistas como simplificações que frequentemente estão baseadas em conceitos universalizantes e essencialistas. À medida que a multiplicidade e a diversidade são celebradas, os fundamentos do patriarcado como um imperativo universal para mães, para o interesse masculino em dominar o trabalho e reprodução das mulheres, para a estrutura psicossocial da vida familiar e para as necessidades funcionais do capitalismo se tornaram indefensáveis.

O feminismo pós-estruturalista, atualmente, goza de espaço majoritário tanto na produção acadêmica internacional quanto na prática da militância feminista – até pela sua visão teórica, que inclui uma prática performática militante (FINE, 1992; TONG, 2006; BROWN, 2012; MACKAY, 2015). Entretanto, pouco se articula com o debate em relação ao espaço econômico que as mulheres ocupam na sociedade. Embora seus questionamentos em relação à constituição da masculinidade e feminilidade sejam extremamente relevantes e tragam questões profundas e esclarecedoras em relação à realidade atual e a possíveis realidades futuras, a própria ausência de um conceito definido de mulher – e a reivindicação de que esse conceito deve deixar de existir – torna essa vertente de pensamento pouco útil

---

<sup>11</sup> Ambas produziram conjuntamente diversos textos a respeito da questão da pornografia, sendo os principais livros: Dworkin e MacKinnon (1985, 1988) e MacKinnon e Dworkin (1997).

para uma análise propriamente econômica da condição das mulheres, tal qual definida na Introdução deste trabalho.

Dentro da teoria marxista, então, surgem as escolas debatidas nas Seções 2.2 e 2.3. No contexto dos anos 70, a tentativa de resgate e atualização dos princípios dos marxistas pioneiros se deu em duas frentes: via integração da esfera individual como conceito que estabelece uma nova relação entre a esfera pública masculina (produtiva) e a esfera privada feminina (do lar), por parte dos marxistas contemporâneos, ou via elevação da esfera privada feminina (do lar) para o mesmo patamar que a esfera pública masculina (produtiva), por meio da afirmação da atividade do lar como produtiva (no sentido de produtora de mais-valia), por parte das marxistas feministas. Os demais caminhos teóricos desenvolvidos dentro do feminismo foram paulatinamente se afastando do marxismo: a partir da identificação da supremacia masculina como anterior ao capitalismo e persistente no socialismo como premissa básica (ZARETSKY, 1986 [1976]), as feministas radicais partiram explicitamente do fracasso do socialismo real em melhorar a condição das mulheres – vide Millet (1970), Firestone (1976 [1970]) e Mitchell (1971), por exemplo –, para advogar em favor de uma revolução propriamente feminista, separada da socialista. A partir do estabelecimento da luta entre sexos – e não da luta de classes – como a contradição social básica, a teoria avançou em direção ao rompimento com a preocupação anticapitalista, reforçada pelo contexto histórico de generalização dos valores de individualidade narrados acima.

O início desta seção buscou resgatar quais foram as interpretações das correntes feministas da segunda metade do século XX em relação às experiências de socialismo real e os respectivos desdobramentos teóricos a partir daí realizados. Foram apresentadas algumas das questões que paulatinamente levaram o feminismo marxista para uma posição de pouco prestígio, levando Hartmann (1984 [1979]) a considerar a união entre marxismo e feminismo um “casamento infeliz”<sup>12</sup>. Além do crescimento de diversas correntes baseadas em outras vertentes teóricas, o descrédito de alguns princípios feministas baseados nas ideias de Marx e Engels levou ao desenvolvimento das correntes de pensamento apresentadas no Capítulo 2. A seguir, são brevemente expostas as principais controvérsias manifestadas a partir do surgimento dessas novas ideias, a saber: o conceito do trabalho doméstico como modo de produção específico e das mulheres como fatia preferencial do exército industrial de reserva, a defesa das mulheres como classe, e a teoria dualista e o conceito de capitalismo patriarcal.

---

<sup>12</sup>Referência ao título da obra da autora

#### 4.1 O MODO DE PRODUÇÃO DOMÉSTICO E A DONA DE CASA COMO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA PREFERENCIAL

Conforme exposto na Seção 2.3, Dalla Costa e James (2005 [1972]) buscaram qualificar o trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres como produtivo no sentido marxista, criando um debate a respeito das características do trabalho feminino no lar e uma alternativa de militância feminista anticapitalista para além da principal pauta proposta pelos marxistas pioneiros: a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho assalariado. Além das críticas já apresentadas em relação à obra das autoras, surgiram diversos desdobramentos na análise do trabalho doméstico, que começou a ser interpretado não apenas como trabalho análogo à escravidão dada a estrutura do casamento monogâmico burguês, como em Engels (1984 [1884]), mas como um tipo de trabalho bastante específico e intimamente relacionado com a esfera produtiva da sociedade capitalista.

A principal falha teórica na obra das autoras apontada pela maioria das críticas está relacionada à suposta criação de valor por parte do trabalho doméstico. Nenhuma das correntes mais ortodoxas do marxismo avançou no sentido de corroborar com essa afirmação<sup>13</sup>. Algumas autoras marxistas feministas, entretanto, desenvolveram outras linhas argumentativas, manifestando que a criação de valor não é necessária para que o trabalho doméstico seja entendido como parte essencial da criação de valor na esfera produtiva da sociedade capitalista, por meio de mecanismos de transferência.

Para Harrison (1973) e Gardiner (1976), por exemplo, o trabalho doméstico não produz mais-valia no sentido marxista, sendo apenas produtor de valores de uso. Esses valores de uso, quase integralmente produzidos pela mulher, em geral superam a parcela do salário recebido pelo homem que por ela é consumido – para essa suposição, é indiferente se a mulher realiza trabalho remunerado fora do lar ou não (em caso afirmativo, a quantidade em horas de trabalho doméstico por ela desempenhado pode até diminuir, mas parte do consumo do salário do cônjuge também diminuirá). Assim, essas horas de trabalho da mulher são necessárias para a subsistência do homem, mas não são integralmente pagas por ele na forma de repasse da parte correspondente do salário. Em última instância, o capitalista estaria se apropriando de um total de horas substancialmente maior da subsistência do trabalhador (considerando a reprodução da força de trabalho), dado pela soma do tempo de trabalho

---

<sup>13</sup>Nas obras posteriores publicadas no campo que ficou conhecido como “debate do trabalho doméstico”, além das citações a Dalla Costa e James (2005 [1972]), é notável o grande número de citações a diversas obras de Marx e Engels.

socialmente necessário<sup>14</sup> para a realização da função para a qual ele foi contratado mais as horas de trabalho doméstico realizadas pela mulher e não remuneradas. Para essa teoria, portanto, o capitalista se apropria indiretamente das horas de trabalho doméstico na forma de lucro.

Embora apropriado exatamente na mesma forma que o trabalho produtor de mais-valia (na forma lucro), existem algumas características específicas desse trabalho desenvolvido no lar que o diferenciam do trabalho assalariado (GARDINER *et al.*, 1975b; HARRISON, 1973; SECCOMBE, 1974):

- a) o trabalho doméstico é desenvolvido sem supervisão externa e sem uma clara definição entre o quanto do serviço realizado é trabalho e o quanto é lazer, não havendo pressão por parte de uma figura de patrão para que cada tarefa tome menos tempo, ou seja, para que a produtividade aumente;
- b) a fronteira entre consumo e produção, que ocorre em espaços opostos para o trabalhador assalariado, também é borrada, pois o ambiente laboral da dona de casa é exatamente o mesmo ambiente de lazer, de consumo individual e de exercício da sexualidade;
- c) o trabalho desenvolvido é inteiramente privado, e não social, no sentido de que o início e o fim das atividades são desenvolvidos pela mesma pessoa isoladamente, sem qualquer necessidade de socialização dos seus processos;
- d) as funções domésticas são extremamente heterogêneas, havendo possibilidade de terceirização ou utilização de novas tecnologias para algumas atividades (frequentar restaurantes em vez de cozinhar ou adquirir uma máquina de lavar em vez de lavar todas as roupas à mão, por exemplo) e uma enorme dificuldade de redução significativa no tempo dedicado a outras (como amamentação e acompanhamento de crianças na primeira infância).

Essas especificidades, largamente reconhecidas por diversos autores e autoras inseridas no debate em relação à chamada economia política do trabalho doméstico, levaram a duas conclusões opostas. Por um lado, uma corrente as reconhece como fundamentos para identificar um chamado “modo de produção doméstico”, que se articula com o modo de produção capitalista de diversas formas. Por outro, tais fundamentos são interpretados de forma a identificar a produção de valores de uso por parte desse trabalho doméstico,

---

<sup>14</sup>A definição de tempo de trabalho socialmente necessário está apresentada em detalhes no Capítulo I de Marx (1983 [1867]).

diferenciado em tantos aspectos em relação ao trabalho assalariado, como impossível de ser apropriado na forma lucro, constituindo um espaço disponível para a exploração capitalista à medida que a acumulação e as tecnologias adequadas avancem no sentido de tornar tal espaço lucrativo o suficiente.

A primeira vertente, mais identificada com a obra de Dalla Costa e James (2005 [1972]), busca caracterizar o trabalho doméstico como um modo de produção à parte que se relaciona com o capitalismo, contribuindo para sua perpetuação, mas sujeito às suas próprias regras de funcionamento, ainda que incapaz de reproduzir-se por si próprio. O argumento está baseado em trechos de Marx<sup>15</sup> que descrevem a possibilidade de existência de mais de um modo de produção simultaneamente, como na passagem do feudalismo para o capitalismo, cujo intervalo de transição durou um longo período de tempo no qual relações feudais e novas relações capitalistas conviviam em uma mesma sociedade. Da mesma forma, o modo de produção doméstico conviveria com o modo de produção capitalista, mas não como um resquício de um modo de produção anterior (tal qual o feudalismo quando o capitalismo se tornou predominante), tampouco como um novo modo de produção em ascensão (tal qual as experiências de socialismo real), mas sim como uma espécie de modo de produção sustentado pelo capitalismo com uma lógica de funcionamento própria. Harrison (1973, p. 40, tradução nossa) explicita essa visão:

Finalmente, existem modos de produção os quais, mesmo não sendo dominantes, tampouco são relíquias do passado ou visões do futuro. Eles são criados ou cooptados pelo modo dominante para cumprirem certas funções dentro do sistema econômico e social. Para sua sobrevivência, eles dependem da continuidade do modo dominante, pois sua reprodução está vinculada à reprodução desse modo. Dentro do capitalismo, talvez especialmente do capitalismo tardio, o trabalho doméstico e grandes áreas da atividade estatal devem ser vistas dessa maneira. Vamos chamá-los de modos de produção clientes.

A linha de argumentação que coloca o trabalho doméstico como um modo de produção à parte veio corroborar com as ideias sustentadas por Bentson (1969), que inaugurou o debate a respeito da condição das mulheres como camada preferencial do exército industrial de reserva<sup>16</sup>. Embora a autora não tenha debatido profundamente a questão do trabalho

---

<sup>15</sup>Os trechos mais citados por Harrison (1973), Gardiner (1976) e The Women's Work Study Group (1975) são passagens d'O Capital, especialmente o capítulo sobre acumulação primitiva – Capítulo XXIV de Marx (1996 [1885]). Entretanto, é válida a leitura de Marx (2011 [1939]) para uma descrição detalhada das ideias do autor a respeito desse processo de transição e da possibilidade de existência de mais de um modo de produção operando sob uma mesma sociedade ao mesmo tempo.

<sup>16</sup>O conceito de exército industrial de reserva é debatido no Capítulo XXIII de Marx (1996 [1885]).

doméstico como um modo de produção nos termos marxistas<sup>17</sup> (contudo, deixou claro que, em sua visão, o trabalho doméstico apenas produzia valores de uso), seu trabalho trouxe a questão das donas de casa como um grupo (posteriormente compreendido como classe, conforme debatido na próxima seção) que não pertence à esfera da produção de mercadorias, mas dialoga com ela de diferentes formas. Diferentemente de Harrison (1973), que via o trabalho doméstico como um modo de produção cliente que poderia ser substituído por outro no decorrer da história, a autora defendia que o trabalho doméstico era necessário para o capitalismo.

A questão das donas de casa como cada preferencial do exército industrial de reserva era defendida por diversas vertentes marxistas feministas. Sendo a principal função social das mulheres casadas desempenhada dentro do lar (e aqui é indiferente se essa função social constitui um modo de produção à parte ou não), não é necessário que o pagamento recebido por elas no mercado assalariado cubra todas as necessidades de reprodução da sua própria força de trabalho<sup>18</sup> (BEECHEY, 1977). Dessa forma, as mulheres casadas constituiriam a parte prioritária do exército industrial de reserva, pois desempenham serviços que poucas pessoas estão interessadas, a salários que poucas pessoas aceitariam. O já comentado progresso técnico, que chegou ao lar e trouxe inovações tanto no sentido de tornar os serviços domésticos mais rápidos (via criação e evolução de eletrodomésticos), quanto no sentido de terceirizar ou industrializar algumas atividades (como com a generalização de lavanderias ou produção de alimentos pré-cozidos enlatados ou congelados), permitiu uma maior liberação do tempo das donas de casa, possibilitando a sua generalização como exército industrial de reserva (POWEL, 1983).

Diversas críticas foram formuladas em relação a esses argumentos. Uma delas, conhecida em algumas literaturas como hipótese da substituição (FINE, 1992), centra-se na afirmação de que, segundo a vertente que coloca as mulheres casadas como exército industrial de reserva, isso ocorre porque a classe capitalista percebe que pode contratar duas pessoas de

---

<sup>17</sup>Margaret Benston era química de formação, e seu trabalho subsequente tem como foco de debate a participação das mulheres na ciência e tecnologia não só no Canadá – seu país natal –, mas também em diversos países, inclusive o Brasil.

<sup>18</sup>Beechey (1977) também argumenta que o valor da força de trabalho das mulheres pode ser menor devido ao menor treinamento da população feminina. Outras autoras, como Powel (1983), posicionam-se de forma semelhante, por meio da identificação de menores necessidades de alimentação e consumo por parte das mulheres por questões biológicas (de forma que sua subsistência se tornaria mais barata). Entretanto, além de alguns dados que exibem a maior necessidade de consumo por parte de mulheres em postos de trabalho formais (principalmente no que tange à vestimentas e cuidados com a aparência), a generalização do nível de subsistência histórico descrito por Marx (1983 [1867]) é considerada incompatível com essas colocações por boa parte das teóricas da área.

um mesmo lar, extraindo mais mais-valia, mas pagando a mesma subsistência em salários (sendo o da mulher inferior, conforme discussão acima). Assim, faria mais sentido que a classe capitalista fizesse esforços para contratar todas as mulheres casadas disponíveis, tornando-as mão de obra ativa, e não uma reserva de trabalhadoras (ANTHIAS, 1980). De fato, a grande questão das trabalhadoras nos países capitalistas desenvolvidos está relacionada ao crescimento da proporção economicamente ativa de mulheres e às formas particulares de emprego e desemprego a elas associadas, não constituindo uma reserva.

O conceito de exército industrial de reserva não pode ser utilizado para explicar o processo de inclusão e exclusão dentro da força de trabalho ativa – a qual é definida socialmente e não psicologicamente. O exército industrial de reserva só pode se referir a uma determinada força de trabalho ativa que é desempregada e depois transformada em reserva. Assim, o conceito de exército industrial de reserva é inaplicável para as mulheres porque ele não pode se referir a diferentes grupos de sujeitos humanos, como grupos por sexo ou por raça, mas sim a categorias de trabalho que se tornam desempregadas – e essas, sim, podem ser ocupadas prioritariamente por certos sexos ou grupos étnicos [...] (ANTHIAS, 1980, p. 50, tradução nossa)

Dialogando com a questão setorial colocada por Anthias (1980), outras críticas pautando a setorização das mulheres surgem – a chamada hipótese da composição (FINE, 1992) –, mais centradas em evidências empíricas de alguns períodos históricos. Segundo diversos dados dos Estados Unidos e da Europa, as mulheres de fato têm maior flutuação em relação a seus postos de trabalho e menor remuneração média. Entretanto, essa flutuação se dá dentro dos mesmos setores produtivos: a massa de mulheres desempregadas que assume novamente algum posto de trabalho em geral não desempenha uma função anteriormente realizada por um homem, e sim alguma vaga disponível dentro dos setores tradicionalmente femininos, notadamente no setor de serviços (SZYMANSKI, 1976). Nesse sentido, há um debate em relação aos motivos históricos que tornaram menos valorizados os segmentos cujas habilidades necessárias são vistas como essencialmente femininas (cuidado com crianças e idosos, comunicação, limpeza, etc.). Alguns estudos apontam que, quando a mão de obra era constituída majoritariamente por homens, esses setores não proporcionavam salários tão baixos, mas a medida que foram se tornando majoritariamente femininos, o seu rendimento médios foi gradualmente baixando em relação aos demais (MATOS; RIAL, 2012; FOX, 1981). Embora relevante, essa discussão aponta para movimentos históricos específicos, e não para a constituição contemporânea do exército industrial de reserva.

Retomando o debate em relação ao modo de produção doméstico, a própria Jean Gardner, em obra posterior<sup>19</sup> (GARDINER *et al*, 1975b), reinterpreta essa visão com uma base marxista mais ortodoxa. Para as autoras, existem sociedades em processo de transição e sociedades que não se encontram em processo de transição, sendo as primeiras definidas por apresentarem mais de um modo de produção em um mesmo momento histórico e, as segundas, por manifestarem apenas um modo de produção dominante – que é o caso do capitalismo contemporâneo. Dentro de um mesmo modo de produção existem diversas relações de produção, que exprimem suas características em maior ou menos grau (no capitalismo, por exemplo, algumas empresas buscam operar de maneira cooperativa, em oposição à lógica geral da relação entre classe capitalista e classe trabalhadora, mas essa relação de produção específica só se mantém se operar sob a lógica de mercado em relação às demais firmas do ramo). Assim:

Muitas relações de produção diferentes existem sob um modo de produção, e cada uma dessas relações é marcada pelas características desse modo de produção. Estamos, portanto, rejeitando a caracterização do trabalho doméstico como um modo de produção separado. Nós o incluímos dentro do modo de produção capitalista, enquanto reconhecemos que a relação do trabalho doméstico sob o capitalismo é fundamentalmente diferente, em primeiro lugar, da relação do trabalho assalariado capitalista e, em segundo lugar, da relação entre qualquer coisa que poderíamos chamar de trabalho doméstico sob qualquer outro modo de produção. (GARDINER *et. al.*, 1975b, p. 4, tradução nossa).

O trabalho doméstico, portanto, constitui uma relação de trabalho específica, caracterizada pela produção de valores de uso sob relações de produção não assalariadas, dentro do modo de produção capitalista. As suas características peculiares, discutidas no início desta seção, não permitem que as horas de trabalho desenvolvidas no lar sejam repassadas para o capitalista e apropriadas na forma lucro, especialmente devido à questão da fronteira entre lazer e trabalho, borrada no serviço realizado no lar (esse ponto é notadamente relevante no debate em relação ao cuidado de crianças, que é retomado na Seção 4.2). Dessa forma, essa relação de produção tende a ser cada vez mais apropriada pelo sistema capitalista, por meio da crescente exploração visando o lucro desses serviços: criação de lavanderias, restaurantes, empregadas domésticas, diaristas, etc.

---

<sup>19</sup>Gardiner *et al* (1975b), embora publicado em 1975, foi escrito após o artigo posteriormente publicado em Gardner (1976). Em nota de rodapé de Gardner *et al.* (1975b), a autora explica a demora na publicação do texto por ser parte de um livro abrangente sobre o tema – demora suficiente para que sua opinião sobre o assunto sofresse algumas modificações.

Segundo essa vertente, portanto, o trabalho doméstico vai se socializando (ou seja, se afasta do ambiente privado do lar) por meio da inclusão de alguns de seus serviços na esfera do trabalho assalariado. À medida que novos patamares de acumulação vão sendo atingidos e permitem o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais capital-intensivas, a base material da família burguesa (i. e., a necessidade do trabalho doméstico sem remuneração para garantir a reprodução) se corrói, o que explica o crescente número de divórcios e a redução da taxa de natalidade nas sociedades de capitalismo avançado.

As conclusões decorrentes da definição do trabalho doméstico como uma relação de produção que, aos poucos, torna algumas de suas atividades comercializáveis, coincidem com alguns tópicos levantados pelos marxistas pioneiros. Para Fine (1992, p. 16, tradução nossa):

Essa análise essencialmente sugere que o capitalismo se move em direção à libertação da mulher, pelo menos em grande medida, por meio da comercialização da atividade doméstica, transformando donas de casa em assalariadas. Mas esse é precisamente o tipo de previsão que foi feita há mais de cem anos por Marx e Engels, e que não se realizou. O ritmo lento e a extensão da mudança só podem ser conciliados apelando para obstáculos, se não barreiras, no caminho de uma produtividade superior do capitalismo, filtrando sua entrada no lar. E esses obstáculos podem ser relacionados com o *insight* teórico que o trabalho doméstico não produz valor e, portanto, não está suscetível a competição e, por analogia, não está sujeito à falência ou superabundância.

Entretanto, Fine (1992) considera a libertação da mulher apenas como maior possibilidade de não-execução do serviço doméstico (e aqui incidem recortes de classe importantes, abordados nas considerações finais deste trabalho). Interpretando como corretas as colocações referentes à não caracterização do trabalho do lar como um modo de produção e mesmo considerando a base material da família monogâmica burguesa como sendo esse trabalho executado de forma não-assalariada, existe um extenso debate em relação a como o patriarcado, que supostamente perde sua força no objetivo de manter as mulheres no ambiente do lar, se manifesta no mercado de trabalho, tanto por meio da setorização quanto da menor remuneração para mulheres em ofícios semelhantes. Esse debate é abordado na Seção 4.3.

## 4.2 AS MULHERES COMO CLASSE

Dentro do feminismo marxista, o debate em relação a uma revolução propriamente feminista, afastada estrategicamente e momentaneamente da revolução socialista – porém com um compromisso anticapitalista – suscitou o debate de qual seria a posição das mulheres

dentro desse modo de produção. Benston (1969) foi a primeira autora a tratar explicitamente das mulheres como classe, e Dalla Costa e James (2005 [1972]) vieram a corroborar suas posições por meio da teorização do trabalho doméstico. A condição de trabalho dada como universal às mulheres (i.e., seu trabalho doméstico e restrito a esfera do lar, seja ele produtivo ou não) as coloca em uma condição de classe no sentido marxista? É possível argumentar que uma mulher proletária sofre a mesma opressão de classe que uma mulher burguesa?

Resgatando a obra de Engels (1984 [1884]) abordada na Seção 2.1, a mulher proletária estaria menos imersa na estrutura patriarcal, dado que o casamento burguês seria movido pela lógica da propriedade e o casamento da classe trabalhadora movido por sentimentos amorosos. Entretanto, o movimento feminista trazia cada vez mais à tona não só as questões relacionadas aos menores salários e aos piores postos de trabalho encontrados pelas mulheres no mercado laboral, mas também os assédios no ambiente de trabalho, a ocorrência de estupro e o pouco acesso que as mulheres da classe trabalhadora tinham a métodos contraceptivos, gerando um maior número de filhos e filhas e, portanto, uma maior dedicação ao ambiente doméstico. Nesse sentido, as mulheres constituem uma classe em si e para si? E, se não, como classificar essa categoria social que desenvolve coletivamente um mesmo trabalho, com um mesmo fim social, se não sob o substantivo de classe?

De fato, o conceito de classe em Marx e Engels é extremamente controverso, especialmente quando analisado juntamente à questão da consciência de classe, que permite a formação da classe em si e para si (condição necessária para o surgimento da revolução). Na obra de Zaretsky (1986 [1976]), é justamente a generalização dos princípios burgueses (notadamente a individualidade) que barra a formação de uma consciência de classe proletária e justifica a permanência da família monogâmica burguesa, por meio da transformação do ambiente familiar em um “travesseiro confortável” para os anseios do trabalhador. O autor afirma que, para as mulheres, essa generalização se dá de maneira distinta, devido às controvérsias associadas ao seu local de trabalho ser o mesmo local de lazer, conforme exposto na Seção 2.2. A partir desse processo, seria possível a formação de uma consciência de classe diferente e própria das mulheres?

Para Benston (1969), a condição de trabalhadoras domésticas não-remuneradas se trata de uma posição de trabalho específica perante o capital. Todas as mulheres desempenham trabalho doméstico, seja ele realizado em maior ou menor quantidade de horas e aliado ou não ao trabalho remunerado fora do lar. Esse serviço específico não as coloca nem na posição de classe trabalhadora, nem na posição de capitalistas. As coloca, tão somente, na posição de

mulheres, que se tornam uma classe: possuem suas próprias reivindicações e sua própria condição material.

Para que uma classe seja formada no capitalismo, entretanto, é necessário que esse grupo de pessoas se relacione com o modo de produção capitalista e com a propriedade dos meios de produção. Se o trabalho feminino desenvolvido no lar estivesse alheio à esfera da produção, como defendido pelos marxistas pioneiros, o conjunto das mulheres que o realiza não pode constituir uma classe, pois não ocupa uma posição específica na produção social. A obra de Dalla Costa e James (2005 [1972]), ao categorizar o trabalho doméstico como produtivo, vem justamente preencher essa lacuna: coloca o conjunto de mulheres em uma posição clara perante o capital, contribuindo para sua acumulação de maneira específica e diferenciada em relação às classes tradicionais.

Aqui, é importante regatar o contexto histórico narrado brevemente no início deste capítulo. A busca de argumentos que embasassem a necessidade de uma luta feminista, com as mulheres sendo o próprio sujeito revolucionário, se desenvolvia em diversas frentes, cada vez mais afastadas do marxismo ortodoxo. A fundamentação teórica dessa necessidade nos pensamentos de Marx era vista como possível pelas feministas marxistas, mas bastante descreditada mesmo por parte das feministas socialistas, que aceitavam as formulações de Marx e Engels para a questão econômica, mas não para a questão de gênero. Assim, a busca pela definição das mulheres como classe seria uma solução para contrapor os argumentos tanto dessas novas frentes feministas, quanto dos velhos companheiros dos partidos comunistas, que insistiam na luta de classes como a única válida – inclusive gerando a expulsão de grupos de mulheres de alguns PCs, devido à formação de corrente interna (WEIMBAUM, 1976).

Assim, mesmo com a posterior revisão da hipótese da produção de mais-valia por parte do trabalho das donas de casa, a vertente defensora do modo de produção doméstico também utilizava seus argumentos de forma a categorizar as mulheres como classe. Com a apropriação do trabalho feminino na forma lucro por meio da transferência de suas horas de trabalho não remuneradas para o capitalista via trabalho sub-remunerado do homem, definiu-se que as mulheres desempenhavam um trabalho específico apropriado pelos homens proletários na forma de valores de uso e apropriado indiretamente pelos capitalistas na forma lucro, constituindo, portanto, uma classe à parte.

Essa conceituação era importante não só para legitimar a luta feminista marxista, mas também para promover uma base teórica para a principal pauta política dessa vertente no

período: a demanda de salários para donas de casa, pagos por parte do Estado – pauta proposta desde Dalla Costa e James (2005 [1972]) como possível aglutinadora das mulheres. Essa bandeira, além de gerar várias controvérsias práticas dentro do movimento feminista – por exemplo por parte de Simone de Beauvoir (1970), que considerava essa luta um respaldo à ideia de que o lugar da mulher é trabalhando dentro de casa –, também esbarrava na divisão entre lazer e trabalho dentro da teoria marxista.

Retomando os debates a respeito das características peculiares do trabalho doméstico, como traçar uma divisão entre qual parte dele é trabalho e qual parte é lazer? Principalmente em relação aos cuidados com as crianças, a preparação do futuro da classe trabalhadora dentro de certos padrões de sociabilidade é fundamental para o desenvolvimento capitalista, constituindo um trabalho socialmente necessário para permitir a futura acumulação de capital (BARRETT, 1980). Ferguson (1989, 1996), por outro lado, argumenta que brincar (mesmo que com objetivos educacionais) com os filhos e filhas tem valor por si só, e não há nenhuma exploração envolvida nesse tipo de atividade. Como exigir que o Estado pague por isso? Simultaneamente, a mesma autora afirma que tais serviços de cuidado constituem um bem público, no sentido de proporcionarem um convívio social mais harmonioso entre os indivíduos, sendo justa a sua compensação financeira por parte do coletivo. Mas como estabelecer um valor monetário para essas atividades?

Nancy Folbre (1982, 1983), que tinha uma posição bastante ativa em defesa do pagamento de salários para o serviço doméstico, propôs que o valor recebido fosse estabelecido por meio da comparação entre uma atividade semelhante que já estivesse sendo comercializada. Se uma mulher realiza os serviços de cozinhar, lavar a roupa e limpar a casa, por exemplo, deve receber um pagamento proporcional ao somatório dos salários médios de chef de cozinha, profissional de lavanderia e diarista. Em relação a essa argumentação, as críticas vão no mesmo sentido das desenvolvidas por Gardiner *et. al.* (1975b): é metodologicamente equivocado comparar o trabalho concreto, produtor de valores de uso, com o trabalho abstrato, produtor de valores de troca.

Esse complexo debate se aprofundava cada vez mais em questões filosóficas e de psicanálise: até que ponto o trabalho doméstico e o cuidado de familiares é prazeroso em sua própria essência e até que ponto esse prazer está atrelado à sensação de cumprimento de dever social estabelecido pelo patriarcado em uma mulher? A teoria feminista marxista, por outro lado, foi se desenvolvendo em relação à crítica da própria conceituação das mulheres como

classe perante o modo de produção capitalista, minando os fundamentos teóricos que embasavam a bandeira do salário feminino.

A partir das críticas em relação à definição do trabalho doméstico feminino como modo de produção, apresentadas na Seção 4.1, tornou-se mais difícil a defesa das mulheres como classe no sentido marxista. Ademais, as vertentes feministas mais próximas às ideias trotskistas e morenistas<sup>20</sup> passaram a identificar a união das mulheres como uma pauta tipicamente pequeno-burguesa, que visava borrar as fronteiras de classe existentes entre elas, sendo necessário o reconhecimento das opressões que ocorriam por parte das mulheres burguesas em relação às mulheres proletárias para que de fato pudesse ser possível uma oposição feminista anticapitalista – afinal, qual seria o interesse das mulheres capitalistas em enfrentar sua própria classe? (CARRASCO; PETIT, 2012).

Para Gardiner *et. al.* (1975b), os argumentos que não possibilitam a definição do trabalho doméstico como modo de produção e não permitem a sua apropriação na forma lucro são suficientes para mostrar que não é possível considerar o conjunto de mulheres como uma classe no sentido marxista. Ademais, generalizar todas as mulheres de uma sociedade como trabalhadoras domésticas para tomá-las conjuntamente como classe é problemático, pois convivem mulheres de diferentes idades e diferentes posições em relação à possibilidade de terceirização de parte do serviço do lar (sendo essa possibilidade cada vez maior com o desenvolvimento do capitalismo). Entretanto, isso não quer dizer que elas não podem manifestar ocasionalmente interesses específicos de classe, em dados locais e momentos históricos. A argumentação das autoras está bastante centrada em Marx ([2004] [1852]), cuja narração atenta para as possibilidades de formações que não constituem classes em si, no sentido de não apresentarem uma posição específica em relação ao modo de produção, mas sim classes para si, com oposição específica de suas pautas em relação aos interesses de outros grupos, transformando-se em comunidades com reivindicações e sentimentos de ligação que permitem uma organização política.

Da mesma forma que o debate em relação ao modo de produção doméstico se desenvolveu até retornar à defesa do definhamento da base material da família burguesa no modo de produção capitalista, em conclusão semelhante à dos marxistas pioneiros, também o conceito de mulheres como classe foi esgotado na literatura por meio dos mesmos argumentos (FINE, 1992). Contudo, a evidente persistência da opressão, seja na divisão ainda desigual do

---

<sup>20</sup>Morenismo é a corrente de seguidoras e seguidores do trotskista argentino Nahuel Moreno (2003 [1984]), particularmente popular na Argentina e no Brasil. Moreno foi um dos líderes da Quarta Internacional e fundador da sua Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI).

trabalho doméstico, que sobrecarrega as mulheres, seja na setorização e baixa remuneração da crescente parcela feminina que se lança ao mercado de trabalho, continua sendo um ponto importante no debate teórico marxista feminista. Se a base material da existência da família monogâmica burguesa, em tese, tende a ser corroída, e essa seria a explicação para a posição inferior das mulheres dentro da sociedade, qual é o mecanismo que leva a opressão para dentro do mercado de trabalho? Essa questão é investigada dentro das teorias que buscam esclarecer a relação entre capitalismo e patriarcado (ou a existência do chamado capitalismo patriarcal), discutidas a seguir.

#### 4.3 A ANÁLISE DUALISTA E O CONCEITO DE CAPITALISMO PATRIARCAL

Nas Sessões 4.1 e 4.2, foram discutidas algumas tentativas de classificar a realidade das mulheres (notadamente seu trabalho doméstico, identificado como característica comum a todas) dentro de categorias tradicionais marxistas. Assim, surgiram os conceitos de modo de produção doméstico, classe feminina e donas de casa como camada preferencial do exército industrial de reserva. Conforme discutido, tais questões trouxeram algumas controvérsias metodológicas em relação à obra original de Marx e Engels; entretanto, também serviram para trazer novos questionamentos, desafiando a teoria marxista a proporcionar uma leitura capaz de interpretar a posição econômica das mulheres no mundo após o fracasso das experiências de socialismo real.

Algumas autoras feministas, como Weinbaum (1984), buscaram um novo caminho: em vez de procurar entender como as mulheres poderiam ser compreendidas dentro das categorias marxistas, buscou subdividir algumas categorias tradicionais de Marx para que elas pudessem captar a diferença entre homens e mulheres relativamente ao modo de produção. Segundo ela, a categoria de “trabalhador individual” deveria ser substituída por quatro categorias distintas: trabalhador homem solteiro; trabalhador homem casado; trabalhadora mulher solteira; trabalhadora mulher casada. A categoria classe trabalhadora aglutinaria grupos sociais que não poderia ser aglutinados, e a categoria classe feminina, além de sofrer do mesmo problema, seria metodologicamente incorreta.

Por outro lado, Fine (1992) argumenta que é por meio dessas categorias com alto nível de abstração que podemos identificar as características próprias das mudanças no modo de produção historicamente, sendo essas ferramentas essenciais para que se identifiquem as diferentes formas e determinantes da opressão da mulher nos mais diversos ambientes. A

própria obra de Marx e Engels utiliza categorias ahistóricas (ou trans-históricas) para compreendê-las abstratamente e, posteriormente, encaixá-las em um momento histórico específico para chegar ao concreto depurado. Modo de produção e trabalho, por exemplo, são categorias analíticas que possuem essa característica.

Da mesma forma, diversas feministas utilizam o conceito de patriarcado para compreender estruturalmente como a opressão se dá dentro do modo de produção capitalista – interpretando de diferentes maneiras como essa estrutura dialoga com ele. Embora o patriarcado seja também uma categoria ahistórica, e por isso criticada por algumas correntes de pensamento, essa vertente compreende que ela deve ser entendida da mesma maneira que as demais categorias propriamente marxistas de análise: conceituada em sentido abstrato para, posteriormente, ser interpretada dentro do contexto no qual opera.

Conforme discutido na Seção 2.2, Mitchell (1971) apresenta o patriarcado como estrutura ideológica fundamental na sociedade capitalista moderna. Assim, o trabalho no lar não é produtivo, mas ideológico, e deve ser explicado por meio da psicanálise. Apenas o capitalismo – estrutura econômica fundamental – poderia ser explicado por termos marxistas. Hartmann (1984 [1979]) critica a fundamentação do patriarcado em termos puramente ideológicos e inaugura o debate em relação a uma explicação material para essa estrutura, que no capitalismo está fundamentada no controle de acesso a recursos e da sexualidade das mulheres por parte dos homens.

Se para as feministas radicais, como Firestone (1976 [1970]), a base material do patriarcado está na capacidade reprodutiva das mulheres, para Hartmann (1984 [1979]) esse controle se exerce por meio do controle da força de trabalho das mulheres em todos os momentos históricos. Esse controle varia de acordo com o contexto no qual está inserido. Se antes as mulheres deveriam realizar seu trabalho apenas circunscrito ao ambiente do lar, o desenvolvimento do modo de produção tornou necessário que a força de trabalho feminina se inserisse no mercado assalariado – agora, circunscrita aos salários que os homens desejam pagar, em cargos e setores que os homens as deixam ingressar. Essa restrição de acesso a recursos, portanto, varia enormemente entre sociedades, com diferentes espaços e estratégias de atuação: igrejas, esportes, clubes, sindicatos, exércitos, fábricas, mídia, etc.

A análise de Hartmann (1984 [1979]) ficou conhecida como “análise dualista”, pois propõe a interpretação de duas estruturas que interagem simultaneamente na sociedade: de um lado, o capitalismo, controlando a produção; de outro, o patriarcado, controlando a reprodução. Segundo ela:

A produção econômica (o que os marxistas estão habituados a se referir como sendo 'o' modo de produção) e a produção de pessoas na esfera sexo/gênero determinam conjuntamente 'a organização social sob a qual as pessoas de um certo período histórico e um certo local vivem', segundo Engels. A sociedade como um todo, portanto, só pode ser compreendida se observados os tipos de produção e reprodução das coisas e pessoas. (HARTMANN, 1984 [1979], p. 13, tradução nossa).

A autora utiliza o chamado sistema sexo/gênero, desenvolvido por Rubin (1975). Segundo esse conceito, existem certas características biológicas dos seres humanos que são responsáveis por determinar sua estrutura sexual. A partir de certas condições inatas aos corpos (notadamente os cromossomos XX ou XY, a presença de pênis ou vagina e a predominância de testosterona ou progesterona e estrogênio) são criadas diversas outras características a eles relacionadas, com significado altamente social (como uma suposta maior habilidade para raciocínio lógico por parte dos homens e um suposto maior sentimentalismo e fragilidade por parte das mulheres). O sexo, então, se refere às condições naturais biológicas, e o gênero a todas as características sociais a eles associadas<sup>21</sup>.

Conforme citado no Capítulo 2, a crítica de Hartmann (1984 [1979]) em relação à produção marxista destinada a debater a questão da mulher se dá justamente pela ausência da identificação da relação entre a mulher e seu opressor, limitando-se à análise da relação entre as mulheres e a sociedade em geral. Por meio da inclusão do patriarcado como conceito estruturante das relações de reprodução, é possível interpretar como o capitalismo dialoga com a condição de opressão das mulheres em todas as suas esferas (sejam elas produtivas ou não).

Não só é necessário compreender esse sistema dual, mas também interpretar a estrutura capitalista e a estrutura patriarcal como fortemente relacionadas, de forma que o movimento de uma pode criar tensão ou contradição na outra. Para a autora, após a enorme inserção de mulheres e crianças nas fábricas logo no início da revolução industrial, sua retirada foi viabilizada por meio da percepção de que donas de casa produzem e mantêm crianças mais saudáveis e educadas quando não inseridas no mercado de trabalho assalariado. Foi estabelecida uma relação de parceria entre patriarcado e capitalismo, que produz uma estrutura de retroalimentação na posição das mulheres: a condição por elas encontrada no

---

<sup>21</sup>Existem diversas críticas em relação a esse conceito. Um debate que apresenta diferentes visões sobre o assunto está em Nicholson (2000).

mercado de trabalho fortalece o modelo de trabalho feminino no lar, tanto concretamente quanto ideologicamente, explicando a questão da setorização das mulheres.

Assim como o trabalho feminino serve tanto para perpetuar a dominação masculina quanto a produção capitalista, também a ideologia sexista serve tanto para glorificar as características masculinas (valores capitalistas) quanto para diminuir as características femininas (necessidades sociais). (HARTMANN, 1984 [1979], p. 21, tradução nossa)

Se o capitalismo produz classes antagônicas, permeadas por homens e mulheres que apresentam posições opostas perante o patriarcado, também as categorias sociais do patriarcado são permeadas pelas classes contraditórias geradas pelo capitalismo. O conjunto de homens, portanto, apresenta diferentes posições hierárquicas para cada um dos seus elementos individuais; todavia, eles se apresentam como grupo dominante por serem capazes, individualmente, de controlar pelo menos uma mulher. Sobre a diversidade de posições, Hartmann (1984 [1979], p. 13, tradução nossa) argumenta:

O desenvolvimento capitalista cria espaços para a hierarquia de trabalhadores, mas as categorias tradicionais marxistas não nos dizem quem preencherá os espaços vazios. [...] Mulheres de diferentes classes, raças, nacionalidades, estado civil e orientação sexual estão sujeitas a diferentes graus de poder patriarcal.

Essa última passagem explicita um dos principais alvos de crítica em relação à obra de Hartmann (1984 [1979]). Afirmar que o capitalismo cria os postos de trabalho e o patriarcado é responsável por definir quem irá preenchê-los é quase como afirmar que o capitalismo fornece uma história neutra em gênero e o patriarcado é responsável por toda a opressão feminina. Em relação às críticas relacionadas à análise dualista, foi inaugurado um novo debate, centrado nessa relação entre capitalismo e patriarcado e criando o conceito de capitalismo patriarcal.

Além da já citada crítica em relação ao próprio conceito de patriarcado, considerado problemático pelo seu caráter ahistórico (ou trans-histórico), as teóricas que seguiram buscando estudar a relação entre capitalismo e patriarcado criticam o grau de parceria entre ambas estruturas. Para Walby (1988, p. 24, tradução nossa):

A análise de Hartmann das relações entre capitalismo e patriarcado sobrevaloriza o grau de harmonia entre os dois sistemas. Os conflitos entre os interesses do capital em utilizar mão de obra barata e os do patriarcado em restringir mulheres para o trabalho doméstico ou formas muito limitadas de trabalho remunerado é subestimado em sua conta.

A autora considera que é necessário analisarmos o patriarcado não como uma estrutura responsável por preencher lacunas deixadas pelo capitalismo, mas sim como uma categoria que produz conjuntos de relações intimamente relacionadas com o ambiente de trabalho, a sexualidade, o Estado e diversas práticas da sociedade civil. É por meio da criação de uma estrutura complexa de condicionamento mútuo entre ambas estruturas que se torna possível a criação de uma ferramenta investigativa que permita captar seus movimentos conjuntos, que ora ocorrem em sentido harmonioso e ora traçam uma dinâmica conflituosa.

Walby (1990) argumenta que existem duas formas básicas de patriarcado que emergem em resposta às suas tensões com o capitalismo: a forma pública e a forma privada. O patriarcado privado se refere à capacidade masculina de exclusão direta das mulheres das esferas políticas e econômicas; o patriarcado público, por outro lado, se dá por meio da segregação social ampla, ocultando a relação direta de opressão das mulheres por partes dos homens em uma questão social que, em aparência, apenas opõe mulheres e sistema, camuflando a tensão entre sexos. No decorrer do tempo, a dinâmica entre capitalismo e patriarcado tende a dissolver o patriarcado privado, tornando o patriarcado público dominante: o salário-família já não é imperativo na sociedade e o papel da mulher como exclusivamente dona de casa não reina no discurso público, mas sua inclusão no mercado de trabalho se dá de forma segregada setorial e hierarquicamente.

A autora divide o patriarcado em seis subestruturas:

- a) modo de produção patriarcal (o trabalho doméstico);
- b) trabalho assalariado;
- c) papel do Estado;
- d) incidência de violência contra a mulher;
- e) construção da sexualidade;
- f) formação de instituições culturais.

Essas subestruturas dialogam com as diversas esferas sociais de modo a produzir outras subestruturas, com recortes de raça, nacionalidade, etnia, dentre outras opressões. Essa divisão visa proporcionar uma ferramenta útil para investigar as diversas formas de evolução do patriarcado em relação à evolução do modo de produção capitalista, possibilitando uma transposição do conceito abstrato de patriarcado para o concreto das sociedades. No decorrer do tempo, outras subestruturas podem se tornar mais relevantes como ferramentas de análise, devido à essa condição de ajustamento mútuo.

A definição do patriarcado como uma espécie de modo de produção remete à discussão realizada anteriormente neste capítulo e é igualmente utilizada por Ferguson (1989, 1996), que também chega à definição das mulheres como classe. Para a autora, o modo de produção patriarcal se diferencia da produção de bens materiais no sentido de que produz relações sexo-afetivas, apropriadas mas não correspondidas por parte dos homens – essas relações sexo-afetivas podem ser comparadas ao sistema sexo/gênero de Rubin (1975), no sentido de buscarem conceituar historicamente uma maneira pela qual o conceito ahistórico de patriarcado opera.

Outra teórica bastante relevante da chamada análise dualista é Zillah Eiseinstein, cujo debate com Hartmann (1984 [1979]) se tornou um dos mais citados e analisados no feminismo marxista e suas críticas recentes (PATEMAN, 1993; ACKER, 2006; TONG, 2006). Assim como Walby (1990), Eiseinstein (1979, 1993) critica o grau de harmonia identificado por Hartmann (1984 [1979]) entre capitalismo e patriarcado, e foca nos limites impostos por uma estrutura em relação a outra no decorrer da história. A autora considera que é metodologicamente esclarecedor considerar o sistema econômico e o sistema sexual como esferas separadas; porém, é necessário que se compreenda a íntima relação entre ambas, melhor observada sob o conceito de capitalismo patriarcal.

Tanto Eiseinstein (1979, 1993) quanto Hartmann (1976, 1984 [1979]) não classificam o patriarcado como um modo de produção, considerando-o uma estrutura que permeia todas as relações sociais que envolvem homens e mulheres – tanto as familiares como as profissionais – em diálogo direto com o capitalismo. Ambas fogem às problemáticas relacionadas à definição de um modo de produção que convive com o capitalista e gera, por consequência lógica ou teórica, uma classe de mulheres a parte, discutidas nas Sessões 4.1 e 4.2. Entretanto, a definição de uma estrutura responsável pela produção e reprodução dos indivíduos (cuja importância está em pé de igualdade com a relevância da produção de bens), que repousa tanto em bases ideológicas quanto em bases materiais, se não constitui um modo de produção e não pode ser analisada juntamente à análise do capitalismo, se torna um conceito de difícil definição (YOUNG, 1981).

Se o patriarcado não pode ser separado do capitalismo na sociedade atual, sendo mais útil se compreendido sob o conceito de capitalismo patriarcal, Pateman (1993, p. 63) questiona que “é difícil perceber o que se ganha com a insistência de que existem dois sistemas”. Se tratado como parte integrante do capitalismo e se mantida a utilização de categorias marxistas, o debate é novamente levado para o grau de abstração dessas unidades

de análise e sua cegueira em relação às questões de gênero. Para Young (1981, p. 49, tradução nossa):

Em geral, essa é a objeção definitiva de qualquer teoria dos sistemas duais. Independentemente de como ela for formulada, a teoria dos sistemas duais permite ao marxismo tradicional manter sua teoria de relações de produção, mudança histórica, e análise da estrutura do capitalismo praticamente intacta. Essa teoria, conforme salientado por Hartmann, é completamente cega para as questões de gênero. A teoria dos sistemas duais, portanto, aceita essa análise cega em gênero das relações de produção, buscando apenas adicionar a ela uma concepção separada das relações hierárquicas de gênero. Assim, da mesma forma que o marxismo tradicional, a teoria dos sistemas duais tende a ver a questão da opressão feminina apenas como um mero aditivo às principais questões marxistas.

Outras críticas dessa vertente teórica estão relacionadas à definição da opressão de classe e da opressão de gênero como sendo as mais importantes na sociedade atual. Embora o conjunto de teóricas da análise dualista, mais explicitamente Walby (1990), admita a existência de diversas outras opressões, apenas o capitalismo e o patriarcado são vistos como sistemas estruturantes, por isso o conceito de capitalismo patriarcal. Especialmente as novas teorias do chamado feminismo interseccional denunciam a invisibilidade das questões raciais nesse modelo (Joseph, 1981, por exemplo), além da ausência de outras questões que afetam particularmente as mulheres de países do terceiro mundo, como as identidades étnicas e de nacionalidade (Sen e Grown, 1987, por exemplo).

Os desdobramentos dessas críticas levaram, novamente, a tentativas de fusão do marxismo com outras escolas de pensamento, como Nancy Fraser (1997) dentro da teoria crítica, Haraway (2006 [1985]) com seu Manifesto Cyborg, Deplhy e Leonard (1984) e Hayden (1982) no chamado feminismo material, além de algumas retomadas em relação à defesa do trabalho doméstico como modo de produção por parte de Fortunati (1996) e Federici (2004), por exemplo. Para Acker (2006, p. 40, tradução nossa), entretanto, a questão do capitalismo patriarcal continua em aberto:

Problemas mal resolvidos persistem. Reprodução no sentido de reprodução humana e trabalho não pago em geral não foram integrados com o conceito de classe de forma exitosa. [...] Se as teorias duais que colocam a subordinação de gênero (feminino) em um sistema e a subordinação de classe (econômica) em outro são insatisfatórias, as teorias de sistemas múltiplos são mais bem sucedidas? [...] Enquanto a maioria das feministas que teorizam classe abandonaram o estruturalismo abstrato, a questão de como pensar 'estruturas' ou 'estruturação' persiste. Embora as críticas de algumas marxistas sejam atraentes, classe continua sendo o conceito que liga as desigualdades econômicas ao processo capitalista. Assim, existem razões para as feministas continuarem a definir sua compreensão de classe dentro de uma perspectiva marxista ampla.

Recentemente, Brown (2012) buscou resgatar na obra de Marx os conceitos de gênero, em uma tentativa de reativar o debate em relação à possibilidade de utilizar a análise social propriamente marxiana para fornecer algumas respostas para essas questões ainda em aberto – em oposição à maioria das escolas recentes, que advogam em favor da fusão de teorias. Sua análise sistemática de todas as obras disponíveis do autor, com uma investigação de ideias e conceitos que possam embasar o desenvolvimento de uma teoria de gênero, é um esforço no sentido de formular fundamentos que respaldem movimentos recentes de feministas anticapitalistas sem recair em teorias “etapistas”, e sim focando no método marxista de análise. Da mesma forma, outras produções recentes (Grand, 2005, Gimenez, 2005, Henessy, 2006, Klotz, 2005 e Leeb, 2007, por exemplo) têm investido no resgate às obras originais de Marx, atualmente bastante mais debatidas e disponíveis em relação às fontes das feministas marxistas inseridas nos debates anteriores, para a formulação de ideias que embasem teorias metodologicamente marxistas, capazes de fornecer explicações para a posição das mulheres na sociedade.

Essa seção buscou resumir os desdobramentos teóricos que se deram a partir das interpretações das experiências de socialismo real por parte das feministas marxistas. A interpretação de que o socialismo fracassou no objetivo de permitir maiores liberdades às mulheres levou tanto ao descrédito das ideias de Marx e Engels para a compreensão e mudança da posição das mulheres na sociedade, ocasionando diversas vertentes ancoradas em outras escolas de pensamento mais conectadas com o estruturalismo e pós-estruturalismo, quanto a tentativas de revisão de definições marxistas, com a formulação dos conceitos de modo de produção doméstico, mulheres como camada preferencial do exército industrial de reserva, classe feminina e capitalismo patriarcal. Após intensos debates em relação ao nível de abstração de cada uma das categorias marxistas, existem diversas correntes que apontam para impasses não solucionados no que tange às inter-relações entre classe e gênero. Por mais paradoxal que possa parecer, a releitura atenta aos escritos de Marx aparentemente é um novo e possivelmente frutífero caminho para a economia política feminista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar um resgate teórico e crítico da teoria marxista feminista dentro do campo da economia. Observando-se o movimento feminista contemporâneo, bem como a retomada da teoria marxista como um possível arcabouço teórico capaz de interpretar o atual panorama econômico, objetivou-se verificar porque o feminismo marxista, que nas décadas de 60 e 70 produziu diversos debates e contribuições relevantes, hoje não ocupa um lugar de destaque na produção acadêmica relacionada à questão da mulher, tampouco na prática militante. Para responder a essa questão, o Capítulo 2 apresentou as três principais vertentes teóricas do marxismo relacionado à questão da mulher até o final da década de 70 segundo Hartmann (1984 [1979]): os marxistas pioneiros, os marxistas contemporâneos e as marxistas feministas.

Primeiramente, então, foram apresentadas as principais ideias desenvolvidas pelos marxistas pioneiros, com foco na obra de Engels (1984 [1884]). Segundo essa vertente de pensamento, a base material da opressão das mulheres seria a propriedade privada (dada a típica separação capitalista entre o espaço do lar, onde as atividades realizadas são não-produtivas e privadas, e o espaço de trabalho remunerado, onde ocorre o ofício produtivo e social), e o avanço do socialismo – ou seja, a corrosão gradual da propriedade privada – traria a sua liberdade. Assim, a principal pauta do movimento feminista deveria ser a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho assalariado, para que elas se incluíssem na luta de classes e iniciassem o processo de definhamento da família tradicional burguesa. A monogamia típica desse modelo familiar seria necessária para a mulher, dada a urgência de manutenção da propriedade privada entre gerações, mas não para o homem, gerando dois complementos inseparáveis ao matrimônio burguês: o adultério e a prostituição.

Já na década de 1970, surgem os chamados marxistas contemporâneos, que tem em Eli Zaretsky (1986 [1976]) sua principal referência. A partir da interpretação de que as experiências de socialismo real (notadamente a União Soviética e a China) não lograram maiores liberdades para as mulheres, com o crescimento de movimentos feministas nos países de capitalismo central cada vez mais pautados pelos direitos individuais, o autor buscou introduzir o conceito de vida pessoal para aproximar as principais bandeiras feministas às questões sob as quais a teoria marxista se debruçava. Para ele, a introdução da esfera privada como possibilidade de identificação do sujeito para além da sua posição no processo produtivo tornaria possível a identificação por parte das mulheres de suas opressões coletivas.

Assim, sua crítica considera que a inserção das mulheres no mercado de trabalho – um movimento já bastante intenso na década de 70 – não trouxe o definhamento da família monogâmica burguesa e o avanço das liberdades das mulheres, conforme teorizado pelos marxistas pioneiros, porque essa possui uma base ideológica (e não uma base material) fundamentada no desenvolvimento da personalidade individual de seus integrantes.

Por outro lado, Dalla Costa e James (2005 [1972]) propuseram uma aliança feminista anticapitalista por meio da pauta de remuneração do trabalho doméstico. A partir da interpretação de que nem o socialismo logrou avanços na condição social das mulheres, nem a entrada massiva no mercado de trabalho assalariado por parte delas mostrava esse caminho (pois ele levava a uma dupla jornada de trabalho feminina), as autoras consideraram que a remuneração do trabalho doméstico por parte do Estado deveria ser a principal bandeira do movimento feminista. A definição do trabalho desenvolvido no lar por todas as mulheres como produtivo no sentido marxista seria o caminho para um reconhecimento mútuo da sua condição de opressão, e permitiria um primeiro passo para que elas alcançassem uma maior independência em relação aos homens.

Tanto os marxistas contemporâneos quanto as marxistas feministas partiram da premissa de que os princípios dos marxistas pioneiros estavam equivocados, dada a interpretação de que as experiências de socialismo real haviam falhado no objetivo de acabar com o patriarcado. Para essas novas correntes, se o caso da União Soviética – o mais amplamente debatido na literatura relacionada à questão da mulher – logrou o fim da propriedade privada mas não o enfraquecimento da família monogâmica burguesa, uma nova teoria marxista de gênero deveria ser desenvolvida. A fim de verificar quais as evidências que levaram as principais escolas de pensamento feminista marxista dos anos 70 a chegarem à essa conclusão, o Capítulo 3 realiza um resgate histórico das políticas relacionadas às mulheres e à família na Rússia Soviética, desde o triunfo da revolução até a metade da década de 40.

A identificação das mulheres como oprimidas e a necessidade de sua libertação eram amplamente reconhecidas por parte do partido bolchevique. Tanto Trotsky quanto Lênin, líderes do Partido Comunista, produziram escritos e discursos relacionados à condição feminina, e logo em 1919 – alguns meses após o triunfo da revolução – o *Zhenotdel* (departamento de mulheres do partido) foi formado. Em 1918, foi lançado o Código do Casamento, da Família e da Tutela, que estava firmemente baseado nos princípios de

definhamento da família e socialização do trabalho doméstico, propostos pelos marxistas pioneiros.

Visando tanto o enfraquecimento da família burguesa quanto a redução da importância da Igreja na sociedade, foi mantido o casamento (que passou a ser registrado de forma civil), instituído o divórcio simples (que poderia ser solicitado por qualquer uma das partes sem justificativa) e proibida a adoção (visando tornar a educação das crianças – parte importante do trabalho doméstico – uma atividade socializada). Com o passar dos anos, os juristas acreditavam que a legislação se tornaria obsoleta, dado o avançar do socialismo que naturalmente tenderia à dissolução da superestrutura legal. Ainda nos primeiros anos da revolução, as mulheres conquistaram o sufrágio universal, cargos políticos e o direito ao aborto legal e gratuito, em um cenário de despropriação em massa de fábricas e avanços do Exército Vermelho em diversas regiões, no chamado comunismo de guerra.

Entretanto, no contexto de um país devastado pelas guerras, pestes e condições climáticas desfavoráveis, com uma população majoritariamente rural (mais de 80% das pessoas viviam no campo), essa legislação – considerada urbana e contraditória em relação aos costumes camponeses – começou a ser duramente criticada por parte de diversos setores e até reinterpretada em alguns pontos por parte dos tribunais locais. O quadro político de implementação da Nova Política Econômica – NEP, que resgatava alguns princípios empresariais e de mercado, e a questão da sucessão de Lênin, que desde 1922 apresentava condições de saúde deterioradas, trouxe ainda mais instabilidade no período.

Após um extenso debate nacional, que evidenciou o quanto a posição das feministas teóricas – notadamente o *Zhenotdel* – divergia em relação à posição das mulheres em geral, bem como as diferenças marcantes entre a população urbana e as pessoas residentes no campo, foi estabelecido um Novo Código da Família, em 1926. A realidade de um enorme número de crianças morando nas ruas (com aumento da criminalidade), fome generalizada, mulheres abandonadas (com vertiginoso aumento da prostituição) e grandes filas para acesso ao procedimento de interrupção da gravidez levou o partido a recuar em relação à proibição da adoção, tornado-a novamente um procedimento legal, mas as medidas reivindicadas pelas camponesas para aumentar os entraves ao divórcio e garantir o pagamento de pensão alimentícia não foram atendidas. Houve a inclusão de uma nova categoria de casamento – o casamento de fato –, que não exigia registro civil prévio, mas permitia às mulheres o direito de pensão após a separação (o que, para as mulheres camponesas, apenas agravava a sua

condição de pobreza, dada a falta de recursos por parte dos homens em geral para pagar pensão à mais de uma mulher).

Já no final na década de 20, com o início do período estalinista, houve uma grande centralização do partido, com exclusão e perseguição das alas divergentes ao posicionamento oficial e a nacionalização de diversos setores e fábricas. Com a nova política, o crescimento da economia permitiu o aumento dos postos de trabalho – inclusive para mulheres –, mas os salários reais caíram pela metade, mantendo a necessidade de uma estrutura familiar (ou de uma pensão oriunda de um ex-cônjuge) para sobrevivência. O *Zhenotdel* foi extinto em 1930, sob alegação de que não estava cumprindo devidamente os objetivos revolucionários, e a procriação passou a ser abertamente incentivada, inclusive com prêmios em dinheiro para mulheres com um grande número de crianças. Em 1936 o aborto voltou a ser proibido e foi promulgado um novo código da família, que estabelecia maiores entraves para obtenção do divórcio, aumento do período de licença maternidade, aumento do tempo de prisão para casos de não pagamento de pensão, dentre diversas outras reivindicações das mulheres camponesas para o fortalecimento da unidade familiar. Ainda, em 1944, o Édito sobre a Família restabeleceu conceitos pré-revolucionários de parentesco e assumiu abertamente o resgate à família como estrutura social básica e o papel da mulher de mãe e cuidadora do lar por excelência.

Este capítulo, além de evidenciar as falhas históricas da Rússia Soviética no que tange ao aumento da igualdade de gênero, evidencia as heterogeneidades entre as condições das mulheres. Se, por um lado, as lideranças feministas do Partido rumavam para o que a teoria apontava como sendo maior liberdade, por outro, as condições concretas da maioria da população não permitia que essa liberdade fosse plenamente exercida. Nesse sentido, o capítulo buscou evidenciar que, além de complexa e necessariamente comprometida com a materialidade, uma teoria feminista socialista deve considerar as pautas que incidem sobre todas as mulheres da sociedade (casamento, divórcio, pensão e possibilidade de aborto, por exemplo) sem desconsiderar sua heterogeneidade. As suas diferentes posições em relação ao modo de produção (se urbana, rural, trabalhadora doméstica, proletária, etc) modificam radicalmente sua possibilidade de libertação. O recorte de classe, portanto, é essencial.

A teoria feminista marxista, então, se debruçou sobre esse caso histórico, interpretando que o avanço da nacionalização dos meios de produção não trouxe aumento das liberdades feministas, reivindicando, a partir daí, uma revolução própria para as mulheres, estrategicamente separada da revolução socialista. Assim, o Capítulo 4 iniciou com a

apresentação das chamadas feministas radicais, que colocaram a luta entre sexos como mais relevante que a luta de classes típica de Marx para a formulação de uma teoria capaz de articular uma revolução verdadeiramente capaz de libertar às mulheres – ou seja, uma revolução feminista.

A partir do desenvolvimento de novas ideias relacionadas à questão da mulher e ao movimento feminista nos países de capitalismo avançado, cada vez mais centradas no conceito de indivíduo e personalidade (questão também debatida na Seção 2.2), as teorias marxistas seguiram dois caminhos: ou buscaram relacionar a bases teóricas de Marx e Engels com a de outros pensadores, como Freud (opção desenvolvida pelos marxistas contemporâneos), ou resgataram conceitos tipicamente marxistas – notadamente as definições de trabalho produtivo, modo de produção, classe e exército industrial de reserva – e os inseriram em uma perspectiva de gênero (caminho seguido pelas marxistas feministas). As vertentes que surgiram a partir da fusão de teorias rumaram cada vez mais para direções estruturalistas e pós-estruturalistas, bem como as novas teorias de gênero e sexualidade, que passaram a incluir mais fortemente pautas da população de LGBTs, afastando-se da preocupação propriamente econômica de inserção das mulheres no processo de produção, apropriação e circulação de valor. A segunda corrente, por outro lado, aprofundou-se no estudo de Marx e Engels para desenvolver novos conceitos, buscando encontrar uma formulação capaz de compreender a posição das mulheres na economia.

A formulação do serviço doméstico feminino como trabalho produtivo no sentido marxista, iniciada por Dalla Costa e James (2005 [1972]), foi amplamente rejeitada, dadas as suas características de trabalho concreto (e não abstrato), privado (e não social) e produtor de valores de uso (e não de valores de troca). Entretanto, surgiram novas formulações que apontavam para uma transferência de valor. O trabalho não-remunerado realizado no lar por parte da mulher permitia ao homem a realização do seu trabalho remunerado, mas a parcela do salário oriundo desse ofício que era repassada à esposa não era suficiente para compensar todas as horas de trabalho por ela despendidas. Dessa forma, essas horas de trabalho excedentes realizadas dentro do ambiente doméstico eram transferidas para o capitalista por meio do trabalhador/marido, e apropriadas indiretamente por ele na forma lucro.

Segundo essa corrente de pensamento, esse trabalho específico, com tantas características peculiares e, simultaneamente, útil para a acumulação de capital, formava um modo de produção à parte, que dialogava com o modo de produção capitalista. Esse modo de produção doméstico tornava as mulheres a camada preferencial do exército industrial de

reserva, pois sua principal função social era realizada dentro do lar, não sendo necessário que o pagamento recebido por elas no mercado assalariado cobrisse todas as necessidades de reprodução da sua própria força de trabalho, possibilitando o desempenho de serviços que poucas pessoas estariam interessadas, a salários que poucas pessoas aceitariam. Mesmo as correntes posteriores, que colocavam o trabalho doméstico como uma relação de produção – e não um modo de produção propriamente dito –, corroboravam com a ideia das mulheres como camada preferencial do exército industrial de reserva.

Tanto para as pensadoras que definiam o trabalho doméstico como produtivo quanto para as que o categorizavam como um exercício produtor de valores de uso que criava um modo de produção à parte, as mulheres constituíam uma classe, pois realizavam um trabalho que ocupava uma posição específica perante o capital. A Seção 4.2 buscou mostrar que, embora esse argumento tenha sido relevante no contexto histórico no qual estava inserido, é de difícil sustentação: como categorizar mulheres proletárias e mulheres burguesas como pertencentes à mesma classe no sentido marxista, dadas suas posições antagônicas em relação à propriedade dos meios de produção?

O resgate aos conceitos propriamente marxianos de classe, modo de produção e exército industrial de reserva evidenciou os limites do debate em relação à tentativa de inclusão de um recorte de gênero em suas definições. Sendo as categorias marxistas trans-históricas e abstratas, tornando-se explicativas quando aplicadas a um dado contexto concreto (na formação do concreto depurado), a nova tentativa por parte das feministas foi a inclusão do patriarcado como estrutura social, que se articula com o capitalismo em uma dinâmica ora de harmonia, ora de conflito, formando a chamada análise dualista, apresentada na Seção 4.3.

Sendo o capitalismo a estrutura responsável pela produção de bens e serviços e o patriarcado pela produção e reprodução de pessoas, essa tradição buscou verificar como ambas estruturas dialogam na sociedade. A definição de um sistema patriarcal que permeia e é permeado pelo modo de produção capitalista permite uma análise das opressões não só na esfera doméstica, foco das vertentes anteriores, mas também no mercado de trabalho e em diversos outros espaços (religiões, mídia, esportes, etc.). Entretanto, seja o patriarcado considerado uma estrutura separada e parceira do capitalismo (como no princípio da análise dualista), seja ele parte de um sistema chamado capitalismo patriarcal (visão semelhante desenvolvida posteriormente), a sua inclusão como categoria analítica foi criticada justamente por manter as categorias econômicas marxistas cegas para as questões de gênero, apenas

acrescentando um “apêndice” para que se discuta a questão da mulher sem modificar nenhuma premissa original.

A Seção 4.3 mostrou alguns trabalhos recentes cuja argumentação afirma que a inserção das mulheres na esfera do trabalho assalariado, bem como sua relação com o trabalho doméstico no capitalismo moderno, ainda tem espaço para serem debatidas. A presença de mulheres no mercado assalariado em geral, além de gerar dupla ou tripla jornada de trabalho, vem acompanhada de uma substituição do trabalho doméstico ou por meio da aquisição de bens que o realizem, ou por meio da contratação de outra mulher, de uma classe inferior, que o forneça (dada a setorização do mercado de trabalho). Nesse sentido, é equivocado afirmar que a inserção das mulheres no mercado assalariado, tomada como um movimento coletivo, está se desenvolvendo no sentido de aumentar suas liberdades, conforme previsto pelos marxistas pioneiros. Da mesma forma, as constituições modernas de família nos países de capitalismo central e mesmo em regiões subdesenvolvidas, como no Brasil, e o próprio desenvolvimento da personalidade e valorização do individualismo narradas nas Seção 2.2 e no Capítulo 4, tornam o debate em relação à remuneração financeira do trabalho doméstico por parte do Estado pouco factível (mesmo com as conquistas de licença-maternidade).

Se a inserção no mercado de trabalho não se mostra um caminho libertador das mulheres, em uma análise classicista, e a remuneração do trabalho doméstico – que continua sendo visto como responsabilidade majoritariamente feminina – não parece viável, qual a alternativa? Para as correntes mais recentes do feminismo marxista, o resgate à obra de Marx mostra sua consciência em relação à presença da opressão de gênero nas diferentes sociedades capitalistas, mas seu foco em relação às opressões de classe o torna obscuro.

Segundo o resgate feito nesse último capítulo, uma grande parte da teoria marxista feminista foi elaborada tendo como grande mote a justificativa de uma militância feminista dentro das organizações socialistas e dos movimentos de esquerda em geral. Aparentemente, mais do que a libertação das mulheres – objetivo final de qualquer teoria feminista –, o objetivo mais imediato de diversas formulações teóricas objetivava o convencimento dos grandes teóricos e militantes marxistas de que a condição de vida das mulheres importa para que o socialismo real pudesse avançar. Dessa forma, tornar-se-ia possível uma aproximação do movimento socialista com os diversos movimentos feministas, que se apresentavam cada vez mais divorciados do compromisso anticapitalista. As tentativas de “moldar” as categorias marxistas usuais às pautas e demandas feministas, realizadas com esse anseio, foram feitas, portanto, com pouco rigor teórico, e a aproximação desses movimentos falhou.

O surgimento das chamadas teorias duais parece apontar para um caminho um pouco mais fértil. Considerando o grau de abstração das categorias marxistas em geral, o patriarcado como estrutura pode ser uma boa ferramenta de análise, desde que seja compreendida de forma dialética – que encontra diferentes sínteses no concreto, portanto. Nesse sentido, é importante notar que, evidentemente, existem diversas outras opressões estruturantes (de raça, religião e nacionalidade, por exemplo), mas a busca por encontrar uma explicação de análise extensiva o suficiente para compreender a posição econômica das mulheres em uma dada sociedade em um dado período de tempo – objetivo da economia política feminista – deve passar por um certo grau de generalidade. A extensão de um conceito é necessária para a compreensão de grandes movimentos históricos, embora conceitos mais intensivos também sejam necessários para a compreensão de movimentos históricos mais específicos. Concordar com a afirmação de que o patriarcado não é um conceito útil seria concordar com a ideia de que não é possível tomar as mulheres coletivamente como um grupo minimamente homogêneo, o que não tornaria possível nenhuma ciência feminista. Talvez, retomar a obra de Marx e Engels sob a luz da existência de uma estrutura permanente e permeável aglutinadora da opressão das mulheres – caminho apontado na última seção – seja uma possibilidade para que se avance no sentido de formular uma teoria que não seja pautada pela própria justificativa de sua mera existência, mas sim pelo único objetivo de compreender e modificar a situação das mulheres no mundo.

Conclui-se, portanto, que o resgate das teorias marxistas feministas aqui realizado, bem como a exposição do caso histórico da Rússia Soviética, contribuíram de maneira satisfatória para o objetivo de verificar o aparente distanciamento entre o marxismo e o feminismo atualmente. Foram verificadas as diferentes formulações e críticas em relação a essa escola de pensamento, chegando à conclusão que, atualmente, ainda há espaço para o feminismo marxista como uma vertente teórica capaz de contribuir para o debate em relação à interpretação da posição econômica das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. **Class question: feminist answers**. Oxford: Rowman & Littlefield, 2006.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. [1984].

AMOTT, Teresa L.; MATTHAEI, Julie A. **Race, gender, and work: a multi-cultural economic history of women in the United States**. Boston: South End Press, 1996.

ARMSTRONG, Charles. Familism, socialism and political religion in North Korea. **Totalitarian Movements and Political Religions**, v. 6, n. 3, p. 383-394, 2005. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14690760500317743>>. Acesso em: 13 jul. 2016

BARRETT, Michele. **Women's oppression today: problems in the marxist feminist analysis**. London: Verso, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEBEL, August. **Woman and socialism**. [S. l.]: Marxists Internet Archives (marxists.org), 2005. [1879]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/bebel/1879/woman-socialism/index.htm>> Acesso em: 12 jan. 2016

BEECHEY, Veronica. Some notes on female wage labour in capitalist production. **Capital and Class**, Limerick, v. 3, n. 12, p. 45-66, 1977. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.626.1823&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 03 jul. 2016

BENERIA, Lourdes; FELDMAN, Shelley (Ed.). **Unequal burden: economic crisis, persistent poverty and women's work**. Boulder: Westview Press, 1992.

BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation. **Monthly Review**, New York, v. 21, n. 4 p. 31-44, 1969. Disponível em: <[https://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/article/view/MR-021-04-1969-08\\_2](https://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/article/view/MR-021-04-1969-08_2)>. Acesso em: 04 mai. 2016

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**. Problemas del Socialismo. El revisionismo en la socialdemocracia. México: Siglo Veintiuno, 1982. [1899] . Disponível em: <<http://www.socialismochileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/Bernstein-Eduard-Las-premisas-del-socialismo-y-lastareas-de-la-socialdemocracia.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2015

BOBROFF, Anne. The bolsheviks and working women, 1905-1920. **Soviet Studies**, Oxfordshire, v. 26, n. 4, 1974. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09668137408410973?journalCode=ceas19>> Acesso em: 02 jun 2016

BLACK, Louise. As mulheres e a guerra. In: CIVITA, Victor (Ed.). **História do Século XX**, 1914/1929. São Paulo: Abril Cultural, p. 670-675, 1974.

BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200016>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

BRAINERD, Elizabeth. Marriage and divorce in revolutionary Russia: a demographic analysis. In: HEYWOOD, Anthony; STEINBERG, John (Ed.). **Russia's great war and revolution, 1914-1922: the centennial reappraisal**. Bloomington: Slavica, 2016, no prelo. Disponível em: <<http://people.brandeis.edu/~ebrainer/BrainerdRevisedFINAL.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2016

BROWN, Heather. **Marx on gender and the family**. A critical study. Boston: Brill, 2012. (Historical Materialism Book Series, v. 39).

BUKHARIN, Nikolai. **Imperialism and World Economy**. [S. l.]: Marxists Internet Archives (marxists.org), 2001. [1929]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1917/imperial/>> Acesso em: 05 maio 2016

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, Maryland, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3207893>> Acesso em: 17 jul. 2016

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. [1990].

CALIFA, Pat. **Sapphistry: the book of lesbian sexuality**. Tallahassee: Naiad Press, 1988. [1983].

\_\_\_\_\_. **Public sex: the culture of radical sex**. New Jersey: Cleiss Press, 2000.

CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. **Mulheres trabalhadoras e marxismo**. Um debate sobre opressão. São Paulo: Sundermann, 2012.

CARTER, David. **Stonewall: the riots that sparked the gay revolution**. New York: St. Martin's Press, 2004.

CHARLES, Maria; GRUSKY, David. **Occupational Ghettos: the worldwide segregation of women and men**. Redwood: Stanford University Press, 2004.

CHATTOPADHYAY, Paresh. Two Approaches to Socialist Revolution: Marx versus Lenin-Trotsky. In: CONFERÊNCIA THE WORK OF KARL MARX AND THE CHALLENGES OF THE 21ST CENTURY, 4., 2003, Havana. **Anais...** Havana: Cuba Siglo XXI, 2008. p. 5-8. Disponível em: <[https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso/chattopadhyay\\_25feb03.pdf](https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso/chattopadhyay_25feb03.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2016

\_\_\_\_\_. Worlds Apart: socialism in Marx and in early bolshevism: a provisional overview. **Economic and Political Weekly**, Mumbai, v. 40, n. 53, p. 5629-5634, 2005. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/4417617>> Acesso em: 04 jul 2016

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering**. Oakland: University of California Press, 1999. [1978].

CLARKE, Simon. Was Lenin a Marxist? The Populist Roots of Marxism-Leninism. **Historical Materialism**, London, v. 3, n. 1, p. 3-28, 1998. Disponível em: <<http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/156920698100414257>> Acesso em: 08 jun. 2016

COCKBURN, Cynthia; BECCALLI, Bianca. From equality to difference: woman and trade unions in Italy. **Feminist Review**, London, n. 16, p. 47-49, 1984. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1394958>> Acesso em: 31 maio 2016

COLANDER, David. The death of neoclassical economics. **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2000. Disponível em: <<http://www.liu.se/utbildning/program/anneslarare-gy/student/termin-6/samhallskunskap-nationalekonomi-9gsh06/filarkiv/varen-15/artiklar/1.611867/Neoclassicaldeath.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016

COULSON, Margaret; MAGAŠ, Branka; WAINWRIGHT, Hilary. The housewife and her labour under capitalism – a critique. **New Left Review**, London, v. 89, 1975. Disponível em: <<https://newleftreview.org/I/89/margaret-coulson-branka-magas-hilary-wainwright-the-housewife-and-her-labour-under-capitalism-a-critique>> Acesso em: 31 maio 2016

CUBA. Constituição (1976). **Constituição da República de Cuba**: promulgada em 24 de fevereiro de 1976. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>> Acesso em: 13 jul. 2016

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **The power of women and the subversion of the community**. 2005. [1972]. Disponível em: <[https://libcom.org/files/Dalla%20Costa%20and%20James%20-%20Women%20and%20the%20Subversion%20of%20the%20Community%20\(Pamphlet%20Layout\).pdf](https://libcom.org/files/Dalla%20Costa%20and%20James%20-%20Women%20and%20the%20Subversion%20of%20the%20Community%20(Pamphlet%20Layout).pdf)> Acesso em: 04 abr. 2016

DELPHY, Christine; LEONARD, Diana. **Close to home**: A materialist analysis of women's oppression. Amherst: University of Massachusetts Press, 1984.

DINIZ, Debora; MADEIRO, Alberto. Cytotec e aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 795-1804, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000700018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700018&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 29 jun. 2016

DWORKIN, Andrea; MACKINNON, Catharine. **The reasons why**: essays on the civil rights law recognizing pornography as sex discrimination. New York: Women Against Pornography, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pornography & civil rights.** A new day for womens equality. New York: Women Against Pornography, 1988.

EISENSTEIN, Zillah (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism.** New York: Monthly Review Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **The radical future of liberal feminism.** Lebanon: University Press of New England, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. [1884].

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2007. [1845].

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the witch.** New York: Autonomedia, 2004.

FEE, Terry. Domestic labor: an analysis of housework and its relation to the production process. **Review of Radical Political Economy**, Arlington, v. 8, n. 1, 1976. Disponível em: <<http://rrp.sagepub.com/content/8/1/i.extract>> Acesso em: 31 maio 2016

FERBER, Marianne; NELSON, Julie (Ed.). **Beyond economic men: feminist theory and economics.** Chicago: Chicago University Press, 1993.

FERGUSON, Ann. **Blood at the root: motherhood, sexuality and male dominance.** New York: Pandora, 1989.

\_\_\_\_\_. Sex and work. In: NIELSON, Kai; WARE, Robert (Ed.). **Exploitation.** New York: Humanities Press, 1996. p. 279-309.

FINE, Ben. **Women's employment and the capitalist family: towards a political economy of gender and labor markets.** London: Routledge, 1992.

FIRESTONE, Sulamith. **A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista.** Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. [1970].

FOLBRE, Nancy, 1982. Exploitation Comes Home: A Critique of the Marxian Theory of Family Labor. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 6, n.4, p. 317-29, 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23596518>> Acesso em: 21 jul 2016

\_\_\_\_\_. Of Patriarchy Born: The Political Economy of Fertility Decisions. **Feminist Studies**, Maryland, v. 9, n. 2, p. 261-84, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3177490>> Acesso em: 21 jul. 2016

\_\_\_\_\_. **Who Pays for the Kids? Gender and the Structures of Constraint.** New York: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. **The Invisible Heart: Economics and Family Values.** New York: The New Press, 2000.

FORTUNATI, Leopoldina. **The arcane of reproduction: housework, prostitution, labor and capital.** New York: Autonomedia, 1996.

FOUCAULT, Michel. La historia de la sexualidad. Volumen I: la voluntad de saber. Madrid: Siglo XXI, 1988. [1976].

FOX, Bonnie. The female reserve army of labour: the argument and some pertinent findings. **Atlantis**, Halifax, v. 7, n. 1, p. 45-56, 1981. Disponível em: <<http://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/download/4627/3864>> Acesso em: 03 ago. 2016

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the “post-socialist” condition.** New York: Routledge, 1997.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu.** Algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e dos neuróticos. São Paulo: LP&M, 2013. [1913].

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GAMBA, Susana. **Diccionario de estudios de genero y feminismo.** Buenos Aires: Biblos, 2007.

GARDINER, Jean. Women's domestic labour. **New Left Review**, London, v. 89, 1975a. Disponível em: <<https://newleftreview.org/I/89/jean-gardiner-women-s-domestic-labour>> Acesso em: 31 mai. 2016.

GARDINER, Jean; HIMMELWEIT, Susan; MACKINTOSH, Maureen. Women's domestic labour. **Bulletin of the conference of socialist economists**, v. 4, n.2 (11), p. 1-11, 1975b. Disponível em: <[http://cnc.sagepub.com/site/includefiles/JUNE\\_75\\_VOL\\_IV\\_2.PDF#page=40](http://cnc.sagepub.com/site/includefiles/JUNE_75_VOL_IV_2.PDF#page=40)> Acesso em: 31 maio 2016

\_\_\_\_\_. Political economy of domestic labour. In: BARKER, Diana; ALLEN, Sheila. (Ed.) **Dependence and Exploitation in Work and Marriage.** London: Longman, 1976.

GERSTEIN, Ira. Domestic work and capitalism. **Radical America**, Providence, v. 7, n. 4-5, p. 101-130, 1973. Disponível em: <<https://libcom.org/files/Rad%20America%20V7%20I4-5.pdf>> Acesso em 31 mai. 2016

GIMENEZ, Martha. Capitalism and the oppression of women: Marx revisited. **Science and Society**, New York, v. 69, n. 1, p. 11-32, 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40404227>> Acesso em: 08 ago. 2016

GLASS, Jennifer. Reviewed Works: Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics by Marianne A. Ferber, Julie A. Nelson; The Economic Status of Women under Capitalism: Institutional Economics and Feminist Theory by Janice Peterson, Doug Brown; Unequal Burden: Economic Crises, Persistent Poverty and Women's Work by Lourdes

Beneria, Shelley Feldman. **Signs**, Boston, v. 21, n. 2, p. 499-502, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3175082>> Acesso em: 21 jul. 2016

GOETTNER-ABENDROTH, Heide (Ed.). **Societies of peace: matriarchies past, present, and future**. Toronto: Inanna, 2009.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. Política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014. [1993].

GRANT, Judith. Gender and Marx's radical humanism in the Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. **Rethinking marxism**, Kalamazoo, v. 17, n. 1, p. 59-77, 2005. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0893569052000312908?journalCode=rrmx20>> Acesso em: 08 ago. 2016

HANNA, Sami; GARDNER, George. **Arab Socialism**. A documentary survey. Leiden: Brill, 1969.

HARAWAY, Donna. A cyborg manifesto: Science, technology, and socialist-feminism in the late 20th century. In: WEISS, Joel; NOLAN, Jason; HUNSINGER, Heremy; TRIFONAS, Peter. **The international handbook of virtual learning environments**. Rotterdam: Springer Netherlands, 2006. p. 117-158. Disponível em: <[http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4020-3803-7\\_4](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4020-3803-7_4)> Acesso em: 02 mar. 2014

HARRISON, John. The political economy of housework. **Bulletin of the conference of socialist economists**, p. 35-52, 1973. Disponível em: <[http://cnc.sagepub.com/site/includefiles/WINTER\\_73.PDF#page=46](http://cnc.sagepub.com/site/includefiles/WINTER_73.PDF#page=46)> Acesso em: 01 ago. 2016

HARTMANN, Heidi. Capitalism, patriarchy and job segregation by sex. **Signs**, Boston, v. 1, p. 137-169, 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173001>> Acesso em: 23 nov. 2014

\_\_\_\_\_. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: JAGGAR, Alison; ROTHENBERG, Paula. **Feminist Framework**. Alternative theoretical accounts of the relations between women and men. New York: McGraw-Hill, 1984. p. 172-189. [1979].

HAYDEN, Dolores. **The grand domestic revolution: a history of feminist designs for american homes, neighborhoods and cities**. Cambridge: MIT Press, 1982.

HAZARD, John. Soviet Property Law. **Cornell Law Review**, New York, v. 30, n. 4, p. 466-487, 1945. Disponível em: <<http://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1497&context=clr>> Acesso em: 03 maio 2016

HEALE, Michael. **The sixties in America: history, politics and protest**. Edimburg: Edimburgh, 2001.

HENESSY, Rosemary. Returning to reproduction: queerly sex, labor, need. **Rethinking marxism**, Kalamazoo, v. 18, n. 3, p. 387-395, 2006. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08935690600748074?journalCode=rrmx20>>  
Acesso em: 08 ago. 2016

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002. [1947].

HOWARD, M. C.; KING, G. E. "State capitalism" in the Soviet Union. **History of Economics Review**, Queensland, n. 34, p. 110-126, 2001. Disponível em: <<http://www.hetsa.org.au/pdf/34-A-08.pdf>> Acesso em: 09 maio 2016

IRIGARAY, Luce. **Speculum of the other woman**. New York: Cornell University Press, [1974] 1985.

JOHNSON, Robert. Family life in Moscow during NEP. In: FITZPATRICK, Sheila; RABINOWITCH, Alexander; STITES, Richard (Eds.). **Russia in the era of NEP**. Explorations in soviet society and culture. Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

JOSEPH, Gloria. The incompatible menage à trois: marxism, feminism and racism. In: SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Cambridge: South End, 1981.

KLINGHOFFER, Arthur. **Soviet perspectives on african socialism**. Madison: Fairleigh Dickinson University Press, 1969.

KLOTZ, Marcia. Alienation, labor and sexuality in Marx's 1844 Manuscripts. **Rethinking Marxism**, Kalamazoo, v. 18, n. 3, p. 405-413, 2005. Disponível em: <[www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/08935690600748124](http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/08935690600748124)> Acesso em: 08 ago. 2016

KOLLONTAI, Alexandra. **Selected writings of Alexandra Kollontai**. Londres: Allison & Busby, 1977.

\_\_\_\_\_. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. [1921].

KRISTEVA, Julia. **About chinese women**. New York: Urizen Books, 1977.

LAQUEUR, Thomas. **Making sex: body and gender from Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LEAL, Ondina Maria. "Levante a mão aqui quem nunca tirou criança!": revisitando dados etnográficos sobre a disseminação de práticas abortivas em populações de baixa-renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1689-1697, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/95092>> Acesso em: 29 jun 2016

LEEB, Claudia. Marx and the gendered structure of capitalism. **Philosophy & Social Criticism**, Boston, v. 33, n. 7, p. 833-859, 2007. Disponível em: <[psc.sagepub.com/content/33/7/833.full.pdf](http://psc.sagepub.com/content/33/7/833.full.pdf)> Acesso em: 08 ago. 2016

LENIN, Vladimir. **O socialismo e a emancipação da mulher**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

LLOYD, Trevor. Um sexo em luta. In: CIVITA, Victor (Ed.). **História do Século XX**, 1900/1914. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 346-351.

LOPES, Anne; ROTH, Gary. **Men's feminism**: August Bebel and the german socialist movement. New York: Humanity Books, 2000.

LYOTARD, Jean-François. **Economía Libidinal**. Buenos Aires: Claves, [1974] 1990.

MACKAY, Finn. Feminist tendencies. In: \_\_\_\_\_. **Radical Feminism**. Feminist Activism in Movement. London: Palgrave Macmillan UK, 2015.

MACKINNON, Catharine; DWORKIN, Andrea. (Ed.) **The pornography civil rights hearings**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MANDEL, Ernest. **Historical Materialism and the Capitalist State**. [S. l.]: Marxists Internet Archive (marxists.org), 2004. [1980]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/mandel/1980/xx/hismatstate.htm#na>> Acesso em: 05 mai 2016

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica da obra de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. [1955].

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico (Livro IV de O Capital). Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, [1905] 1980.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Volume I, Tomo I. [1867]

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Volume I, Tomo II. [1885]

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011. [1939]

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. [S. l.]: eBooksBrasil, [2004]. [1852]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/brumario.pdf>> Acesso em: 04 fev. 2014

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998. [1848]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 jun. 2016

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, [1933] 2001. Disponível em <[http://200.144.182.130/cje/anexos/pierre/aideologiaalema\\_karlmrx\\_e\\_engels.pdf](http://200.144.182.130/cje/anexos/pierre/aideologiaalema_karlmrx_e_engels.pdf)> Acesso em: 01 jun 2016

MASSEL, Gregory. **The surrogate proletariat**: moslem women and revolutionary strategies in Soviet Central Asia. Princeton: Princeton University Press, 1974.

MATOS, Maria Ilza; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDYNSKY, Eugene. Education on the Soviet Union. **The Educational Forum**, v. 9, n. 3, 1945. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00131724509340488?journalCode=utef20>> Acesso em: 06 jun. 2016

MERCK, Mandy; SANDFORD, Stella (Ed.). **Further adventures on The Dialectic of Sex: critical essays on Sulamith Firestone**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MITCHELL, Juliet. **Women's State**. New York: Penguin, 1971.

MILL, John Stuart. **Autobiografia**. São Paulo: Iluminuras, 2007. [1924].

\_\_\_\_\_. **The subjection of women**. 2009. [1869]. Disponível em: <<http://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/mill1869.pdf>> Acesso em: 16 maio 2016

MILLET, Kate. **Sexual politics**. New York: Doubleday, 1970.

MOLYNEUX, Maxine. Beyond the domestic labour debate. **New Left Review**, London, v. 116, 1979. Disponível em: <<https://newleftreview.org/I/116/maxine-molyneux-beyond-the-domestic-labour-debate>> Acesso em: 31 maio 2016

MORENO, Nahuel. **Problemas de organização**. [S. l.]: Marxists' Internet Archives (marxists.org), 2003. [1984]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moreno/1984/07/16.htm>> Acesso em: 24 ago 2016

MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is powerful: an anthology of writings from the women's liberation movement**. New York: Vintage Books, 1970.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-33, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>> Acesso em: 04 mar. 2012

NOVE, Alec. **An economic history of the USSR**. London: Penguin, 1975.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **The millennium development goals report 2015**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015\\_MDG\\_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)> Acesso em: 11 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES – ONUMULHERES. **Progress of the world's women 2015-2016**. Transforming economies, realizing rights. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <[http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW\\_progressreport.pdf](http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf)> Acesso em: 11 maio 2016.

ORLECK, Annelise. **Common sense and a little fire: women and working-class politics in the United States, 1900-1945**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.

PACHUKANIS, Evgny. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988. [1924].

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. [1988].

PAWEL, Marilyn. From home production to wage labour: women as reserve army of labour. **Review of Radical Political Economy**, Arlington, v. 15, n. 1, 1983. Disponível em: <<http://rrp.sagepub.com/content/15/1/71.extract>> Acesso em: 03 ago. 2016

PETERSON, Janice; BROWN, Doug (Ed.). **The economic status of women under capitalism: institutional economics and feminist theory**. Brookfield: Edward Elgar, 1994.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PREOBRAZHENSKY, Eugênio. **Nova econômica: uma tentativa de uma análise teórica da economia soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA RUSSA. Constituição (1918). **Constituição da República Socialista Federativa Soviética Russa**: promulgada em 10 de julho de 1918. Organização do texto: Portau Schmidt von Köln. 2006. Disponível em: <[http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral100718.htm#\\_ftn1](http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral100718.htm#_ftn1)> Acesso em: 14 abr. 2016

ROSEMBERG, William. Introduction: NEP Russia as a “transitional” society. In: FITZPATRICK, Sheila; RABINOWITCH, Alexander; STITES, Richard (Ed.). **Russia in the era of NEP**. Explorations in soviet society and culture. Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, Rayna. **Toward an antropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210. Disponível em: <<https://genderstudiesgroupdu.files.wordpress.com/2014/08/the-traffic-in-women.pdf>> Acesso em: 31 maio 2016

RUDY, Kathy. Radical feminism, lesbian separatism and queer theory. **Feminist Studies**, Maryland, v. 27, n. 1, p. 190-222, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3178457>> Acesso em: 11 mai. 2016

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. [1969].

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Cambridge: South End, 1981.

SAU, Victoria. **Dicionário ideológico feminista I**. Barcelona: Icaria, 2000.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: NASH, Mary; AMELANG, James. **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. Valencia: Alfons el Magnanin, 1990.

SECCOMBE, Wally. The housewife and her labour under capitalism. **New Left Review**, London, v. 83, 1974. Disponível em: <<https://newleftreview.org/I/83/wally-seccombe-the-housewife-and-her-labour-under-capitalism>> Acesso em: 31 mai. 2016

\_\_\_\_\_. Domestic labour: reply to critics. **New Left Review**, London, v. 94, 1975. Disponível em: <<https://newleftreview.org/I/94/wally-seccombe-domestic-labour-reply-to-critics>> Acesso em: 31 mai. 2016

SEN, Gita; GROWN, Caren. **Development, crisis, and alternative visions**. Third world women's perspectives. New York: Monthly Review Press, 1987.

SHAMBAUGH, David. **China's communist party**. Atrophy and adaptation. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2008.

SHREEVES, Rosamund. Sexual revolution or “sexploitation”? The pornography and erotica debate in the soviet union. In: RAI, Shirin; PILKINGTON, Hilary; PHIZACKLEA, Annie (Eds.). **Women in the face of change: The Soviet Union, Eastern Europe and China**. London: Routledge, 1992, p. 130-146.

SMITH, Dorothy. Women's perspective as a radical critique of sociology. **Sociological Inquiry**, New Jersey, v. 44, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <<http://home.ku.edu.tr/~mbaker/CSHS503/Smith.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2016

SNYDER, Claire. What is third wave feminism? A new directions essay. **Signs**, Boston, v. 34, n. 1, p. 175-196, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/588436>> Acesso em: 15 jul. 2016

SUMMERFIELD, Penny. **Women workers in the Second World War: production and patriarchy in conflict**. London: Routledge, 2013.

SZYMANSKI, Al. The socialization of women's oppression: a marxist theory of the changing position of women in advanced capitalist society. **Critical Sociology**, Limerick, v. 6, n. 2, p. 31-58, 1976. Disponível em: <<http://crs.sagepub.com/content/6/2/31.extract#>> Acesso em: 03 ago. 2016

TILLY, Louise. The family and change. **Theory and Society**, New York, v. 5, p. 421-434, 1978. Disponível em: <[https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/43657/11186\\_2005\\_Article\\_BF01701853.pdf?sequence=1](https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/43657/11186_2005_Article_BF01701853.pdf?sequence=1)> Acesso em: 31 mar. 2016

TONG, Rosemarie. **Feminist thought: a comprehensive introduction**. Oxon: Routledge, 2006.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa** – Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. [1930].

VOGEL, Lise. The earthly family. **Radical America**, Providence, v. 7, n. 4 e 5, p. 101-130, 1973. Disponível em: <<https://libcom.org/files/Rad%20America%20V7%20I4-5.pdf>> Acesso em 31 maio 2016

WALBY, Sylvia. **Patriarchy at work: patriarchal and capitalist relations in employment**. London: Polity, 1986.

\_\_\_\_\_. **Gender segregation at work**. Buckingham: Open University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WEINBAUM, Batya. Women in the transition to socialism: perspectives on the chinese case. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 8, n. 1, p. 34-58, 1976. Disponível em: <<http://rrp.sagepub.com/content/8/1/34.extract>>. Acesso em: 16 jul 2016

\_\_\_\_\_. **El curioso noviazgo entre feminismo y socialismo**. Madrid: Siglo XXI, 1984.

WEISENTHAL, Joe. Karl Marx is hot. **Business Insider**. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/karl-marx-is-hot-2011-8>> Acesso em: 10 maio 2016

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the rights of woman**. 2000. [1792] Disponível em: <<http://pinkmonkey.com/dl/library1/vindicat.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2016

WOMEN'S WORK STUDY GROUP, THE. Loom, broom, and womb: producers, maintainers, and reproducers. **Frontiers journal of women studies**, Columbus, v. 1, n. 1, p. 1-41, 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3346413>> Acesso em: 01 ago. 2016

WOOD, Elizabeth. **The baba and the comrade**. Gender and politics in revolutionary russia. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Cambridge: South End, 1981.

ZARETSKY, Eli. **Capitalism, the family, and personal life**. Review and expanded edition with a new afterword. New York: Harper & Row, 1986. [1976].

ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada**. Hegel e a sombra do materialismo dialético. São Paulo: Boitempo, 2013.